



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

ISSN 1415-1650

Faculdade de Serviço Social

Ano XIV N^{os} 26/27
Campinas 2005

**CADERNOS DE
SERVIÇO SOCIAL**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Bruno Gamberini

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR

Prof. Pe. Wilson Denadai

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Prof. Marco Antonio Carnio

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Vera Sílvia Marão Beraquet

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Profa. Carmen Cecília de Campos Lavras

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Antonio Sergio Cella

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Profa. Marina de Macedo Arruda

DIRETORA DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Profa. Vânia Maria Caio

MEMBROS DO CONSELHO EDITORIAL

Profa. Eidinê Corsi de Arias

Profa. Jeanete Liasch Martins de Sá

Profa. Maria Carmen Teixeira Fernandes

Profa. Maria de Fátima Campos Françoso

Profa. Mathilde Andery Burlamaqui da Silva

Profa. Mirian Faury

Profa. Sandra Corrêa Forster Joanini

ISSN 1415-1650

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DE CAMPINAS**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL

ÍNDICE

Editorial	5
Adolescentes vítimas da violência sexual doméstica e a gravidez Dalva Rossi	7
Considerações sobre os modelos teóricos de classificação de Welfare State: Esping-Andersen e Maurizio Ferrera Maria Virginia Righetti Fernandes Camilo	35
Avaliação de Programa Social: uma experiência no núcleo Ma- ria Rosa	57
Silvana Gambini	
O imaginário e as utopias latino-americanas	67
Gabriel L. Santiago	
O orçamento participativo Campinas e sua relação com o SUS, o SUAS e a questão do território	77
José Braga	
É macho! O homem Assistente Social	111
Hígor Caleffi	
Instruções aos Autores	143

EDITORIAL

Um autor de artigos desta revista constata: “Há até hoje pouco espaço entre o Estado e a Nação”. A partir da fala do Prof. Gabriel Santiago, com a qual concordo imensamente, fiquei imaginando como poderia fazer para contribuir com que esse espaço se preenchesse de intercâmbios, de forma que Estado e Nação pudessem caminhar de forma interligada e não nos sentíssemos estrangeiros de país.

Esta coletânea de artigos publicados pela presente revista, faz um retrato da nossa sociedade, pequeno plano onde em contraponto as reflexões se cercam das “cotidaneidades” de uma profissão – Serviço Social – que por atuar na dimensão das relações sociais, pode e está contribuindo para que os cidadãos do país não se sintam órfãos do Estado.

A revista se inicia com um artigo de tema difícil e tratamento delicado: gravidez de adolescentes vítimas de violência sexual. A autora estuda os motivos que levaram à tomada de decisão de adolescentes que tiveram o filho de uma relação incestuosa, com conseqüências emocionais que podem ser trágicas.

A violência sexual doméstica tem altos índices estatísticos e pode ser identificada em várias situações de atendimento – daí a importância de Assistentes Sociais estarem se atualizando em relação ao tema.

Na seqüência, encontramos o texto sobre modelos de Welfare State – área tão cara ao Serviço Social, pois a assistência, constitui o cerne da ação profissional, devendo ser sempre estudada (o que esta oportunidade propicia), numa perspectiva de reciclagem e aprofundamento da questão da assistência vinculada ao caráter de política e de direitos.

O terceiro artigo apresenta uma experiência na área de avaliação de programas sociais, algo que está sendo crescentemente demandado aos assistentes sociais.

O professor Gabriel Santiago, já citado no início desta apresentação, nos brinda com um texto de reflexão, sobre a realidade latinoamericana situada na tensão dialética de dependência – autonomia.

O artigo que vem a seguir, sobre Orçamento Participativo, é um mergulho na concretude da tensão dialética de dependência – autonomia, levando-nos a refletir sobre a construção da utopia, no território da nossa cidade.

Finalmente um excelente artigo de um jovem assistente social, intitulado: “É Macho! O Homem Assistente Social” que estuda a trajetória dos Assistentes Sociais do sexo masculino nesta profissão majoritariamente feminina. Observações risíveis devem ser contidas! O texto é forte no sentido de encarar a questão de Gênero, vivenciada pelas e pelos estudantes de Serviço Social, durante os anos de formação para o exercício profissional. Exercício de trabalho que terá a realidade da “clientela” majoritariamente feminina.

Apresentar um número da nossa revista é sempre um exercício honroso, apesar da dificuldade de fazê-lo bem. Tenho certeza que a leitura desta coletânea de artigos, será interessante e enriquecedora para os seus leitores, como o foi para mim.

Profa. Dra. Mirian Faury
FSS/PUC-Campinas

ADOLESCENTES VÍTMAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL DOMÉSTICA E A GRAVIDEZ

Dalva ROSSI¹

RESUMO

A violência sexual doméstica praticada contra crianças e adolescentes é um fenômeno que apresenta altos índices estatísticos, porém estes dados não retratam com fidedignidade a realidade, uma vez que as ameaças do agressor intimidam a vítima e o silêncio da família perpetua a situação. Este artigo é o resultado da pesquisa para a realização da Dissertação de Mestrado, que teve como objetivo estudar a ocorrência da violência sexual doméstica que tem a gravidez como consequência, e os fatores que interferem na decisão de assumir a gravidez e o filho, uma vez que a lei ampara estes casos e possibilita o aborto, se realmente for o desejo da vítima. A pesquisa foi realizada no Ambulatório de Pré-Natal de Adolescentes do Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM) UNICAMP. A metodologia utilizada consistiu em levantamento de dados nos relatórios do Serviço Social contidos

⁽¹⁾ Assistente Social do Centro de Atenção à Saúde da Mulher – UNICAMP; Professora Doutora da Faculdade de Ciências Humanas de Aguai – SP. Artigo baseado em dissertação de mestrado da autora.

nos arquivos do Serviço Médico da UNICAMP e, posteriormente, em depoimentos das vítimas que assumiram os seus bebês.

Palavras-chave: violência sexual doméstica, adolescente, gravidez.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi elaborado a partir dos dados da Dissertação de Mestrado, cujo objetivo foi estudar porque as adolescentes vítimas de violência sexual doméstica, atendidas no Serviço de Pré-Natal de Adolescentes do Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher – (CAISM) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), não optaram pela interrupção da gestação uma vez que a Lei ampara estas situações e lhes garante este direito. A discussão profissional não pressupõe interferir na decisão tomada pela adolescente e familiares, e nem proceder a qualquer julgamento. Apenas investigar tecnicamente o porquê da decisão tomada. As adolescentes foram violentadas e engravidaram de familiares, vítimas de relações incestuosas. Conhecer o porquê da tomada da decisão dessas adolescentes torna-se fundamental para o estudo e compreensão da problemática.

A violência sexual doméstica é uma relação incestuosa, praticada por pais biológicos, parentes próximos e pessoas da rede familiar da vítima, que têm para com esta a responsabilidade de preservar a sua segurança. Quando desta violência ocorre uma gravidez, as conseqüências emocionais podem ser trágicas. É a situação que provoca na adolescente sentimento ambíguo porque essa maternidade - repentina e fora de hora -, causa medo e insegurança e, tendo a seu favor uma lei que lhe possibilita não ter o filho se assim o desejar, em geral, ela decide tê-lo, transpondo obstáculos existentes no mundo que a circunda e no seu próprio mundo. Muitos conflitos são vivenciados na mente e no coração dessas jovens que se tornam mães, não por opção,

mas por imposição. Uma fatalidade que muda suas vidas e, especialmente, os seus sonhos.

Trazer à tona a discussão da violência sexual doméstica é evidenciar a situação de crianças e adolescentes que muito cedo aprendem a conviver com o medo, gerado em seus próprios lares. O ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1994, p.18), criado para garantir a cidadania de crianças e adolescentes, é claro quando no artigo 5 afirma: "Nenhuma criança ou adolescentes será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais". O que se constata é que as dificuldades para a sua aplicação ainda são grandes. Há um desconhecimento por parte dos profissionais e da sociedade sobre o conteúdo do ECA, o que, na maioria das vezes, inviabiliza na prática, a sua aplicação.

A discussão da violência doméstica deve ser pautada em conceitos que permitem a compreensão do fenômeno nos aspectos socioculturais. Neste sentido a contribuição de pesquisadores é pontual. Azevedo & Guerra conceituando a violência doméstica contra crianças e adolescentes afirmam ser esta:

todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (1995:11, 1 a/b).

Em relação à violência sexual as mesmas autoras, definem como: "todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa" (Azevedo &

Guerra, 1989, p.8). A violência sexual doméstica deve ser compreendida como uma relação de poder e de autoridade dos adultos sobre crianças e adolescentes, que devido às ameaças sofridas de forma objetivas e subjetivas não conseguem reagir e tornar pública essa agressão.

A literatura referente à violência sexual doméstica pode contribuir de forma efetiva ampliando a discussão e a elucidação da problemática. Uma gravidez fruto de uma violência significa a ocorrência de seqüelas emocionais para as vítimas, portanto é necessário, além da intervenção jurídica, apoio psicológico e, sem dúvida, a questão social deve ser avaliada.

Mas as estatísticas relacionadas ao assunto ainda são escassas na literatura, dificultando a análise mais extensa do problema. As dificuldades para encontrar dados estatísticos que descrevem as situações de violência sexual doméstica com gravidez em adolescentes não possibilitam saber como reagiram as próprias vítimas em relação à violência e à gravidez, e se assumem ou não os filhos.

As dificuldades são argumentadas por Azevedo & Guerra, quando enfatizam a escassez de trabalhos referentes ao assunto, mesmo nas universidades "As universidades formam profissionais do silêncio, cúmplices da perversa violência que vitima diariamente crianças e adolescentes no lar". (...) Após levantamento sobre a produção acadêmica realizado por Azevedo sobre o tema na Unicamp, USP, UNESP, PUC São Paulo e Campinas, Medicina da Santa Casa e Paulista de Medicina, foram encontrados apenas "vinte e cinco trabalhos em cinquenta anos de uma produção que inclui vinte cinco mil teses e dissertações" (Azevedo & Guerra, 1995- 5 A/B : 8).

As afirmações das autoras são resultado de um trabalho profissional que propõe a reflexão sobre a importância do desenvolvimento de pesquisas, que podem contribuir para a elucidação de questões pertinentes à gravidez proveniente de violência sexual doméstica ou relação incestuosa e o que significa na vida dessas adolescentes assumir o filho quando não é planejado e desejado. Os estudos

permitem conhecer algumas situações que cercam o cotidiano das vítimas, assim como algumas conseqüências do ato violento.

O CAMPO DA PESQUISA

O universo desta pesquisa foi composto por adolescentes que engravidaram, com idade igual ou inferior a 17 anos, vítimas de violência sexual doméstica ou relações incestuosas e que não interromperam a gestação. Estas adolescentes foram atendidas no Ambulatório de Pré-Natal de Adolescentes do CAISM da Unicamp.

Para obter os dados foi realizado o levantamento nos arquivos e posteriormente, trabalhou-se os textos, separando as falas das mães ou acompanhantes e das vítimas, percebendo as semelhanças ou aproximações de idéias ou opiniões referentes à questão da violência. O objetivo foi constatar, através dos relatos, se a questão da violência sexual doméstica apresentava conseqüências similares para as famílias, e também observar pelas anotações das falas se o aborto era colocado pelas vítimas e familiares enquanto recurso disponível. Pude constatar através desses depoimentos e com a contribuição do conhecimento produzido especificamente sobre a violência os reflexos causados pelo impacto da descoberta do incesto nas vidas destas pessoas.

Para a realização das entrevistas foram utilizadas as Normas de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, Resolução do Conselho Nacional de Saúde 196/96, especialmente os artigos III e V, que dizem respeito aos Aspectos Éticos da Pesquisa Envolvendo seres Humanos, e Consentimento Livre e Esclarecido²

A Tabela 1 expressa a identificação do agressor e características da adolescente vitimizada.

⁽²⁾ Revista de Bioética Vol.4 - N° 2 -1996.

Tabela 1. Distribuição das Idades cronológica, da menarca, da 1ª relação sexual e identificação do agressor.

Idade	Menarca	Idade 1ª relação *	Agressor
11 anos	11 anos	10 anos	Primo/tio
13 anos	N/C	13 anos	Tio
13 anos	10 anos	13 anos	Pai biológico
14 anos	11 anos	13 anos	Pai biológico
13 anos	12 anos	13 anos	Tio
13 anos	12 anos	13 anos	Irmão
13 anos	11 anos	13 anos	Pai biológico
14 anos	12 anos	13 anos	Pai biológico
14 anos	12 anos	12 anos	Irmão
14 anos	12 anos	11 anos	Pai biológico
15 anos	12 anos	15 anos	Irmão
15 anos	13 anos	13 anos	Tio
17 anos	15 anos	17 anos	Tio

Fonte: Serviço de Arquivo Médico - Ambulatório de Pré-Natal de Adolescentes CAISM.

Em todos os casos, a condição de violência sexual foi confirmada pela apresentação do Boletim de Ocorrência, laudo do Instituto Médico - Legal, ou depoimento da própria adolescente, e também de familiares ou de profissionais que a acompanharam.

Dada a complexidade da problemática, fez-se necessário buscar na literatura as diferentes interpretações e as diferenças entre violência sexual doméstica e incesto, e um dos conceitos básicos que nortearam a compreensão foi o seguinte:

Abuso sexual e incesto às vezes costumam ser confundidos, mas não são a mesma coisa. Abuso sexual ou vitimização sexual geralmente designa relações sexuais entre um adulto e uma criança. Incesto refere-se a relações sexuais entre dois membros da mesma família, cujo casamento seria proibido por lei ou costume... muita vitimização sexual é

incestuosa e muito incesto é vitimização sexual tal como a definimos: mas eles não são idênticos. Em particular, o contato sexual entre familiares da mesma idade é uma espécie de incesto que não é vitimização e o contato sexual entre um adulto estranho à família e a criança é vitimização que não é incesto (Azevedo & Guerra, 1988, p.38-39).

A literatura encontrada, referente ao conceito do abuso sexual e das relações incestuosas, permitiu um aprofundamento acerca do assunto e a compreensão das diferenças entre as terminologias empregadas, bem como as conseqüências emocionais e sociais para as vítimas. Possibilitou também uma aproximação maior do objeto e de sua delimitação, fornecendo subsídios para a elaboração da questão, que é o ponto central da discussão: por que não interromper a gestação se a lei ampara estes casos?

Por ocasião da ocorrência da violência sexual e da confirmação da gravidez, essas adolescentes e seus familiares estiveram no CAISM, para buscar interrupção e quando da impossibilidade do procedimento, realizar o seguimento de pré-natal. O acolhimento das vítimas e seus familiares possibilitou o conhecimento da história de vida e da violência ocorrida.

Os dados obtidos retrataram a condição de submissão da adolescente quando é abusada, e, especialmente, quando resulta numa gravidez. Associados a estes depoimentos, os postulados teóricos nortearam e contribuíram na análise da situação.

Na medida em que estamos tratando de análise em pesquisa qualitativa, não devemos nos esquecer de que, apesar de mencionarmos uma fase distinta com a denominação 'análise', durante a fase da coleta de dados a análise já poderá estar ocorrendo (Gomes, 1997, p.68).

As adolescentes vitimizadas quando estiveram pela primeira vez no CAISM, mostravam fragilidade e vulnerabilidade. Foram atendidas pelos profissionais, tiveram os seus filhos, e após algum tempo desses

acontecimentos, possuem um parecer frente a esse atendimento e de outras instituições, percorridas antes de chegar ao CAISM.

Os nomes das adolescentes foram substituídos por nomes de flores, resguardando o seu anonimato.

Uma das adolescentes, **CAMÉLIA**, retratou o atendimento do CAISM da seguinte forma:

“...quando cheguei ao Caism, e conversei com os profissionais, entre eles o assistente social, fui muito bem atendida, não tenho do que reclamar, e este atendimento foi estendido para minha mãe...”

Na percepção da adolescente, o atendimento foi bom porque também foi estendido aos familiares que se encontravam, também eles, num momento delicado. Esse procedimento deve ser naturalmente estabelecido enquanto parâmetro de humanização dos serviços de saúde.

Uma instituição de saúde pública deve ter sempre como objetivo o atendimento ao usuário e de sua rede de relacionamentos, considerando de fundamental importância o pensamento do grupo familiar que, na maioria das vezes, tem condições de contribuir na elucidação de problemáticas que envolvem o usuário, nos níveis emocional e físico.

A Constituição de 1988 garante a saúde como um direito do cidadão que deve ser prestada e socializada enquanto um bem público, independente de interesses particulares e discriminatórios dirigidos à clientela. O atendimento à saúde como já foi amplamente discutido por diversos estudiosos, não é apenas a consulta médica, mas o apoio psicossocial desenvolvido pelos profissionais, além do acolhimento que dependendo da forma como é feita, pode ou não criar um vínculo entre usuários e instituição que possibilitará a continuidade do atendimento.

Nas organizações públicas ou privadas, o profissional necessita compreender que as relações estabelecidas nos atendimentos prestados aos usuários podem contribuir para vinculação e são positivas

se, no contexto do trabalho desenvolvido imperar especialmente a escuta e a possibilidade para o diálogo. É nesta perspectiva que Merhy (1997: 125-141), afirma:

(...) pois sendo o trabalho em saúde um trabalho vivo em ato dependente, podem colocar todas as suas sabedorias, como opções tecnológicas de que dispõem para a produção de procedimentos eficazes a serviço do usuário e de seu problema. Assim, temos que primar pela “cidadanização” da assistência à saúde, construindo desse jeito tanto a dignidade do trabalhador, quanto a do paciente.

CAMÉLIA coloca que, ao chegar ao CAISM, foi atendida por uma equipe multiprofissional. Diz que valeu a pena ter saído de sua cidade de origem para ser atendida no CAISM, e, apesar do tamanho do hospital, não sentiu medo e nem foi discriminada por nenhum dos profissionais. O fato de estar grávida com 15 anos de idade de um parente foi respeitado.

“Quando eu ia para os atendimentos no CAISM, passava lá o dia todo, chegava cedo e só sai às 7:00hs da noite, eu utilizava o transporte da Prefeitura e por essa razão passava o dia todo, pois eles trazem as pessoas pela manhã e só retornam à noite, apesar do atendimento ser somente no período da tarde. Quando chegava a hora do atendimento eu era atendida por você, pela psicóloga, pelos médicos, participava do grupo onde ensinavam sobre gravidez, o parto, e era muito bom não era cansativo”.

As atitudes e comportamentos preconceituosos frente aos casos de violência sexual devem ser evitados, com o intuito de proteger a vítima e respeitá-la em sua situação fragilizante, na sua condição de mulher e grávida. Quando se discute abordagem profissional em relação às vítimas, o profissional e a instituição precisa ser “competente no trato da questão, ser comprometido com a causa da infância vitimizada no lar, ser liberto de reticências psicológicas” Azevedo & Guerra, 1995- 1^{A/B}: 40) .

Na opinião da **CAMÉLIA**, a Instituição CAISM prestou um atendimento adequado e confortável na situação em que se encontrava. Ressalta os pontos positivos, não encontra nada que comprometa o seu atendimento.

Em outro depoimento, uma adolescente vitimizada e atendida no Serviço aqui denominada de **JASMIM**, ao se referenciar ao serviço, assim relata:

“Eu fiquei com medo, mas não sei explicar o porquê senti medo, eu sei que senti medo, acredito que foi pelo tamanho do hospital, eu nunca havia entrado e não estava acostumada”.

Uma instituição de saúde pela sua própria característica, atende pessoas em situações peculiares e diversas. O diagnóstico, por mais simples que possa ser, traz para o usuário ansiedade, uma vez que enfrenta o desconhecido. Para as adolescentes vítimas de violência sexual, o momento de procurar o hospital para intervenção especializada pode causar insegurança e medo. Esse sentimento justifica-se pelo que está vivenciando, pois a violência aumenta a sensibilidade, que somada à vergonha natural ao momento, tende a torná-las ainda mais frágeis. Alguns depoimentos sobre os atendimentos anteriores foram registradas na fala de **Jasmim**:

“...nas outras instituições em que passei antes de ser encaminhada para o CAISM, eles duvidaram de mim, eu não gostei do exame de corpo de delito... perguntaram porque eu não falei antes. Eu expliquei o que havia acontecido, e novamente perguntaram ‘mas porque você não falou antes?’ Eu respondi que estava com medo e em depressão, eu fui examinada, mas senti que estavam com dúvidas, que eu tivesse inventado essa história ...”

Na fala de outra adolescente denominada **Girassol**, percebe-se ansiedade quando relatou o atendimento:

“Eu não conhecia o CAISM, eu tive medo, não sei do quê, tive medo dos médicos, medo de fazer o exame ginecológico, eu nunca tinha feito, eu voltei várias vezes, e era bom, dava para eu me abrir um pouco, ou seja dava para falar o que eu estava sentindo., e era bom pra mim, eu gostava de passar pela psicóloga, eu estava chateada com a situação, mas eu gostava de ir lá no CAISM. Tem diferença de outra instituição em que fui atendida e do CAISM, no hospital tem mais médicos, conversam mais e dão mais atenção. Eu não me incomodava de ter que ir lá, mas para minha mãe incomodava, por causa do serviço.”

No depoimento das vítimas entrevistadas, percebe-se que quase não se referem à Instituição, a não ser que foram bem atendidas. A avaliação de um serviço de saúde sob a ótica dos usuários pode conter fatores como ansiedade e medo, de contrariar o poder de quem os está atendendo, e ao mesmo tempo de receio de não ter a quem recorrer posteriormente se precisarem.

O CAISM é um hospital complexo tanto pela quantidade de atividades que desenvolve, quanto pela estrutura física. A complexidade faz parte de sua característica e de seu cotidiano, enquanto uma política viabilizadora de políticas sociais e prestadoras de serviços emergenciais e especializados.

A complexidade dos hospitais, em geral, pode conter duas dimensões:

uma primeira relacionada à organização do trabalho em si, considerando o processo, como produto. A segunda em conseqüência decorre das exigências para a sua condução, o que significa a coordenação das ações específicas de cada parte desse trabalho, no intento do alcance de produtos e resultados globais em níveis de eficiência e eficácia (Barbosa, 1997, p.148).

A partir desses pressupostos teóricos que dão sustentação à análise propriamente dita, pode-se entender instituições de saúde

como complexas no âmbito da organização, administração e execução dessas políticas, envolvendo a parte financeira, os profissionais e os usuários, e fundamentalmente as relações sociais.

O SERVIÇO SOCIAL

Em um hospital, pela própria característica, a profissão que fica em evidência é a do médico, em especial nos casos de violência, que necessita que a intervenção seja agilizada, mas o Serviço Social tem papel importante porque através do acolhimento e da ação social, subsidia o profissional médico com informações referentes às condições socioeconômica e cultural, que poderão ser fundamentais nas respostas ao tratamento proposto, desempenhando assim uma função necessária e importante para as usuária e Instituição.

O trabalho do assistente social não significa apenas executar tarefas preestabelecidas. O conhecimento de outras teorias contribui para uma postura profissional mais crítica e mais coerente. Prestar apenas o atendimento sem nenhum aprofundamento das questões sociais e sem a compreensão da realidade na qual a adolescente está inserida, significa não ter um olhar além dos horizontes da Instituição. A violência sexual não é isolada, muitas vezes coloca em risco outras crianças e adolescentes na própria família. Portanto, a intervenção social deve ser abrangente, procurando cercar todas as possibilidades de repetição, esclarecendo a mãe ou os responsáveis pela possibilidade concreta.

O assistente social precisa no seu cotidiano, e em especial no atendimento à violência sexual doméstica, ousar ultrapassar os limites impostos pela Instituição e pela própria prática. Como afirma lamamoto:

É importante sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social, como pré condição para que se possa captar

as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrir alternativas de ação (Iamamoto, 1998, p.20).

O trabalho desenvolvido junto às vítimas de violência sexual pode ser simplesmente rotinas, ou através da busca de novos conhecimentos, implementar e inovar essa prática no sentido de proporcionar condições mais adequadas de atendimento à essa parcela de adolescentes em condições especiais.

Em muitas situações, o Serviço Social é questionado sobre a sua dinâmica, bem como sobre os resultados provenientes desse trabalho. Nesse momento a crítica pode provocar apenas um desconforto sem nenhuma alteração, ou uma contribuição para mudanças na condução das atividades, vislumbrando novos horizontes, novas formas de enfrentamento das questões polêmicas atreladas às mudanças ocorridas no mundo contemporâneo e na própria instituição à qual está vinculado.

O foco central do trabalho dos assistentes sociais é a questão social. Nesse espaço se dão as contradições e as discussões, resultado das diferenças sociais. Com as mudanças dos projetos econômicos ocorridos com frequência na sociedade atual, cabe ao assistente social detectar novas manifestações da questão social e, viabilizar formas de lutas e garantias de sobrevivência (IAMAMOTO, 1998, p.28).

O conhecimento da história em que surgiu o serviço social e do conjunto de técnicas e instrumentais são fundamentais para as intervenções sociais. Além disso, é necessário conhecer de forma aprofundada o projeto que determina as ações e o destino dos trabalhadores na sociedade. É fundamental ter o acesso e saber interpretar os dados estatísticos das pesquisas que mostram a realidade dos fatos sociais. A informação e o conhecimento da realidade são bagagens que devem ser incorporadas às referências teórico-metodológicas e às técnicas específicas do trabalho profissional.

É a partir desse conjunto de conhecimentos que o enfrentamento das questões sociais poderá e deverá ser mais atuante de acordo com as mudanças da sociedade, e a atuação frente aos casos de violência pode ser mais adequada. É necessária a compreensão das relações e das questões sociais, como se produzem e reproduzem em nossa sociedade. Criar estratégias ou alternativas para enfrentá-las é tarefa dos trabalhadores do campo social, incluindo a área de saúde.

No atendimento às vítimas de violência sexual é natural e pertinente que o assistente social busque respaldo no código de ética, que subsidia a prática participativa e inovadora, e abre perspectivas para a discussão de uma ética comprometida com o trabalho, com o respeito e com os usuários que solicitam o atendimento dos serviços sociais.

“Quando nos referimos à ética, situamo-nos no espaço de uma reflexão filosófica sobre os valores que fundam a moral: a liberdade, a consciência, a sociabilidade e a universalidade. À sua maneira, a filosofia interfere no mundo, isto é, de uma forma peculiar a um saber que tende ao universal, faz de seu exercício teórico uma forma específica de intervenção social, de modo a contribuir para um redimensionamento dos projetos humanos (BARROCO, 1996, p.92)”.

Pode-se compreender que a ética é um conjunto de ações práticas que fundamentam as ações profissionais. Neste sentido, a interrupção da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes é um compromisso ético de todo ser humano, uma vez que crueldade é inadmissível, especialmente quando se direciona aos que não têm defesa. A prática profissional deve sempre ser norteadada no sentido de defender a não violência; e buscar meios para interromper o ciclo da violência doméstica.

A DINÂMICA DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

Nos casos de vitimização doméstica, também é necessário e fundamental o atendimento à família, enquanto compromisso

profissional para atuar na situação emergencial e como prevenção de outros casos que poderão ocorrer no seu interior. As famílias das adolescentes vitimizadas apresentavam uma organização semelhante à de muitas famílias existentes na sociedade.

Confirmando essa discussão, Bruschini diz que:

o primeiro passo para estudar a família deverá ser o de dissolver sua aparência de naturalidade, percebendo-a como criação humana mutável e observando que as relações muitas vezes coincidentes que conhecemos atualmente entre grupo conjugal, rede de parentesco, unidade doméstica/residencial podem se apresentar como instituições bastante diferenciadas em outras sociedades ou em diferentes momentos históricos (Azevedo & Guerra, 1997, p.50).

A família passou por vários períodos na História, de acordo com o cenário político e econômico vigente; a figura central foi o pai e em outros momentos a mãe. A análise que vem sendo elaborada sobre a importância da família contribui para entendê-la através dos tempos e responde a questões pertinentes acerca do assunto.

A família burguesa nuclear tinha uma maneira diferenciada de ser, considerando os contextos socioeconômico e cultural da época. À mulher cabia tarefa doméstica e essencial para a formação dos filhos. A maternagem era imposta pela sociedade e pelos homens, que viam nas mulheres a parceira perfeita para gerar e educar os filhos. Outro fator importante é que o casamento era tido como duradouro, porque vinculava interesses de ordem social e financeira. O que determinava as relações do casal na família burguesa era a divisão de papéis sexuais, à mulher cabia a tarefa de cuidar do lar. (Poster, 1979, p.186-187).

Para analisar e compreender a estrutura da família hoje, é preciso considerar que esta passou por vários estágios, e vem se modificando com o passar dos anos. No período colonial a família patriarcal não foi o único modelo existente. "A família patriarcal pode ter existido, e seu papel ter sido extremamente importante, apenas não

existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo total de formação da sociedade brasileira” (Correa, 1993, p.27).

A família sempre foi considerada a célula básica, instituída e fundamental para a sociedade. Apesar das transformações ocorridas através do tempo e da história, ela ainda conserva hoje uma força vital e de relevante valor para os indivíduos e para a sociedade. A família é o espaço onde crianças aprendem a tomar contato com a realidade do mundo exterior, diferente daquele em que viveram os primeiros nove meses de suas vidas. É nesse espaço e com essas pessoas que irão experimentar a convivência das relações pessoais.

A violência doméstica, e em particular a sexual, não é prerrogativa da modernidade, das famílias atuais, contemporâneas e dos arranjos familiares atuais. Ela existe há séculos e se diversifica, mas persiste, insiste e continua a renascer nos seios das sagradas famílias.

Do universo pesquisado, nove adolescentes residiam com os pais biológicos e irmãos, embora em alguns casos o casal não havia oficializado legalmente a união. Não foi encontrado padrasto nas famílias pesquisadas. Não se trata, portanto de família matrifocal, enquadra-se no conceito de família adotado pela Constituição de 1988.

Das mães pesquisadas, oito exerciam atividade profissional fora do lar, por ocasião da vitimização de suas filhas, e outras não. Nas duas situações havia sofrimentos pelo fato concretizado. Em muitas famílias a violência já ocorria há algum tempo e a gravidez já existia sem que a mãe tivesse percebido, pois o segredo se manteve. O alívio para as adolescentes surge com a descoberta e a confirmação da gravidez feita pela mãe, através dos sinais físicos e emocionais emitidos pela vítima. A partir deste momento passa a ocorrer a socialização da angústia e da dor. O segredo se manteve porque a privacidade e o silêncio foram garantidos de alguma forma: pelo comportamento dos seus membros e pelo medo.

Tais afirmações podem ser sentidas de forma concreta e subjetiva nas famílias pesquisadas, onde a privacidade é garantida através de ameaças, para manter a prática da violência. Ela existe e é concretizada através do silêncio obrigatório e ameaçador, imposto pelo agressor à adolescente com quem mantinha atividade sexual e, de alguma forma, até inconscientemente em alguns casos permitido pela mãe, o que a desestruturou emocionalmente por ocasião da descoberta da gravidez, confirmação e concretização do fato.

A família que aparenta normalidade, união conjugal, respeitabilidade, em segundos dissolve essa aparência e dá lugar ao sofrimento, ao desequilíbrio emocional, à peregrinação dos membros em busca de apoio, de um sinal que aponte o caminho e que poderá proporcionar alguma forma de resolução da problemática. A violência sexual, quando ocorre no seio das famílias, provoca a decomposição de sua organização.

As famílias das vítimas apresentavam dificuldades financeiras, e as mães e os pais trabalham para contribuir no orçamento doméstico, desenvolvendo atividades na economia informal.

O momento escolhido por alguns agressores para violentar suas vítimas foi sempre a ausência das mães. As mães relatavam sentimentos de dor somados a uma culpa não verbalizada de não estar próxima das filhas, e de não poderem desenvolver os cuidados de maternagem que poderiam ter evitado a tragédia.

Na grande maioria das famílias da nossa sociedade, o casal desenvolve atividade remunerada fora do ambiente doméstico, não só pela necessidade financeira, mas pela própria emancipação da mulher que vê a possibilidade de um crescimento de suas potencialidades e de sua realização pessoal e profissional.

Uma parcela das mães das adolescentes vitimizadas também desenvolvia atividade remunerada fora do lar. O fato de a mãe ter uma atividade profissional fora do ambiente doméstico, não justifica que atos violentos sejam praticados contra as crianças e adolescentes, pelos próprios familiares.

As famílias pesquisadas não se diferenciavam em sua constituição, sua composição e atividades profissionais de outras famílias do contexto de sociedade. Podem ocorrer diferenças nos hábitos culturais e educacionais, que divergem do rural para o urbano, das grandes metrópoles para as cidades interioranas, e assim por diante. Mas não se pode analisar a ocorrência da violência somente pelo fato da mãe trabalhar fora do lar ou sair para alguma atividade, o fato é que ela se dá especialmente e preferencialmente quando a mãe não está em casa, o fato de não estar presente é que facilita a concretização da violência.

Em muitos casos a mulher mantém financeiramente o lar. No depoimento de uma mãe das vítimas, obtido após a ocorrência da vitimização de sua filha, ela disse:

“A minha vida sempre foi trabalhar, saía de manhã e só voltava às dezoito horas. Trabalhava como diarista, tenho uma patroa para quem trabalho há onze anos, é uma pessoa muito legal. O meu marido não fumava, não brigava, não bebia; nós éramos um casal, sempre nos amávamos, mas há dois anos ele negava carinho quando eu lhe pedia”

O fato concreto é que a maioria dos casos estudados ocorreu quando a mãe não estava presente; isso exige uma reflexão sobre costumes e valores. As famílias estão se reordenando no novo modelo socioeconômico do país; antes que era exercido somente pelo homem, foi ocupado positivamente pelas mulheres, como é o fato de trabalhar fora de casa, não só pelo direito de emancipação, mas pelas necessidades impostas pela sobrevivência.

A violência sexual existe há séculos. Mesmo com as modificações ocorridas na forma de organização familiar ela se adapta ao novo modelo instituído. O silêncio é utilizado como aliado dificultando a sua descoberta e retardando a sua interrupção.

Portanto, tratar as famílias das vítimas onde ocorre a violência sexual como desajustadas, com problemas de organização, de estruturação, é no mínimo precipitado. Com certeza alguma evidência

de patologia existe no âmbito desse contexto familiar e contribui de forma decisiva na concretização desse fato.

Na análise das famílias atendidas, todas tinham alguma fonte de renda, seja a mãe, tios, filhos ou o próprio violentador. Residiam em casas próprias ou cedidas pelo patrão ou algum parente, freqüentaram alguns anos de escola, tanto as mães como os acompanhantes, como as próprias vítimas que ainda estavam estudando. Portanto não se deve afirmar que o contexto de exclusão social é fator decisivo na concretização da violência.

A família é importante para as crianças e adolescentes. É o espaço onde se realiza o início das relações e convivência sociais. Ao mesmo tempo a violência sexual doméstica ocorre no seu interior, o que comprova que existem famílias e pais que não têm condições emocionais de desenvolver a paternagem.

A Constituição, quando resguarda os direitos da criança e do adolescente, pressupõe que seus protetores deverão proporcionar condições adequadas e favoráveis, à saúde, educação, alimentação, ou seja, à família compete cuidar de suas crianças dentro de padrões já pré-estabelecidos pela sociedade.

Em relação à Violência Doméstica, embora seja explícita, pois é a que ocorre no âmbito familiar, a sociedade em geral tem dificuldades de assimilar, já que esta é cultural, e em especial a violência física passa a ser entendida como disciplina e direito "legítimo" dos pais.

A prática da violência sexual contra as crianças e adolescentes vem de longa data e continua a fazer parte do cotidiano de muitas delas, independentemente de situação social e cultural e, só poderá ser erradicada quando a denúncia vencer o medo e o silêncio daqueles que a cercam.

DISCUSSÃO

Estudar a questão da violência sexual doméstica praticada contra crianças e adolescentes possibilitou uma reflexão sobre o

fenômeno que faz parte do cotidiano de muitos profissionais. Trata-se de uma pesquisa exploratória, uma vez que o tema é complexo, oferecendo vários ângulos de análises que merecem outros aprofundamentos. No entanto, constitui-se em um estímulo a outras pesquisas. Deve-se ressaltar que o conhecimento adquirido tem por finalidade o melhor entendimento da violência sexual doméstica para intervenções mais seguras e adequadas.

Ouvir as adolescentes e seus familiares, após alguns anos da violência ocorrida, foi importante no sentido de avaliar a realidade atual, percebendo as relações e inter-relações de seus membros, constatando quem concretamente assumiu a criança e o que mudou na vida dessas vítimas, após o nascimento do filho. Com a contribuição de subsídios teóricos pôde-se analisar o que mudou em termos de comportamentos e atitudes das vítimas e dos familiares, e quais os novos papéis que foram assumidos a partir da decisão de não interromper a gestação, e como se dá, no cotidiano, essa dinâmica familiar.

A violência sexual doméstica se dá no âmbito familiar, que atualmente sofre modificações na sua estrutura e na sua organização, respondendo aos novos projetos econômicos que estão sendo implantados na sociedade. O Serviço Social à medida que intervém na questão da violência sexual, amplia essa ação para os familiares, com o objetivo de trabalhar as relações entre os membros desse complexo e prevenir a vitimização das demais crianças e adolescentes.

Algumas ações podem ser implantadas para esse trabalho ser estendido a outros profissionais, que poderão ser executores de políticas de prevenção da violência sexual doméstica. É necessário constantemente conceituar o fenômeno e suas conseqüências, discutir as possibilidades de detecção e tratamento do conjunto familiar, além da sensibilidade de perceber quando uma criança ou adolescente solicita ajuda.

A pesquisa realizada mostrou que as adolescentes vitimizadas, quando estiveram no CAISM pela primeira vez, junto com

familiares e acompanhantes, foram acolhidas pelo assistente social e posteriormente atendidas por uma equipe multiprofissional.

Os procedimentos dirigidos às adolescentes vitimizadas e às suas mães e familiares, quando realizado por uma equipe multiprofissional, possibilita um atendimento integral e viabiliza mecanismos de complementação de diagnóstico sem a repetição das intervenções.

O assistente social é um agente social que, pela sua especificidade, viabiliza a relação da vítima e familiares com a Instituição, procede a encaminhamentos internos e externos à essa Instituição, e através de seu saber realiza orientações de apoio psicossocial aos familiares e, em especial às mães, que naquele momento decidiram pela não interrupção da gestação e necessitam ser ouvidas e amparadas.

Embora o atendimento às vítimas não seja função exclusiva do Serviço Social, mas de todos os profissionais que se envolvem com a problemática, o Serviço Social tem condições através de sua ação profissional subsidiar com suas informações e seu parecer as intervenções de outros profissionais.

A pesquisa refletiu a situação da violência sexual doméstica e a relação intrínseca com a família, seus costumes e formas de vida e trouxe à tona uma discussão polêmica, desagradável e dolorosa de ser feita, que é sobre os fatores que interferem na decisão da adolescente de não interromper a gestação, já que a lei lhe garante esse direito.

Durante a trajetória da pesquisa, observei alguns comportamentos nas adolescentes vitimizadas antes e após o nascimento dos bebês. Existem questões que são subjetivas para a análise, como o fato da interação da mãe com o bebê, em alguns casos constata-se que a relação é positiva e em outros extremamente conturbada; simplesmente aceitam o fato sem críticas. Não podemos afirmar como se dá essa interação no cotidiano, pois não temos elementos para isso. O filho é a prova real da violência ocorrida, e o que se percebe é que sempre

haverá uma correlação com o fato. Como afirmou **JASMIM**, a violência é uma marca que dificilmente deixará de existir.

A adolescência é o período das transformações e também das dificuldades em tomar decisões, uma vez que a adolescente está buscando a sua identidade de adulta que está sendo construída, através de sua inserção no mundo dos adultos e da convivência social, e paulatinamente vai definindo a sua própria personalidade e também a sua ideologia (Aberastury, 1989, p.17). Essas mudanças deixam as adolescentes inseguras e amedrontadas, e acentuam nas situações de violência sexual com gravidez onde a sua decisão implica mudar o rumo de várias rotinas estabelecidas pela sociedade e pela própria família, como ter ou não ter o bebê e decidir pelo aborto.

As mudanças psicológicas que se produzem nesse período, e que são a correlação de mudanças corporais, levam a uma nova relação com os pais e com o mundo. Isto só é possível quando se elabora, lenta e dolorosamente, o luto pelo corpo de criança, pela identidade infantil e pela relação com os pais de infância (Aberastury, 1989, p.13).

Além desses acontecimentos considerados normal e pertinente à essa faixa etária, que são visíveis aos olhos dos pais, professores, profissionais e sociedade se tiverem pré disposição para isso, outros acontecimentos muito mais severos e desestruturantes poderão ocorrer na vida de muitas adolescentes, mas infelizmente ficam escondidos e protegidos pelo silêncio da própria família. Trata-se do fenômeno da violência sexual doméstica, que só é descoberto quando ocorre uma gravidez, como demonstrou esta pesquisa, e quando a denúncia é formalizada.

Das 13 adolescentes atendidas, somente duas optaram pela interrupção, as demais tiveram os seus bebês. Algumas estavam em estado adiantado de gravidez, outras inseguras, e o procedimento, mesmo com a documentação legal, não foi realizado. Quando a gestação está avançada é colocado o risco de vida para a mãe e a inviabilidade do aborto.

Observou-se que a decisão de assumir ou não a gravidez, nos 13 casos estudados, não foi tomada somente pela adolescente, mas especialmente pelas mães ou por familiares. Como já assinalamos, a adolescente tem dificuldades para compreender o processo de vida que atravessa, normalmente não tem poder decisório estes são assumidos pelos pais e responsáveis, e nas situações de violência sexual com gravidez essa decisão foi tomada pela mãe, como percebi nas primeiras entrevistas e ouvindo o depoimento das três vítimas posteriormente.

Nas primeiras entrevistas e nos depoimentos posteriores constata-se que não foi simplesmente o fato de a gestação estar avançada que impossibilitou a interrupção. Algumas variantes interferem no processo de decisão, inclusive que permite o avanço dessa gestação e que sugerem algumas reflexões:

Analisar os fatores que contribuíram para que as adolescentes, vítimas de violência sexual doméstica, não interrompessem a gestação, foi o objeto desta pesquisa, porém esse tema remete ao aspecto mais amplo de onde essa violência ocorre, que é o cotidiano familiar, e à incidência de abuso sexual praticado por adultos que se aproveitam da imaturidade própria da fase da adolescência.

Numa sociedade violenta, agravada por fatores econômicos e sociais, problemas como desemprego, impunidade e desrespeito às crianças enquanto sujeitos de direitos podem constituir-se em justificativas para a ação de adultos agressores. A violência sexual não ocorre apenas em famílias de baixo poder aquisitivo.

Casos em que o abuso persiste durante anos remetem à análise da patologia dos agressores. Em geral, são adultos agressivos e violentos, que somente conseguem manter a situação de abuso por tanto tempo, através de ameaças físicas e psicológicas.

Além disso, há o papel da mãe que somente assume o fato quando este já não pode ser mais escondido. Apenas quando a gravidez ocorre, a mãe passa a enxergar a realidade que muitas vezes estava

evidente. Sinais são emitidos sem que ela se dê conta de que o comportamento está sendo alterado.

Nas relações incestuosas a mãe acaba se tornando uma parceira silenciosa na efetivação dessa violência e cúmplice do processo que impossibilita que o caso se torne público e o aborto judicial seja utilizado, enquanto solução parcial da problemática.

Entretanto, como explicar essa atitude? Segundo vários autores, uma possível justificativa está relacionada à maneira como ela própria lida com sua sexualidade e com a sua afetividade. Para todas, reconhecer o abuso é muito difícil porque é ter que admitir que seu relacionamento conjugal está comprometido, é enxergar a filha como uma possível rival, enfim, é reconhecer-se traída e, ao mesmo tempo, perceber a própria incapacidade de proteger a filha. Isso explica a demora em enxergar a realidade do incesto, que só se torna evidente com a gravidez.

Mesmo quando a violência é praticada por outros membros da família, ainda assim ocorre uma percepção tardia do abuso, e nesse caso, outros fatores são apontados pelas mães, como o pouco tempo de permanência dentro da casa quando a mulher trabalha fora.

O fato concreto é que em todos os casos investigados, a gravidez foi descoberta quando já não podia ser interrompida. O avanço da idade gestacional acaba se tornando um fator de risco para que utilizem o recurso legal do aborto que, em casos de estupro pode ser autorizado.

O argumento clínico, usado como justificativa para a não interrupção da gestação é indiscutível, fatores como o silêncio imposto pelo agressor, que muitas vezes significa ameaça concreta de morte; a insegurança nessa fase de crise natural, aliada à dificuldade de comunicação sobre questões pertinentes à sexualidade, fazem com que gravidez siga o seu curso normal e quando detectada, a alternativa de interrupção já não seja recomendada. O protocolo médico contraria o procedimento devido ao risco de vida para as mães.

A comunicação deficiente, característica de famílias, inviabiliza o diálogo, impedindo um pedido de socorro, contribuindo para a vitimização e revitimização das adolescentes agredidas.

A falta de confiança e liberdade para conversar com a mãe sobre a condição de abuso à qual estavam sendo submetidas é agravante para que as adolescentes se retraíam e deixem de denunciar os agressores.

No caso de incesto entre irmãos, também a falta de espaço para discussão da sexualidade pode contribuir para a sua ocorrência. Evitando abordar o assunto, os próprios pais podem estar contribuindo para que jogos sexuais normais transformem-se em oportunidade para experimentarem a sexualidade de forma inadequada.

O incesto é uma violência. Quando gera uma gravidez, essa violência é ainda mais devastadora porque significa uma inversão do processo de amadurecimento que seria natural, fazendo com que a adolescente tenha que assumir as responsabilidades de uma maternidade indesejada, o que significa, além disso, abandonar seus projetos e seus sonhos, obrigando-a a redirecionar sua vida.

Para as mães, o comportamento diante da não interrupção da gravidez é contraditório, pois ao mesmo tempo em que delas depende a decisão, sob o pretexto de preservar a vida, essa atitude parece ser muito mais um mecanismo de defesa para aliviar a sua própria culpa. Pode ser uma forma consciente de contrapor-se à violência não percebida.

Entretanto, para avaliar a interação da adolescente com o complexo familiar haveria que pesquisar a totalidade do cotidiano, o que este estudo não permitiu. Seria necessário aprofundar como essas adolescentes estão vivendo o novo momento da sua vida, agora como mãe e tendo sido interrompido o ciclo da violência sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista da intervenção profissional, esta ocorre já numa fase em que as vítimas buscam o atendimento de pré-natal, que é de responsabilidade de uma equipe multiprofissional, da qual o assistente social faz parte.

Os procedimentos realizados por uma equipe multiprofissional possibilitam um atendimento integral e viabilizam mecanismos de complementação de diagnóstico, sem a repetição das intervenções. Há uma troca de saber que se complementa dialeticamente.

O assistente social, pela especificidade de sua ação, ao realizar o primeiro atendimento, possibilita criar o vínculo com a instituição. No caso, o Ambulatório de Pré-Natal de Adolescentes, necessário para a intervenção profissional. O apoio psicossocial aos familiares e, em especial, às mães e adolescentes é fundamental para que possam ter condições de assumirem o atendimento proposto.

O Serviço Social, à medida que intervém na questão da violência sexual, amplia essa ação para os familiares, com o objetivo de trabalhar as relações entre os membros da família, atuando na prevenção da violência sexual doméstica.

Entretanto, é compromisso de todos os profissionais da equipe, desenvolver ações de prevenção que podem ser estendidas a outros profissionais e instituições, que poderão ser executores de políticas de prevenção da violência sexual doméstica. É necessário constantemente conceituar o fenômeno e suas conseqüências, discutir as possibilidades de detecção e tratamento do conjunto familiar, além de cultivar a sensibilidade necessária para perceber quando uma criança ou adolescente necessita de ajuda.

O atendimento à violência sexual doméstica, com gravidez, é desgastante, uma vez que também os profissionais acabam por se envolver emocionalmente. É praticamente impossível evitar sentimentos de indignação diante de fatos como esses.

Nesse sentido, é importante aprofundar estudos que levem em conta a postura individual dos profissionais que lidam com o fenômeno, para buscar novas práticas capazes de contribuir na prevenção da violência sexual doméstica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY, A. O adolescente e a liberdade: In: Aberastury, A & Knobel, M. **Adolescência Normal**: um enfoque psicanalítico. 8 ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989, p. 13-23.

AZEVEDO, M.A. **Pondo os pingos nos is**: guia prático para compreender o fenômeno. Telecurso de Especialização. São Paulo, Laboratório de Estudos da Criança – LACRI, PSA/IPUSP. (Infância e Violência Doméstica, 1A /B), 1995. 54p

AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. **Pele de asno não é só história...** um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo, Roca, 1988. 151p.

AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo, Iglu, 1989.

AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. **Da utopia à realidade**: guia prático para superar obstáculos à intervenção. Telecurso de Especialização. São Paulo, Laboratório de Estudos da Criança – LACRI, PSA/IPUSP, 1995. 49p. (Infância e Violência Doméstica, 5A/B), 1995.

BARBOSA, R.B. Gestão em Saúde: o desafio dos hospitais como referência para inovação em todo o sistema de saúde. In: FLEURY, S. org. – Saúde e democracia: a luta do CEBES. São Paulo, Lemos Editorial, 1997. 324p.

BARROCO, M.L.S. **Ontologia social e reflexão ética**. São Paulo, 1996. 289p. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BRUSCHINI, C. Teoria Crítica da família. In: Azevedo, M.A; GUERRA, V.N.A. **Infância e Violência doméstica fronteiras do conhecimento**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 1997, p.49-79.

BIOÉTICA–Normas de pesquisa envolvendo seres humanos. Res. CNS 196/96. Revista Publicada pelo Conselho Federal de Medicina, v. 4, n.2, Suplemento 2.

BRANDÃO, C.R.; CORRÊA, M.; SLENES, R.; KOFES, S; STOLCKE, V. C. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. 2 ed. Campinas, UNICAMP, 1993, p.15-37.

BRASIL. Lei no 8069 de 13 de julho de 1990. Campinas: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: 1994 São Paulo, 75p. (edição especial para distribuição aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e entidades classistas).

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, A.A.; BLANCO, B.F.;

GOMES, J.V. Família: cotidiano e luta pela sobrevivência. In: CARVALHO, M.C.B. (org.) - **A família contemporânea em debate**. 2.ed. São Paulo, EDUC, Cortez, 1995, p.61-71.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C.S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7.ed. Petrópolis, Vozes, 1997, p.67 – 80. (Temas Sociais). **Conferir data**

IAMAMOTO, M.V. **O serviçosocial na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 1998. 326p.

MERHY, E. O SUS e um dos seus dilemas. Mudar a gestão e a lógica do processo de trabalho em saúde (ensaio sobre a micropolítica do trabalho vivo) In: FLEURY, S. (org.). **Saúde e democracia: a luta do CEBES**. São Paulo, Lemos Editorial, 1997, p.125 -141.

POSTER, M. – Teoria crítica da Família. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. 251p.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MODELOS TEÓRICOS DE CLASSIFICAÇÃO DE WELFARE STATE: ESPING-ANDERSEN E MAURIZIO FERRERA

Maria Virginia Righetti Fernandes CAMILO¹

RESUMO

O presente artigo tem como proposta analisar modelos teóricos de classificação de *Welfare State*, tomando com referência as proposições de dois autores contemporâneos: Esping Andersen e Maurizio Ferreira. Discute os princípios de classificação dos autores a partir da concepção de proteção social e cidadania, enfatizando na garantia destes a presença do Estado.

Palavras-chave: *welfare state*, proteção social, cidadania.

INTRODUÇÃO

Toda sociedade desenvolve alguma forma de proteção social. A história mostra que, apesar, das diferenças culturais, sociais e

⁽¹⁾ Professora Doutora do Curso de Graduação de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e do Instituto Superior de Ciências Aplicadas de Limeira. Assistente Social do Hospital de Clínicas da UNICAMP.

econômicas, os indivíduos estabelecem formas organizadas socialmente para enfrentar riscos. Afinal, a condição humana comporta riscos como a infância, velhice, além de riscos de natureza social como o desemprego e riscos biológicos, por exemplo, as doenças.

Os mecanismos para enfrentar estas situações são organizados e desenvolvidos de diferentes maneiras pela sociedade ao longo do tempo. Os cuidados com a criança, o velho, e o doente estão presentes em toda sociedade, mesmo nas mais primitivas. A família e as instituições religiosas absorveram, por um longo período, as funções de proteção social.

Entretanto, é no século XX que a proteção social passa a ser realizada por instituições especializadas. Estas ocupam um importante espaço na divisão social do trabalho. Um exemplo, neste sentido, é a Inglaterra, onde o Serviço Nacional de Saúde absorve uma grande quantidade de trabalhadores.

Na realidade, é a presença do Estado que possibilita e torna viável, a expansão da proteção social. A proteção social vai se inserir no Estado moderno, modificando suas funções.

A proteção social implica em redistribuição de recursos e serviços sociais para cobertura de riscos de vida. O grande sistema de proteção social ganha forma e expansão específica no século XX, através da constituição do Estado de Bem Estar Social, o chamado *Welfare State*. Este é um fenômeno datado e situado na Europa, a partir de 1945 até os dias atuais, tendo fundamentos políticos, sociais e econômicos muitos específicos. Do ponto de vista econômico, casa a relação Estado x Mercado; politicamente foi um grande pacto social; geopoliticamente importante pela questão da Guerra Fria e socialmente pela constituição de sociedades de massa com alto nível de consumo (GIOVANNI, 2001).

Na emergência e desenvolvimento do *Welfare State* estão presentes fatores diversos de natureza econômica, como as mudanças impostas pela industrialização, de natureza social e política como o desenvolvimento e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais, e

fundamentalmente das relações entre capital e trabalho nas sociedades capitalistas avançadas.

As explicações teóricas sobre a origem e desenvolvimento do Welfare State são extensas e bastante complexas. As teorias são sistematizadas a partir de lentes teóricas que permitem captar elementos que conferem um significado e um peso diferente nas explicações.

Neste sentido, a título de reflexão, este trabalho volta-se a um estudo, de forma introdutória, sobre os modelos explicativos de Esping Andersen e Maurizio Ferrera, pontuando as diferenças das respectivas matrizes teóricas, para as discussões contemporâneas acerca do *welfare state*.

ESPING-ANDERSEN

Esping Andersen começa a discussão teórica sobre o Welfare State buscando um conceito para o mesmo, que permita respostas às questões do tipo: em que medida este responde às necessidades de reprodução do capital? Em que medida responde às demandas da classe trabalhadora mobilizada?

Os estudos sobre o *Welfare State*, no geral, têm sido atrelados a outros fenômenos como a industrialização, as contradições do capitalismo, mas pouco sobre a definição do que seja um *welfare*. Retomando as análises de Therborn (1983), Titmus (1958) e de Miles (1984), Esping-Andersen recoloca a questão, apontando as insuficiências de tais abordagens.

No primeiro caso, as transformações históricas das atividades do Estado são consideradas, pontuando-se que tais atividades deverão voltar-se ao atendimento das necessidades de bem estar das famílias. O problema é que na classificação do *welfare*, muitas vezes, as atividades e os gastos com defesa, administração, lei, excedem as atividades voltadas para o atendimento das necessidades das famílias.

Neste sentido, não se pode classificar um Estado de *welfare*, se o mesmo apenas introduziu programas sociais.

No segundo, as abordagens derivam das distinções de Titmus, (1958) classificando o *Welfare State* em residuais e institucionais. Enquadram-se como residuais, as situações em que o Estado assume responsabilidades frente às insuficiências das famílias e do mercado, destinando ações a grupos sociais restritos. O modelo institucional restringe-se aos casos em que o Estado assume um compromisso com o bem estar social, estendendo ações a toda população, portanto tendo um caráter universalista. Esping Andersen coloca que tais tipologias do *Welfare State* têm problemas na classificação, pois, são comparados tipos de Estados que, na realidade, são diferentes.

Por último, aponta os problemas das abordagens que buscam selecionar os critérios teóricos para classificar os tipos de *Welfare State*. Tais abordagens não levam em consideração a história, os agentes que dela participam na luta por conquistas, ampliação ou garantia dos direitos sociais.

Esping-Andersen pontua os elementos que devem estar presentes na reconceituação do *Welfare State*: a garantia dos direitos sociais e as formas como as atividades do Estado, da família e do mercado se relacionam para garantir provisões. E, aí, introduz um elemento fundamental, a “desmercadorização”.

“Quando os direitos sociais adquirem *status* legal e prático de direitos de propriedade, quando são invioláveis, e quando são assegurados com base na cidadania em vez de terem base no desempenho, implicam uma *desmercadorização* do status dos indivíduos vis-à-vis o mercado. Mas o conceito de cidadania social também envolve estratificação social: o status do cidadão vai competir com a posição de classe das pessoas, e pode mesmo substituí-lo.

O *Welfare State* não pode ser compreendido apenas como direitos e garantias. Também precisamos considerar de que forma as atividades estatais se entrelaçam com o papel do

mercado e da família em termos de provisão social. (ESPING-ANDERSEN, 1991 p.103)”

E o que vem a ser, então, desmercadorização?

Retomando historicamente a situação do trabalho nas sociedades pré-capitalistas coloca que poucos trabalhadores, neste período, poderiam ser incluídos como mercadoria, pois não dependiam da venda da força de trabalho para sobreviver. Quando o mercado se amplia, os trabalhadores passam a vender a força de trabalho, e a sobrevivência fica, então, dependente da remuneração do trabalho. Portanto, o trabalhador passa a ser uma mercadoria, e o contrato de trabalho um mecanismo para garantir a reprodução da sociedade. Esta posição de mercadoria, de certa forma, somente será modificada com a emergência dos direitos sociais.

“A desmercadorização ocorre quando a prestação de um serviço é vista como uma questão de direito ou quando uma pessoa pode manter-se sem depender do mercado. (ESPING-ANDERSEN, 1991 p.102)”.

Entretanto, a desmercadorização não ocorre simultaneamente por ações de assistência social ou previdenciária. Neste sentido, os programas de benefícios, que são insuficientes ou associados a estigmas sociais, não desmercadorizam pois impulsionam o indivíduo a buscar, no mercado, a saída, sendo, por exemplo, esta as intenções das leis de proteção aos pobres no século XIX.

“A desmercadorização tem sido uma questão altamente controversa no desenvolvimento do *Welfare State*. Para os trabalhadores, sempre foi uma prioridade. Quando eles dependem inteiramente do mercado, é difícil mobilizá-los para uma ação de solidariedade. Como recursos dos trabalhadores espelham desigualdades do mercado, surgem divisões entre os que estão dentro e os que estão fora deste, dificultando a constituição de movimentos reivindicatórios. A demercadorização fortalece o trabalhador e enfraquece a

autoridade absoluta do empregador. É exatamente por esta razão que os empregadores sempre se opuseram à desmercadorização”. (Esping-Andersen, 1991p.102)

Os direitos desmercadorizados vão se desenvolver de diferentes formas no *welfare state* contemporâneo. Nos países em que predominam ações de assistência social, os direitos ligam-se à comprovação de necessidades, sendo que, este mecanismo impulsiona o indivíduo a buscar, no mercado, os benefícios, pois somente os que fracassam buscam o Estado.

Uma segunda alternativa de desmercadorização é dada pela previdência social estatal e compulsória. Entretanto, esta não garante uma desmercadorização automática, pois está atrelado às contribuições, ou seja, dependem de emprego e salários, e não do direito instituído.

O modelo mais desmercadorizante é o elaborado por Beveridge, que propõe a todos cidadãos um conjunto de benefícios básicos, iguais para todos, independente de base contributiva como o previdenciário.

A questão é que, o *Welfare State* é um mecanismo para tornar a sociedade mais igualitária, e, intervém desta forma, nas relações sociais.

“O *Welfare State* não é apenas um mecanismo de que intervém – e talvez corrija a estrutura de desigualdades, é em si mesmo, um sistema de estratificação. É uma força ativa no ordenamento das relações sociais”. (ESPING-ANDERSEN, 1991p.104)

As formas tradicionais de ajuda aos pobres ou a pessoas socialmente necessitadas, estigmatizam os beneficiários, provocam dualismos sociais, constituindo-se em alvo de críticas por parte dos trabalhadores.

O modelo de seguridade proposto por Bismarck, do tipo conservador e reformista, também intervém nas relações sociais, aplicando programas distintos para grupos diferentes, em termos de

classe e status, privilegiando principalmente os trabalhadores vinculados ao Estado.

Outras iniciativas de formas de solidariedade foram sociedades de ajuda mútua, propostas por alguns sindicatos e partidos políticos, desconfiando das reformas promovidas pelo Estado, e na busca de um ideal alternativo de solidariedade. Entretanto, tais sociedades, também se tornaram muitas vezes motivo de discordância, pois acabavam excluindo os trabalhadores mais fracos que necessitavam de uma maior proteção.

O sistema universalista promove a igualdade de *status*, e todos os cidadãos são portadores de direitos, independentemente de classe. Isto, em tese, poderia diminuir as desigualdades e ampliar a solidariedade. Entretanto, para que isto ocorra, a sociedade deve estar estruturada com uma grande maioria da população próxima do patamar mínimo, direito de todos. Esping-Andersen aponta que à medida que as classes trabalhadoras prosperam, emergem novas classes médias que buscam no mercado uma complementação de benefícios, para ampliar o bem estar. Estes casos podem ser vistos concretamente na Grã Bretanha e Canadá, onde o universalismo se transforma num dualismo, que estigmatiza da mesma forma os pobres que dependem do Estado e os que dispõem dos recursos do mercado.

Países como a Grã-Bretanha e a maior parte do mundo anglo-saxão optaram por um universalismo mais modesto e uma complementação via setor privado. A grande demandatária nestes países é a classe média, e, por força de pressão política deste grupo o maior gasto público tem sido o subsídio aos planos previdenciários privados.

Países como a Noruega e Suécia buscaram alternativas, em que o universalismo é combinado com uma outra forma de suprir benefícios, relacionando-se previdência com ganhos, mas, fora do mercado. Apesar de introduzir desigualdades, garante um universalismo mínimo e retira o mercado desta esfera. Desta forma tem o apoio político necessário para manter este modelo de *Welfare State*.

Esping-Andersen, a partir destas análises, agrupa os regimes de *Welfare State* em relação ao grau de desmercadorização, assinalando três tipos; o liberal, o conservador e o social democrata. Este processo de desmercadorização tem um componente importante e fundamental: a presença e a força política da classe trabalhadora. Os regimes de *Welfare State* são resultados de possíveis forças de coalizão política, que culminam em diferentes soluções para os conflitos redistributivos. Mais do que criar uma tipologia de *Welfare State*, a contribuição do autor se traduz no fato de destacar presença e o papel de mobilização de poder da classe trabalhadora na busca de conquistas sociais.

“A classe trabalhadora tem objetivos históricos de emancipação, quais sejam, a desmercadorização da força de trabalho e do consumo, a reestratificação da sociedade de acordo com o princípio da solidariedade, correções redistributivas das desigualdades produzidas pelo mercado e a institucionalização do pleno emprego. O debate em torno da possibilidade de que a adoção das políticas sociais viesse a constituir-se em um instrumento da construção e fortalecimentos destes objetivos fez parte da formação mesma dos movimentos operários. Progressivamente, a concepção de que a reforma social contribuiria para o fortalecimento da capacidade de pressão da classe trabalhadora viabilizou-se como uma alternativa real de política” (ARRETCHE, 1995 p. 26).

No grupo de países de *welfare state* liberal há uma predominância de política do tipo assistencial, destinada aos pobres, com uma quantidade reduzida de benefícios de natureza universal, e, uma previdência social bem modesta. Neste grupo estão países como o Canadá, Estados Unidos e Austrália. Este tipo de regime do *welfare state*, contém a expansão dos direitos sociais, minimiza os efeitos das desmercadorização, construindo uma ordem de estratificação social que inclui uma relativa igualdade da pobreza entre os beneficiários do Estado, estimulando serviços diferenciados pelo mercado entre a

maioria da população. O Estado intervém com políticas que exigem testes de meios, sendo, portanto, meritocráticas. Com ressalvas às possíveis iniciativas de caráter universal, estas se constituem mais em formas de universalizar oportunidades do que resultados. Estimula os indivíduos a auto-proteção.

No modelo de *welfare state* conservador, inclui-se países como a Áustria, a França, a Alemanha e a Itália. Nestes, o mercado não foi uma presença constante, e a questão dos direitos sociais é consensual. Apesar, do consenso em torno dos direitos, estes estavam ligados à preservação das diferenças e do status. Na formulação do *welfare state* de tais países estão, em jogo na sociedade, valores de natureza religiosa, com destaque ao papel da Igreja, com grande preocupação em conservar a família tradicional, estimulando a maternidade com benefícios, e, com políticas de previdência social que exclui a mulher que trabalha fora. A Igreja desempenhou, nestes países, um poderoso papel nas reformas sociais. Também tais políticas representam uma forma de apoio e lealdade ao Estado, favorecendo o corporativismo estatal.

Finalmente, o menor grupo de países está incluído nos chamados *Welfare State* social - democrata. Nestes, os princípios de desmercadorização e universalismo dos direitos sociais, estendem-se também, às classes médias. A reforma social foi um processo resultante da força da social democracia, que não aceitou a dualidade entre mercado e Estado, promovendo um padrão de igualdade pautado em qualidade e não em mínimos sociais. Desta forma, ao excluir o mercado, este modelo promove uma solidariedade quase universal, que consolida e dá suporte ao *Welfare State*, pois todos são beneficiários, dependentes e consequentemente concordam em pagar.

Apesar de construir esta tipologia Esping-Andersen chama atenção para o fato que não existem casos puros de classificação de *Welfare State*. Neste sentido, os países escandinavos podem ser incluídos no grupo social-democrata, pois há uma predominância deste modelo, embora afirme que, estes também têm elementos liberais.

Em síntese, ao construir esta tipologia de classificação do *welfare state*, o autor inclui nesta construção a qualidade dos direitos sociais, a estratificação social e o relacionamento entre Estado, família e mercado. Constrói indicadores quanti-qualitativos para classificar os diferentes países ocidentais industrializados quanto ao *welfare state* (tabela 1). As diferenças de constituição dos mesmos ocorre pela industrialização, pelo crescimento econômico ou, propriamente, pelo capitalismo. Estes países se assemelham quanto a estas variáveis. Uma, entretanto, merece destaque pelo autor: a mobilização da classe trabalhadora. Salienta, entretanto, que não existe uma única poderosa força causal, sendo importante destacar três elementos importantes que interagem na formação e consolidação de tais modelos: a natureza da mobilização de classe, principalmente da classe trabalhadora, as estruturas de coalizão política de classe e o legado histórico da institucionalização do regime.

Tais considerações, entretanto, não significam que haverá automaticamente uma identidade de classe socialista, e nem que todos se pareçam com a experiência mais avançada, a sueca. A formação histórica das classes trabalhadoras está permeada por objetivos, ideologias e capacidades políticas que diferem tanto na formação dos partidos como das organizações sindicais. Portanto, não há garantias de que, um partido trabalhista, ou de esquerda consiga organizar sozinho uma estrutura de *Welfare State*. Ele depende de coalizões políticas.

Enfim, Esping-Andersen, não parte de um denominador comum para agrupar os países quanto a formação do *Welfare State*. Os elementos que os distinguem são de natureza histórica e política, incluindo a formação política das classes trabalhadoras, as coalizões políticas presentes na transição de uma economia rural para uma sociedade de classe média, e, por fim, a institucionalização das preferências de classe e do comportamento político. Exemplificando, nos países de modelo corporativista, a previdência que diferenciava *status* conseguiu apoio da classe.

Nos chamados modelos liberais, as classes médias se uniram totalmente ao mercado, sendo que, o êxito da social democracia nos países escandinavos deve-se ao fato que as políticas do *welfare state* beneficiaram a classe média e a classe trabalhadora da mesma forma, não havendo diferencial para baixo.

O futuro do *welfare state* está muito mais ligado ao caráter político, portanto de classe, aos possíveis arranjos em torno da desmercadorização, da manutenção e ou modificação, dos direitos sociais, que ao corte de despesas.

Tabela 1. Graduação dos *Welfare State* com base no índice de desmercadorização

País	Pontuação
Austrália	13,0
Estados Unidos	13,8
Nova Zelândia	17,1
Canadá	22,0
Irlanda	23,3
Grã-Bretanha	23,4
Itália	24,1
Japão	27,1
França	27,5
Alemanha	27,7
Finlândia	29,2
Suíça	29,8
Áustria	31,1
Bélgica	32,4
Holanda	32,4
Dinamarca	38,1
Noruega	38,3
Suécia	39,1
Média	27,2
Desvio padrão	7,7

Fonte: ESPING-ANDERSEN, 1990 p. 52).

MAURIZIO FERRERA

Ao propor uma discussão sobre a classificação dos modelos de *welfare state* Ferrera retoma as propostas teóricas de Titmus e Esping-Andersen, destacando que o segundo, organiza uma proposta tipológica que agrupa aspectos quantitativos como qualitativos, avançando na discussão sobre desmercadorização e construindo indicadores para medir os casos empíricos.

Refere que, as propostas de tipologia de Esping-Andersen apresenta pontos discutíveis, principalmente, por fazer uso central da desmercadorização.

“Antes de tudo, a desmercadorização se apresenta com um conceito muito carregado de valor, constituidamente concentrado num juízo desfavorável nos confrontos do mercado como mecanismo de regulação social. Esta intrínseca predisposição valorativa, perturba a função eminentemente descritiva na qual o conceito deveria servir como critério de discriminação empírica. Para nosso aviso, portanto, a distinção entre os três regimes deve ser reformulada em tons cada vez mais neutros, seja sob o perfil terminológico, seja sob aquele substantivo” (FERRERA, 1993 p.7).

Outro ponto crítico apontado é no sentido de que a operacionalização da teoria gera uma tipologia estável. Ao operacionalizar o conceito de desmercadorização, entendido como a medida que um *Welfare State* neutraliza a dependência dos indivíduos do mercado, na ocorrência de riscos, o faz utilizando critérios de modo limitado, considerando os benefícios de garantia de renda na velhice, desocupação e enfermidades. Refere que se fosse incluído outro benefício como, por exemplo, as pensões por invalidez, a pontuação da Itália e Holanda seriam alteradas, bem como se a assistência sanitária (elemento forte de desmercadorização) fosse assinalada, modificaria a situação de países como Canadá, Grã-Bretanha e Nova Zelândia.

Um terceiro ponto, em destaque nesta crítica, refere-se, ao fato que, entre a classificação empírica (com base nas escolhas operacionais) e a classificação teórica (com base nas tipologias operacionais) há um espaço grande, muito heterogêneo.

Acrescenta que outro problema deste modelo, reside no fato do critério de desmercadorização conter uma predisposição explicativa, ao sugerir que o *Welfare State* é fruto da luta de classes, das relações entre burguesia e proletariado, deixando de enfatizar o filtro sócio-cultural.

Buscando uma nova classificação, Ferrera parte do princípio que na sociedade, os indivíduos se dispõem a contribuir com o bem estar dos outros partindo das unidades sociais mais próximas, como a família, a categoria ocupacional, os cidadãos do mesmo território, os membros de unidades transnacionais definidos por religião, etnia ou classe e, por último, toda a humanidade. Quanto maior o afastamento do grupo mais próximo, menor é o grau de solidariedade. O *Welfare State* representa a forma de solidariedade institucionalizada, sendo o Estado nacional seu limite. Internamente, em cada país, este limite de solidariedade é resultado da combinação de níveis restrito de categorias ocupacionais e de níveis mais amplos de cidadania. Portanto, a grande questão para os diferentes estados nacionais, foi a definição do âmbito de solidariedade, ou seja, de como recortar a difusão de riscos, restritas à categorias ocupacionais, tendo como parâmetro a inserção no mercado de trabalho, ou a extensão a todos os indivíduos, numa perspectiva de cidadania.

“A decisão do mérito de quem incluir tem sido historicamente preliminar e mais controversa em relação às decisões do mérito de quanto e como proteger. Do ponto de vista sócio-econômico, esse fato solicitou a vários grupos sociais (ou seja, o quem) a definição de seus interesses próprios e seu posicionamento no confronto um com o outro, frente a cenários de redistribuição totalmente novos. A escolha sobre quem pré ordenou antes, em boa parte, a sucessiva

direção do fluxo redistributivo: os esquemas ocupacionais tem, fortemente, de fato, privilegiado as redistribuições horizontais infra-categorias (jovens x velhos, ocupados x desocupados, saudáveis x doentes de uma dada categoria), enquanto os esquemas universais facilitaram as redistribuições verticais entre faixas de renda de toda a população. Do ponto de vista político tal escolha forçou as elites no poder e aqueles na oposição a manifestar claramente suas próprias intenções integrativas: ou seja a disponibilidade para se abrir (para as elites no poder) ou para superar (para as elites na oposição) os portões da cidadania social, com uma série de importantes conseqüências no plano de estabilidade sócio-política” (FERRERA, 1993 p.1).

A questão central colocada pelo autor, é em que medida os novos esquemas de proteção pública reproduziram ou reproduzem em seu arranjo organizacional as diferenças sócio-econômicas existentes. O caráter diversificante é definido como o **modelo de cobertura**, e suas variações como **modelo ocupacional** e **modelo universalístico**. Estes elementos não são auto-explicativos. Historicamente, observa-se que, em alguns países, a solidariedade permanece restrita a categorias ocupacionais e, em outros, se estende a toda população. Aí, acrescenta outros elementos, como os fatores políticos que levam uma comunidade a criar uma rede de redistribuição homogênea e desconsiderar as diferenças ocupacionais, bem como, as conseqüências redistributivas de tal escolha do ponto de vista vertical e horizontal.

Ferrera, considera, que estes elementos de análise, são mais amplos do que os modelos de tipologia de *welfare state* pautado nas relações entre Estado e mercado, ressaltando, entretanto, que nos países ocidentais, o *welfare state* foi um instrumento para domesticar o mercado.

“O *Welfare State* foi, entretanto, preliminarmente e mais fundamentalmente um mecanismo de socialização dos riscos e institucionalização da solidariedade através, portanto,

da criação de novas redistribuições coletivas definidas com base precisas nas competências da proteção e no ônus da contribuição". (FERRERA, 1993 p. 14)

Observa que uma análise teórica, pautada no grau de emancipação do Estado contra o mercado na formação e constituição do *Welfare State*, não contempla um conjunto de elementos, que estão presentes por exemplo, fora dos países escandinavos.

"A ênfase analítica sobre a topografia interna da proteção social (quem tem direito às prestações, com base em qual critério: isto é novamente o modelo de cobertura) antes que cotas de desmercadorização, orienta ao invés disso, a pesquisa comparada na direção mais ampla e talvez mais repleta de um ponto de vista político. O objeto de pesquisa torna-se, de fato, a política de solidariedade social, ou seja, um complexo de dinâmicas através do qual a comunidade política gera proteções institucionalizadas". (FERRERA, 1993 p.14)

Como argumento favorável a sua proposição, Ferrera afirma que a política de solidariedade tem interessado países que historicamente foram organizados fora do eixo da economia de mercado. Propõe a utilização do modelo de cobertura para discriminar os países ocidentais industrializados, dispondo do gênero ocupacional e universalista, estabelecendo quatro classificações para o *Welfare State*:

ocupacional puro, ocupacional misto, universalista puro e universalista misto.

Apresenta um quadro com o modelo de cobertura dos países industrializados do ocidente, visualizados na tabela 2.

Ferrera considera dois países com experiências de *Welfare State* subdesenvolvido: Estados Unidos e Austrália. Isto se deve ao fato dos mesmos apresentarem um nível de proteção pública muito abaixo do limite comparando-se com os demais casos.

Tabela 2. O modelo de cobertura dos Welfare States ocidentais.

	Assistência Pensionística	Assistência Sanitária prest. em n. e s.
Ocupacional		
Estados Unidos	2+1	1
Puro		
França	2+1	2
Bélgica	2+1	2
Alemanha	2	2
Austria	2	2
Misto		
Suíça	3+4	2
Itália	2+1	3
Holanda	3+4	2a
(Irlanda)b	2+1	3
Universalístico		
Austrália	1	3
Misto		
Nova Zelândia	3+4	3
Canadá	3+4	3
Gran-Bretanha	3+4	3
Puro		
Finlândia	3+5	3
Dinamarca	3+5	3
Noruega	3+5	3
Suécia	3+5	3

LEGENDA:

1 = Cobertura marginal ou "residual"

2 = Cobertura ocupacional

3 = Cobertura universal

4 = Integração ocupacional, muito fragmentada, prevalece o privado

5 = Integração ocupacional, muito fragmentada, prevalece o público

a = além dos esquemas ocupacionais existe um limitado esquema universal, para as "prestações médicas essenciais" ou catastróficas

b = para exata colocação da Irlanda, ver o texto

FONTE: Flora [1986/1987] OCSE [1988], Albert [1987], MISSOC [1991].

In Ferrera, M. 1993.

Classificados como modelos de *Welfare State* ocupacionais puros estão quatro países: França, Bélgica, Alemanha e Áustria. Estes países iniciaram o sistema de proteção social com esquemas reservados a algumas categorias de trabalhadores, incluindo posteriormente outras ocupações. A extensão de direitos ocupacionais a novas categorias (empregados do setor privado, camponeses, artesões, profissionais liberais e outros) foi feita a partir de um esquema com perfil financeiro e administrativo diferenciado em termos de fórmulas contributivas e de prestações.

“A rede de proteção segurativa é progressivamente estendida a uma quota mais ampla da população, mas a solidariedade pública permanece fragmentada segundo demarcações ocupacionais, originando uma multiplicidade de comunidades de riscos distintas. ... Nos últimos 30 anos, todos os quatro países examinados providenciaram o preenchimento dos buracos existentes em seus respectivos modelos de cobertura, através de programas residuais (ex: minimum vieillesse na França, revenu garanti aux personnes âgées na Bélgica para os velhos desprovidos de renda, reforço da proteção assistencial na Alemanha e Áustria, com isso encurtando a distância que as separam de outras espécies”.
(FERRERA, 1993p. 21 / 23)

Nos chamados *Welfare State* ocupacionais mistos, Ferrera inclui Suíça, Itália, Holanda e Irlanda, pois combinam esquemas de proteção ocupacionais e universais, sendo que, o modelo ocupacional tem uma precedência temporal. Entretanto, em qualquer um dos quatro países é significativa a presença de um esquema de proteção social com cobertura nacional, pautado no princípio da cidadania e não em bases contributivas.

No terceiro grupo estão os *Welfare States* denominados universalistas mistos, fazendo parte Grã Bretanha, Canadá e Nova Zelândia. Estes países começam com esquemas de proteção, em nível

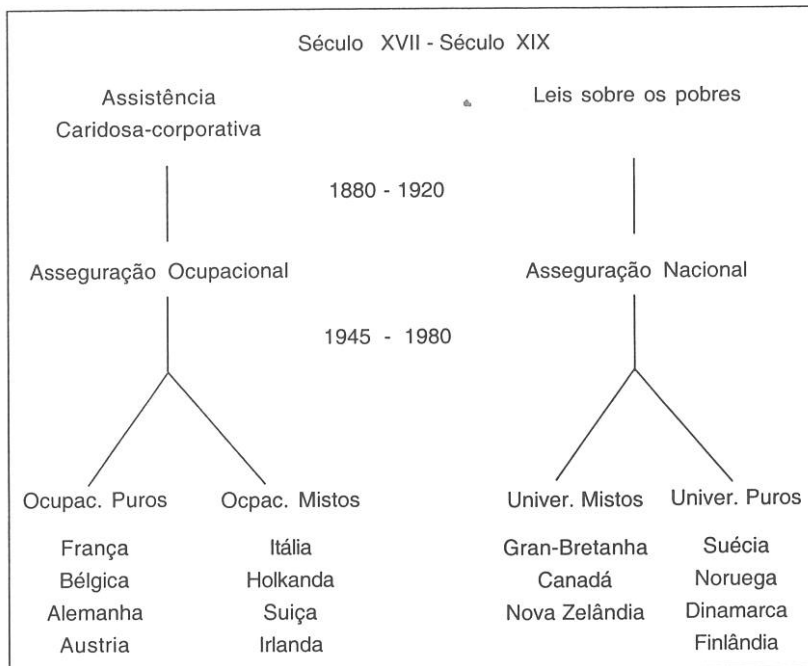
nacional, através de teste de meios, evoluindo no período pós segunda guerra mundial para esquemas de proteção pautados na perspectiva de seguridade social, com cobertura mais ampla, prestações mais homogêneas. Há uma base mínima de proteção nacional e acima desta, há outras formas diferenciadas através de contribuições, alguns gerenciados pelo estado e outros por categorias ocupacionais particulares.

Finalmente, os chamados *welfare states* universalistas puros, onde estão incluídos os países escandinavos: Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia. Estes organizam os esquemas de proteção social com cobertura de base a toda população, ampliando o formato de inclusão com esquemas de proteção à renda.

Sintetizando o percurso de constituição do welfare state ocidental, Ferrera elabora um quadro da genealogia dos mesmos em termos de ramificações e evolução dos modelos de cobertura (figura 1).

A título de síntese explicativa, os motivos que levaram os países a organizarem reformas sociais, fazendo emergir o *welfare state*, segundo Ferrera, começam com uma crise de política pública, em que novos problemas sociais emergem, com soluções velhas que não respondem aos mesmos. Esta crise mobiliza: atores sócio-econômicos, onde são confrontados interesses ocupacionais.

Segundo lógicas de conveniência redistributiva; atores políticos da área pública, onde são confrontados as diversas estruturas organizacionais e as orientações culturais, segundo a lógica de adaptação institucional; atores da arena da competição política, onde os diversos blocos de poder se confrontam, segundo a lógica de pilares de sustentação. Deste complexo confronto, surge um projeto institucional, elaborado a partir de um consenso, que propõe as reformas, definindo o modelo de cobertura. Este modelo transforma-se, com o passar do tempo, em função dos novos problemas e das velhas soluções, reconstituindo o novo ciclo.



Fonte: Ferrera, M. 1993

Figura 1. Genealogia do Welfare State Ocidental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho, é importante salientar que o caminho percorrido foi no sentido de sistematizar de forma introdutória, as propostas de dois dos mais expressivos autores contemporâneos, sobre os modelos de classificação do *Welfare State*.

Embora percorram caminhos teóricos distintos para a construção dos respectivos modelos, alguns elementos chaves estão presentes na formulação destes: a presença do Estado (*stateness*) e os fundamentos éticos-políticos pautados nos direitos sociais, na cidadania.

Esping-Andersen constrói o modelo de tipologia do *Welfare State*, tendo como centro de referência, o princípio de desmercadorização, isto é, a capacidade de uma sociedade afastar o mercado da proteção social, pautando-se nos princípios da cidadania para cobertura. Acima do mercado está o princípio de cidadania, como uma forma de domesticar o capitalismo. Assim, quanto maior o grau de desmercadorização de um país, maior será a presença do Estado, na garantia de proteção, via políticas públicas, com caráter universal, e menor a presença do mercado. Entretanto, o grau de desmercadorização não ocorre ao acaso, é fruto de embates sociais, nos quais a classe trabalhadora têm um papel histórico determinante, que diferencia-se nos países a partir de duas formações sócio-históricas.

Ferrera parte, fundamentalmente, das análises de Esping-Andersen, para formular sua tipologia de classificação do *welfare state*. Inclui o princípio da cidadania, analisando o modelo de cobertura como eixo de sua formulação em contraposição ao princípio de desmercadorização de Esping-Andersen. Partindo do modelo de cobertura constrói uma tipologia que resulta em variações que vão do modelo ocupacional ao modelo universalista, com maior *stateness* nos modelos universalistas. Seu critério de diferenciação, também, não resulta de uma tipologia abstrata, mas, historicamente, circunscrita. “A natureza da cobertura resulta de processos complexos de competição política (perspectiva político-processual)” (GIOVANNI, 2001).

Finalizando, os referidos autores apontam que existem vários arranjos de *welfare state*, resultantes das circunstâncias históricas e das lutas políticas de cada nação. A grande contribuição teórica de ambos é no sentido de, embora de forma distinta, construir parâmetros para estabelecer comparações entre os países em relação ao sistema de proteção social. Quando a crise do *Welfare State* é colocada na agenda política mundial, dos países desenvolvidos, estes modelos teóricos sinalizam concretamente formas de comparação das estratégias e formas de proteção social existentes, apontando na direção que “os sistemas de proteção social são produtos, e, ao mesmo tempo,

elementos estruturantes da vida social moderna”. (GIOVANNI, 1998 p.28)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, M. **Emergência e Desenvolvimento do Welfare State**. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais- BIB. Rio de Janeiro, ANPOCS, n° 39, 1995.

DRAIBE, S. **As políticas sociais e o neoliberalismo**. Revista da USP n° 17. São Paulo. Editora da USP, 1993.

ESPING-ANDERSEN, G. **As três economias políticas do welfare state**. In: Lua Nova-Revista de Cultura e Política n° 24. São Paulo, 1991.

FERRERA, M. “**Os mundos de Bem Estar e suas classificações**”. In Modelli di solidarietà: politica e riforme sociali nelle democrazie. Bologna, Il Molino, 1993.

GIOVANNI, G. DI. **Sistemas de proteção Social: uma introdução conceitual**. In Reforma do Estado & políticas de emprego no Brasil. Campinas, Instituto de Economia da UNICAMP, 1998.

_____. **Apontamentos do curso Trabalho e Proteção Social**. Campinas, Instituto de Economia UNICAMP, 2001.

SILVA, P. L. B. **Apontamentos do curso Trabalho e Proteção Social**. Campinas, Instituto de Economia UNICAMP, 2001. .

AVALIAÇÃO DE PROGRAMA SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA NO NÚCLEO MARIA ROSA

Silvana GAMBINI¹

RESUMO

Este artigo apresenta a experiência realizada pela equipe de funcionários do Núcleo Comunitário do jardim Maria Rosa² com crianças e adolescentes, iniciada no ano de 2004. Aponta ações/atividades sócio-educativas com usuários de 7 a 14 anos que freqüentam a instituição em horário extra escolar. Enfatiza o monitoramento e a avaliação a partir de indicadores, tendo como primazia a reflexão dialética das ações a partir do cotidiano dos usuários. Ressalta também elementos do processo metodológico, bem como a importância do trabalho compartilhado envolvendo toda a equipe e qualificando as ações.

Palavras-chave: Criança e Adolescente, Atividades sócio-educativas, monitoramento e Avaliação.

⁽¹⁾ Assistente Social da Secretária de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social da Prefeitura Municipal de Campinas.

⁽²⁾ Assistente Social, Monitoras, Cozinheira e auxiliar de serviços gerais da Secretária de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão social da PMC.

INTRODUÇÃO

Para falar sobre Avaliação, primeiramente temos que discorrer um pouco sobre o programa social no qual a experiência foi efetivada.

O Núcleo Comunitário de Crianças e Adolescente Maria Rosa é um programa vinculado à Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão social da Prefeitura Municipal de Campinas. Atende crianças e adolescentes de 7 a 14 anos e 11 meses em horário extra-escolar, tendo como objetivo geral a proteção, alimentação e formação através de recursos educativos. Paralelamente a isto, são desenvolvidas ações junto às famílias e comunidade articulado com os recursos sociais.

O programa tem caráter preventivo e contempla um leque de ações voltadas para crianças e adolescentes. Atividades esportivas e de lazer, atividades artesanais e atividade sócio pedagógicas. Estas atividades são desenvolvidas por monitores, seguindo um planejamento mensal realizado por toda equipe da unidade e sempre utilizada como meio de alcance aos objetivos específicos do trabalho. Neste contexto verificamos a necessidade de proceder a um monitoramento sistemático e contínuo das ações desenvolvidas por meio de indicadores de avaliação.

Sabemos que a temática Avaliação de projetos e programas sociais tem ganhado maior atenção por parte dos gestores e agentes sociais envolvidos nesta área, seja no trabalho com crianças e adolescentes ou outros segmentos da comunidade. A Avaliação é um processo sistemático de coleta de informações sobre as ações, características e resultados de programas e/ou projetos a partir de critérios divulgados, que visam determinar sua utilidade ou efetividade gerando recomendações para correção e melhoria das ações. Neste processo avaliar é atribuir valor, medir o grau de eficiência, eficácia e efetividade das políticas e programas sociais.

A Avaliação envolve pelo menos três etapas: o planejamento, processo e resultados, cada um destes deve ser objeto de julgamento por parte da organização.

Na prática, o processo avaliativo possibilita aos envolvidos uma ampliação de conhecimento, vez que exige uma maior reflexão sobre as ações desenvolvidas. É um refletir constante e contínuo.

A Avaliação pode ser caracterizada como um instrumento de gestão, tem importância estratégica no acompanhamento das ações e permite direcionar os investimentos e recursos em pontos prioritários. Entretanto, para sua implementação faz-se necessário uma disponibilidade interna dos agentes, pois implica em co-responsabilização, envolvimento e ação efetiva dos mesmos.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

Diante da complexidade do trabalho com crianças e adolescentes no ano de 2004, sentimos a necessidade de uma reflexão mais aprofundada das ações, tanto em nível de execução como na avaliação. Realizamos um planejamento, traçando as etapas que envolveriam o trabalho e iniciamos por uma discussão teórica envolvendo dois aspectos fundamentais: o trabalho realizado com os usuários/ projeto de Núcleos e os resultados alcançados com este trabalho. Começamos por refletir e responder indagações. Qual a visão de homem e de mundo? (visão/ compreensão/ sentimento) Como é a organização do espaço físico e materiais? Quem são os profissionais que atuam neste trabalho? Quem são os usuários? Que linha pedagógica utilizamos?... Esta reflexão nos fez entender o verdadeiro valor das ações.

Partimos então para a discussão do tema avaliação, não como um tema estático/ acabado, mas como um processo dinâmico, planejado e participativo. Procedemos a um diagnóstico inicial cujo objetivo era conhecer a necessidade maior do grupo de crianças e

adolescentes, bem como o contexto que envolveria a ação. Este levantamento minucioso envolveu todos os usuários (80 crianças e adolescentes), contudo percebemos que o universo era grande demais, diante de nossa pequenez e da dimensão do processo avaliativo, sendo assim decidimos focar o olhar em dois grupos de usuários: crianças e adolescentes com dificuldades de relacionamento que já estavam no Núcleo há mais de um ano e crianças novas que estavam entrando no Núcleo no ano 2004.

Diante dos objetivos específicos construídos coletivamente – ampliar e fortalecer o espaço de sociabilização e socialização de crianças e adolescentes e oportunizar mecanismos de participação interna é autonomia dos usuários no processo de trabalho – e com o propósito de apontar um sinalizador que buscasse expressar os aspectos da realidade observada, considerando as particularidades do contexto, definimos três indicadores, sendo: nível de sociabilização, nível de socialização e nível de participação interna.

Alguns elementos importantes foram discutidos como parte do processo metodológico. Na definição também respondemos algumas questões: Que grupo estaríamos avaliando? Qual o número/ quantidade de usuários? Com que periodicidade? E em que momento? Definidas estas questões passamos a decodificar cada indicador, buscando trazer para discussão e visualização seus componentes e manifestações a partir do público observado. Também sinalizamos que o grupo avaliado estaria sendo observado em dois momentos distintos, ou seja, no momento onde estariam sendo realizadas atividades diretivas com apoio de outro profissional, estando a monitora como suporte na observação dos usuários, e no momento das atividades não diretivas em que a monitora estaria sozinha no grupo com os usuários.

Para coleta de dados utilizamos alguns instrumentais – entrevistas, observação sensível, fichas de frequência, prontuários e a ficha de avaliação propriamente dita. Também utilizamos informações cotidianas do processo de trabalho: relatórios, auto-avaliação com usuários entre outros.

Trabalhamos coletivamente na construção de conteúdo pedagógico (ações sócio-educativas, teóricas e práticas) trazendo questões importantes para o grupo, levando sempre em conta o interesse dos usuários. Este conteúdo em alguns momentos sofria alterações, a partir da leitura e reflexos das ações junto aos usuários.

Identificamos alguns problemas na dinâmica familiar de alguns usuários do grupo avaliado (gravidez indesejada da mãe, falecimento de genitor, alcoolismo, abandono de lar por parte da genitora) e que acabaram refletindo em situações conflituosas no espaço do Núcleo. Outros problemas foram identificados junto às crianças e adolescentes no âmbito do Núcleo: individualismo (falta de cooperação e ajuda mútua), restrito relacionamento e/ ou de forma negativa, falta de entendimento e aceitação as regras e dificuldades de aprendizado do conteúdo formal/baixo rendimento. A reflexão da equipe estava sempre presente no processo e nestes momentos algumas alterações foram necessárias. Foram introduzidos alguns temas – trabalho em grupo/ introdução de oficina artesanato coletiva, mudança de usuário de grupo, e abordagem de diversos temas e dinâmicas objetivando atingir o foco do problema. Ressaltamos, porém, que não conseguimos dar conta de alguns aspectos, principalmente no que dizia respeito ao conteúdo formal (do contexto escolar).

PRIMEIROS RESULTADOS

As ações desenvolvidas juntamente com o processo de monitoramento e avaliação nos permitem descrever alguns resultados alcançados com o trabalho. Esclarecemos que tais resultados são bastante significativos para nós profissionais que trabalhamos direta ou indiretamente com as crianças e adolescentes, contudo não se esgotam em si mesmos. Este processo avaliativo compreende a coleta, discussão conjunta, tabulação, categorização e análise dos dados.

Procedemos à discussão dos resultados iniciando pelo Nível de Sociabilização por entendermos que a interrelação dos usuários é

um dos aspectos fundamentais do trabalho, contudo há uma correlação bastante estreita entre os três indicadores: sociabilização, participação interna e socialização.

Socialização, segundo dicionário Aurélio – ação ou ato de socializar, tornar sociável.

Percebemos que os usuários (crianças e adolescentes) ampliaram seu universo de relações, fazendo e mantendo suas amizades, explorando a comunicação e interrelação com os colegas. Outro aspecto bastante assimilado e praticado por eles foi as regras do convívio social (obrigado, com licença...) regras estas que atualmente são pouco estimuladas nos diferentes ambientes em que vivem. Também percebemos a ampliação e aceitação das regras coletivas.

Em relação à resolução de conflitos (componente do indicador de sociabilização), os resultados foram pequenos, apenas algumas crianças conseguiram assumir seus erros e defeitos e um número bastante significativo continua utilizando a agressão (física, verbal) como forma de resolver os conflitos. Poucos recorrem à monitora para solicitar ajuda e outros poucos fazem uso do diálogo.

Entendemos que a violência tem raízes profundas na estrutura sócio-econômica e cultural do país e é reproduzida pela sociedade nos diferentes ambientes, contudo ela não pode ser inatingível. Temos que continuar trabalhando no sentido de promover a resolução pacífica dos conflitos, construindo com os educandos, alternativas positivas de mudança de hábitos e atitudes.

Por se tratar de um termo bastante amplo e complexo, optamos por observar a participação das crianças e adolescentes dentro do espaço interno do Núcleo Maria Rosa, daí a denominação participação interna. Na observação deste indicador levamos em conta três dimensões, ou seja, o Fazer Parte (frequência da criança e do adolescente nas atividades), o Tomar Parte (ação efetiva que este usuário desenvolve), o Ser Parte (sentimento de pertencer ao grupo de crianças e adolescentes). Estes três elementos foram considerados no processo avaliativo.

“Participação entendida como um processo, no sentido legítimo do termo: infundável em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim participação é em essência auto promoção e existe enquanto conquista processual”. (DEMO, 1988:18).

Em relação ao primeiro aspecto, visualizamos que o grupo observado obteve uma frequência acima de 80%, ou seja, a presença física é bastante positiva. A ação de construir algo foi sinalizada com mais frequência na execução de atividades artesanais, porém alguns ainda precisam ampliar seu compromisso. Criamos várias frentes e possibilidades para participação dos usuários, contudo o grupo ainda enfrenta algumas dificuldades, falta iniciativa e envolvimento em todo processo (início, meio e fim).

Sabemos que existe a cultura da não participação. Na família, na escola e nos diferentes ambientes esta participação foi sempre tolhida e em alguns ambientes ainda continua sendo. A participação envolve satisfação, responsabilidade e compromisso.

O último aspecto diz respeito ao sentimento, o grupo sinaliza um grande desejo e realização pessoal em estar no Núcleo.

Entendemos que a participação dos usuários no Núcleo ainda é incipiente, contudo temos que continuar criando espaços e estimulando nossos educandos a participarem, importante dizer que já percorremos um grande caminho, vez que contamos com a presença efetiva dos usuários tendo como alicerce uma base afetiva, pois sentem prazer em participar do Núcleo.

Socialização, segundo dicionário Aurélio –1 ato de socializar, 2- Extensão de vantagens particulares por meio de leis e decretos, à sociedade inteira.

Percebemos por meio do indicador socialização que poucos usuários trazem informações adquiridas/aprendidas no contexto escolar, para o Núcleo, o que ocorre com frequência é a socialização de fatos vistos e/ou vividos por ele em sua comunidade, principalmente questões relacionadas à violência urbana. A maioria dos usuários possui um universo conceitual bastante restrito.

Também percebemos que o tema sexualidade está presente entre alguns adolescentes, contudo há uma socialização restrita a um pequeno grupo e que atualmente com a criação de espaço vem sendo expandido e socializado a todos os adolescentes que frequentam o Núcleo.

A Socialização de conteúdo formal (aprendido na escola) é quase que inexistente apesar do Núcleo abrir este espaço, a verbalização não acontece. A maioria dos nossos usuários tem dificuldades na leitura e escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode fazer uma avaliação sem percorrer um processo e é sobre este que estaremos falando.

No processo avaliativo esbarramos em algumas dificuldades. Pensar em avaliação significa observar sensivelmente, refletir e relatar a ação, contudo quando contamos com uma equipe reduzida, pouco tempo para reflexão e dificuldades em relatar, começam a surgir às dificuldades, contudo o desejo de acertar nos motiva a continuar e os obstáculos por si só deixam de ser impeditivos para realização do trabalho.

Alguns aspectos positivos também são identificados neste processo. O refletir a ação, saindo do ativismo e considerando o universo maior e o contexto no qual o usuário está inserido e a visualização de resultados positivos, possibilitando um crescimento pessoal para os usuários e educadores.

A avaliação ainda é um instrumento novo no âmbito do trabalho social, contudo tem se mostrado elemento valioso e essencial dentro do processo de trabalho, contudo a interiorização e o valor que se atribua a ela se faz alavanca no desenvolvimento do trabalho.

A implantação da avaliação através de indicadores de monitoramento e de resultados supõe (pelo menos) dois tipos de ação

dos educadores e executores: a disponibilidade interna para entender o processo avaliativo e colocá-lo em prática e a capacidade para buscar alternativas de ações pedagógicas para mudança do conteúdo programático, caso seja necessário.

No entanto, deve se levar em conta que os indicadores não são instrumentos neutros, não respondem a tudo, e para serem efetivos, dependem muito de processos mais racionais de formulação. A indicação destes deve ser feita “sob medida” para cada projeto a partir dos objetivos específicos.

Vale ressaltar que quanto mais profissionais estiverem envolvidos no processo, tanto maior será o grau de precisão dos indicadores e resultados.

Em resumo, apesar de nossas resistências e pouca existência do hábito de avaliar, o processo do olhar sensível e crítico sobre nossas ações pode resultar na descoberta e conquistas que sem esse olhar passariam despercebidas.

Pensar nas possibilidades e potencialidades, sem deixar de lado os limites e obstáculos pode ser o ponto inicial para a construção e prática do processo avaliativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta T. S (1.198). “**Tendências nos estudos sobre avaliação**”, in RICO, Elizabeth Melo. Avaliação de políticas sociais: Uma questão em debate. São Paulo, Cortez. 1998.

DEMO, Pedro. “**Participação é conquista**”, São Paulo, Cortez, 1988.

NOVO **Dicionário da língua portuguesa**, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, séc. XXI ed. Nova Fronteira.

RICO, Elizabeth Melo. RAICHELIS, Raquel. **Gestão Social: Uma questão em debate**. Educ. Sp, 1999.

O IMAGINÁRIO E AS UTOPIAS LATINO-AMERICANAS¹

Prof. Gabriel L. SANTIAGO²

RESUMO

O artigo retrata o drama latino-americano na tensão dialética dependência-autonomia. Povos se mesclam e sintetizam uma raça com variantes estéticas, culturais, religiosas, políticas, econômicas. Predomina um comportamento autoritário das elites que se reciclam no poder diante de uma frágil democracia e um descontrole na distribuição de renda, conseqüência de séculos de arbítrio, prepotência, baixo acesso à educação. Há até hoje pouco espaço entre o Estado e a Nação. A utopia de uma grande mudança continua latente.

Palavras-chave: política, imaginário, elites, história, nação, Estado, alienação.

⁽¹⁾ Entendemos aqui **imaginário** como imaginação utópica, em que cria outra realidade para mostrar erros, opressões e violência da realidade presente e estimular em nossa imaginação o desejo de mudança.

⁽²⁾ Doutor em Filosofia da Educação. Professor na PUC-Campinas, no departamento de Filosofia. Leciona Filosofia Antiga e Medieval e Filosofia no Brasil no Curso de Filosofia e Metodologia Científica na Pós-Graduação de Filosofia da PUC-Campinas. É membro da Academia Campineira de Letras e Artes. Entre outras publicações, escreveu o livro "As Utopias Latino-Americanas – em busca de uma educação libertadora".

RESUMEN

El presente artículo, demuestra el dramático estado latinoamericano, achacado por tensiones dialécticas entre la dependencia y la autonomía regional. Pueblos mezclados racialmente pero de múltiples diferencias estéticas, culturales, religiosas, políticas y económicas. A pesar de todo, las élites que viven dentro y en el entorno del poder, prosiguen fuertes en el autoritarismo y a causa de eso se tiene una débil presencia democrática. No hay el diálogo necesario entre el Estado y la Nación. La utopía de un gran cambio está muy vivo en el pueblo de América Latina.

A forma de conquista da América estava programada no Renascimento, uma espécie de humanismo greco-romano, levando à ilusão de que as novas nações podiam basear-se na “polis” grega ou na “ Republica” romana. Era o modelo ocidental colonialista de desenvolvimento. O esquema colonialista até hoje domina o pensamento e o comportamento ocidental. Qual seria esse esquema? A crença segundo a qual a maneira de vida do ocidente constitui a civilização.

Desta maneira os povos deviam adaptar-se a esse “modus vivendi” pois os ocidentais destinam-se a levar-lhes a civilização pela força. Arejeição a esse modo de vida ocidental pelos “nativos” significaria atraso de civilização e falta de generosidade dos seus benfeitores que os convidam a imitá-los para caminhar na via do progresso e da prosperidade econômica.

Astecas, Maias e Incas foram as “civilizações inferiores” exterminadas pela invasão européia graças à superioridade militar. E graças a esse trabalho de extermínio e acúmulo de riquezas que o capitalismo se desenvolveu enormemente na Europa, irrigando-a de metais preciosos. A “civilização européia e cristã” lançou na América

milhares de escravos negros, permitindo aos europeus ainda mais seu acúmulo de capital.

Esta invasão europeia levantou inúmeras questões para os pensadores latino-americanos que até hoje se debruçam sobre questões especialmente antropológicas, tentando construir um perfil coerente do povo da América Latina em sua luta de emancipação cultural, econômica, política e social.

Desta maneira a imaginação e os símbolos redescobrem a América de todos nós, como afirma o filósofo brasileiro Rubem Alves:

“A imaginação é para a sociedade o que os sonhos são para os indivíduos. Em toda utopia, trabalho artístico, fantasia religiosa e ritual mágico, a sociedade fala de seus sentimentos ocultos. Fala de suas frustrações e aspirações, e ainda revela os seus anseios reprimidos, os quais não podem ser articulados em linguagem comum”³.

Realmente, questões como identidade, nacionalidade, cópia e produção original perseguem toda a história do pensamento latino-americano. De fato estavam presentes em textos ainda anteriores às independências nacionais e ganharão maior expressão com o romantismo que leva a uma preocupação pelos valores próprios da América Latina.

Na década de 40 do século passado, aparece uma série de trabalhos históricos com a marca da negatividade em relação à Espanha. São notórios os trabalhos de Sarmiento sobre a Argentina, Victoriano Larrastia sobre o Chile, Andrés Bello sobre a Venezuela, José Maria Luis Mora sobre o México e de José Maria Saco sobre Cuba.

A discussão sobre a modernidade esteve ligada à questão do original e da cópia, onde ao ler-se J.B. Alberdi⁴ ou Francisco Bilbao,

³) A Gestação do Futuro, p.87.

⁴) O conhecimento da filosofia política e da cultura anglo-saxônica inspirou as concepções liberais de J.B. Alberdi, cuja obra influenciou na elaboração da constituição argentina de 1853.

apresentam os Estados Unidos como modelo do espírito da modernidade que se pretendia realizar. Situações semelhantes apareciam no Brasil, na Segunda metade doséculo XIX, quando Machado de Assis atestava o desejo de se criar uma literatura mais independente enfatizando a relação entre o regional e o universal.

Muitas dessas questões tem sido tratadas e discutidas desde a época colonial, ganhando novos contornos na medida em que sem modificado a inserção da América Latina no mundo. Uma das questões que mais provocou discussões foi a relação do particular com o universal, ou seja, do nacionalismo exacerbado e do universalismo alienado

Buscaríamos então no nacionalismo a definição de um espírito latino-americano ou a caracterização de índoles raciais com finalidade de construir uma visão ufanista regional. Buscaríamos uma essência latino-americana, seu ser original, sua filosofia, rejeitando o universal pela exaltação do particular, marcado por uma época, uma raça, um estamento. Essa ideia de especificidade latino-americana declina para o nacionalismo regional quando a região passa a ser vista como entidade estática. Toma-se o outro apenas como modelo do qual pretendemos diferenciar, pois o exterior sendo distinto, é inadequado ao ser latino-americano. Mas não há dúvida de que se corre um risco, mas outro risco poderia surgir é o de defender-se um universalismo radical e alienado que ignore peculiaridades regionais.

Acreditamos que vivemos entre um humanismo abstrato e um historicismo alienante. Precisamos antes, reconhecer as características da cultura latino-americana.

A América Latina é história real e imaginária. Real na sua concretude e imaginária como na obra de Gabriel Garcia Marquez em "Cien años de soledad". A análise da cultura e da tradição latino-americana não está, portanto, impossibilitada pela universalidade nem pela diversidade regional⁵.

⁽⁵⁾ Há uma excelente obra sobre o universal e o regional do filósofo brasileiro Gerd Borheim com o título: O idiota e o espírito objetivo, Editora Global, 1987.

Entender esse imaginário é perceber condições de formular sua crítica, que será também uma crítica da cultura latino-americana, incluindo o pensamento, as artes e as mentalidades. Claro que faz sentido opor os traços de uma cultura anglo-saxônica a outra predominantemente latina e ibérica.

Só poderemos entender corretamente a América Latina na sua vinculação da dominação interna e internacional. Enquanto existe a dominação, a imagem da região está intrinsecamente relacionada com essa dominação. É importante abolir a divisão real entre dominador e dominado, mesmo considerando que o real também passa pelo simbólico⁶.

A cultura regional latino-americana, nos seus respectivos espaços nacionais, tem se dividido em duas: uma a do povo a outra a da elite. A primeira é uma sedimentação de culturas não necessariamente nacionais e populares que também cria e recria, mas sem acesso direto ao vanguardismo internacional. A segunda está constantemente empenhada em traduzir o nacional no internacional, mesmo quando exalta o local ou, ao contrário, defende a internacionalização da cultura.

Percebe-se que a história latino-americana é parte integrante da história europeia, relaciona-se com a norte-americana e está intrinsecamente vinculada à história africana, como também à cultura indígena. Logo, mesmo voltando-se para a própria região e para seu passado, ela não é exclusiva e isolada. Se consegue ser própria e local, é como parte integrante da história universal. Enfim a América Latina é uma mistura de outros.

Analisar a identidade latino-americana é como lançar-se sobre a definição de **alteridade**. A imagem da América Latina se reflete, como um espelho, na imagem dos outros, que são tomados como modelos de futuro ou como ameaça presente. A imagem do outro tem

⁶) Quando aqui nos referimos a dominante-dominado, não nos referimos à velha ideologia política leste-oeste, mas a pressão que países poderosos exercem sobre economias de países economicamente fracos e estes sobre sua população.

assim, um duplo sentido: exerce ao mesmo tempo fascínio e medo.

Será que a invasão do modelo nôrte-americano constitui uma ameaça? Talvez para o capitalista dos carteis assuste o modelo ianque. Isso ameaçaria a identidade latino-americana? Os Estados Unidos mal nos ouvem, mas se metem na caminhada que a América Latina faz, especialmente com a Argentina, Brasil e México. Enquanto existir desequilíbrio de forças, haverá pressão dos Estados Unidos e não apenas a exportação de uma ideologia de base neoliberal.

Os modelos que tiveram influência e fascínio no passado como os movimentos revolucionários (Rússia, China, Cuba, Nicarágua) perderam sua mística e operacionalidade; por outro lado, o capitalismo neoliberal aplicado ao Terceiro Mundo, não deixa saudade, pelo contrário, marca um rastro de pobreza e desemprego impressionantes.

Se as revoluções dependessem apenas das condições materiais, haveria nos anos 80 deste século um clima revolucionário na América Latina, pois houve nessa década um regresso econômico e uma deterioração da qualidade de vida. Foi chamada “década perdida”. Mas as revoluções não se fazem sem símbolos eficazes que se projetem no futuro como sinal de libertação. O modelo aparentemente estável da União Soviética (hoje Rússia) ruiu. A imagem da revolução e revolta contra o capitalismo sofreu um processo de autocrítica.

O que resta agora à América Latina sem um socialismo eficiente e um neoliberalismo duvidoso?

Não resta a América Latina senão construir sua utopia. Não para fechar os olhos e se fechar às influências exóticas, não por encobrir com a ideologia sua própria realidade e seus graves problemas, mas, ao contrário, por estar com os olhos abertos à influências de onde quer que venham, pois estas sempre tentaram adequá-las à nossa realidade, contudo até hoje constituem paliativos.

Encontrar suas próprias políticas não deve despertar suspeita de uma inovação narcisista por parte da América Latina. É necessário

olharmos nossa realidade sem negar os outros, sem deixar de incorporar todas boas experiências, sem nos curvamos à dominação, nem tornarmo-nos escravos do futuro alheio.

A idéia da América Latina como utopia, que nós latino-americanos herdamos da própria Europa, constitui um rico filão para o pensamento que está sendo produzido entre nós. Existe um pensamento latino-americano na arte, na literatura, contudo a reflexão se produz por descontinuidades. A própria imagem das tradições culturais é múltipla. Tomar como ponto de partida a necessidade de um pensamento próprio ou o desejo de fazer uma literatura latino-americana é afirmar uma ideologia regionalista que se constroi sobre uma visão particular, necessidade primária para tornar-se universalista.

O pensamento latino-americano tem sido referido ao pensamento europeu, mas ocupa-se de sua esfera própria, da identidade latino-americana, do subdesenvolvimento e da dependência.

É a dependência latino-americana que impede que esse pensamento não consiga libertar-se de seus dois aspectos marcantes: sua subserviência em relação aos grandes centros mundiais ou sua oposição militante ao que se produz lá fora, na ilusão de construir por oposição algo de originalidade.

O desejo latino-americano de tornar-se dono de seu próprio destino é o de ver-se livre em relação aos centros de poder. Em termos políticos, a inserção da América Latina numa escala de espaço e tempo tem se traduzido no fato de que aqui o desejo de autonomia tenha convivido com um pensamento permeado pelas idéias de que, sendo uma invenção alheia, ainda não existimos.

Os latino-americanos não vivem realmente o presente, mas um projeto futuro, uma esperança, uma utopia, e ao mesmo tempo um presente ameaçado, porque o autoritarismo latino-americano sobrevive até sob o manto do liberalismo e da democracia, ou seja os latino-americanos vivem em sociedades autoritárias⁷. O autoritarismo

(7) João ALMINO: "Um falso problema? In: Folhetim. Folha de S.Paulo 6/8/1988 p. b7.

latino-americano por sua vez se organiza como sociedade histórica em formação, mesmo quando se quer liberal e desenha-se um projeto democrático, pois se representa como estando a caminho de imagens determinadas da democracia.

A noção de povo não consegue traduzir uma existência positiva, isto é a de um povo que é e que age no presente. É o povo futuro, que ainda não existe em sua forma madura e deve atravessar o estágio de preparação. O povo que não existe e que é como tal, solicitado a participar, quando empiricamente participa, no presente, passa a ser representado não mais como povo futuro, mas como anti-povo. Ele pode ser entendido como agente perigoso, quando as elites se reciclam no poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABENSOUR, Miguel. **O Novo Espírito Utópico**, Campinas, Unicamp, 1990.
- ALVES, Rubem. **A Geração do Futuro**. Campinas, Papirus, 1986.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- BERLIN, Isaiah. **Limites da Utopia**. S.Paulo. Cia. das Letras 1991.
- GALINDO, Alberto Flores. **La Agonia de Mariátegui – La polémica con la komintern, Pesco, Centro de Estudios y promoción del desarrollo, Lima**, 2ª edición, 1982.
- GARCIA, Jorge J.E. & JARSIC, Ivan. **Filosofia e Identidad cultural em América Latina**. Venezuela, Monte Ávila Editores, C.A. 1983.
- GUY, Alain. **Panorama de la pensée philosophique ibéro-américaine**, Geneve, Suisse, Editions Patiño 1989.
- LAMPE, Armando (organizador). **Ética e Filosofia e a Filosofia da Libertação. Festschrift, Enrique Dussel**, Petrópolis, Vozes, CEHILA, S.Paulo, Edição bilíngüe, 1995.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e Infinito**, Lisboa, Edições 70, 1980.

NEÜSUS, Arnhelm. **Utopia**. Barcelonã, Barral Editores, 1971.

RIBEIRO, Darcy. **O Dilema da América Latina – Estruturas de poder e forças insurgentes**, Petrópolis, Vozes, 1979.

SALAZAR-BONDY, Augusto. **Existe una filosofia en nuestra América?**, Siglo Veintiuno editores, Mexico, 1968, 11^a. Edición.

SANTIAGO, Gabriel Lomba. **As Utopias Latino-Americanas – Em busca de uma educação libertadora**. Campinas, Ed. Alínea, 1998

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e Sangue – política e sociedade na América Latina, SP**. Trajetória Cultural/ Ed. Unicamp, 1989.

VILLEGAS, Abelardo. **Reformismo y Revolución en el pensamiento latinoamericano**, Siglo Veintiuno S.A. México, 3^a edición, 1977.

O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO CAMPINAS E SUA RELAÇÃO COM O SUS, O SUAS E A QUESTÃO DO TERRITÓRIO

José BRAGA¹

RESUMO

O artigo busca apresentar a experiência do Orçamento Participativo – OP Campinas, levantando questões referentes à sua relação com as dinâmicas do SUS e do SUAS. Pretendemos demonstrar que o OP enquanto instrumento de participação popular desenvolveu suas relações com as outras duas formas a partir dos seus respectivos níveis de acumulo junto à sociedade civil e ao aparelho de Estado, e explicitar algumas limitações do modelo setorial de organização estatal para o uso democrático do território.

Palavras-chave: Estado, território, democracia, participação popular.

⁽¹⁾ Economista / UNICAMP foi Coordenador da Participação Popular e do Orçamento Participativo no Governo Democrático e Popular (2001/4) de Campinas / Brasil.
E-mail: rrbaga@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O território de Campinas é onde vivem, trabalham, sofrem e sonham mais um milhão de habitantes; lugar geográfico dos poucos que lucram e dos muitos que perdem com o dinheiro globalizado. Território que se apresenta com sérios problemas sócio-espaciais, mas com uma forte tradição de organização social e popular.

O Brasil vive nos últimos 20 anos seu mais longo período democrático. No bojo desse processo de constituição da democracia brasileira observamos a construção de espaços de participação popular e de controle social do aparelho de Estado tanto por parte dos movimentos sociais quanto por parte de gestores públicos comprometidos com transformações estruturais no nosso modelo sócio econômico. A implantação do SUS, a construção do SUAS e as experiências de Orçamentos Participativos se encaixam nesta perspectiva. A experiência do Governo Democrático e Popular de Campinas situa-se entre as que buscam desenvolver espaços de participação popular como forma de enfrentar e superar os entraves colocados pela formação sócio-econômica brasileira.

O Governo foi marcado pelo assassinato do Prefeito eleito com as bandeiras da democratização do uso do território municipal e do fim da história de mau uso do dinheiro público, com a abertura da “caixa preta” e a implantação do OP.

Seu assassinato, do ponto de vista da gestão, potencializou o caráter setorial fortemente enraizado na estrutura da burocracia estatal que impede maiores avanços na formulação política que tem no território usado sua fundamentação. Esta característica trás para a experiência traços contraditórios e particulares que dá a ela importância definitiva para quem quer entender os limites, as contradições e suas potencialidades para a superação do atual modelo econômico e político que tem perpassado nossa formação socioeconômica.

O presente trabalho pretende discorrer sobre algumas variáveis que perpassaram a experiência da relação do OP com outras

duas estruturas de participação popular e controle do aparelho de Estado, o SUS e o SUAS, buscando demonstrar que os diferentes momentos de implantação determinaram diferentes relações destas com a dinâmica do OP, mas que em ambas o saldo é positivo.

Para tanto iniciamos fazendo uma revisão bibliográfica que nos ajuda localizar algumas questões importantes à apropriação da experiência, assim como no debate teórico e político da dinâmica do uso do território. Em seguida faremos uma rápida descrição do processo de constituição do OP, do SUS e do SUAS e as principais características de cada um deles.

Por últimos apresentaremos alguns dados que refletem a relação do OP com a dinâmica da participação popular e da definição de investimentos no SUS e no SUAS.

MERCADO, ESTADO E TERRITÓRIO

Segundo Atílio Boron (2004) a amplitude e a profundidade das mudanças experimentadas na segunda metade do século XX situam nossa época como uma das mais dinâmicas e revolucionárias. Nas suas palavras, com *“a profunda reestruturação econômica e social propiciada desde a crise do keynesianismo – em meados da década de 70 – e o auge das idéias neoliberais, assistimos a uma expansão dos mercados sem precedentes na história do capitalismo. O resultado desta inédita mercantilização da vida social foi um notável desequilíbrio na relação entre mercado, Estado e sociedade”*. (p. 18) As empresas transnacionais e as gigantescas firmas que dominam os mercados, se transformaram em protagonistas privilegiados nas “débeis democracias”. *“Seu domínio na segunda arena da política democrática, os mercados, projeta-se decisivamente na esfera pública e nos mecanismos decisórios de Estado”* (BORON, p. 45). Segundo o autor esta realidade *“levanta um problema crucial para a teoria democrática: como contrabalançar a exorbitante gravitação destes atores, que corrói até a raiz a credibilidade*

do processo democrático? Quais são as instituições, normas ou instrumentos idôneos para exercer um controle democrático sobre estas gigantescas burocracias privadas ou públicas?” (p. 44)

É neste contexto que a questão da democracia participativa tem ocupado crescente espaço no debate acadêmico e político, no nosso Brasil e no mundo. Seja como resposta à incapacidade dos Governos reverterem a crescente condição de exclusão social imposta pelo hegemônico modelo político e econômico neoliberal. Seja pela crescente publicização do mau uso de recursos públicos por parte de agentes políticos, o que coloca em risco a própria democracia representativa como método de constituição e legitimação de Governos e da ação do Estado.

Décio Saes em *“O Conceito de Estado Burguês”* (1994), busca demonstrar que a construção do conceito só pode ser empreendida no quadro da problemática teórica dos tipos de Estado correspondentes aos tipos diversos de relações de produção. A base para o desenvolvimento desta problemática estaria nas obras de Marx, Engels e Lênin, e, segundo o autor, consistiria num conceito de Estado válido para todas as sociedades divididas em classes, onde o Estado seria a organização especializada na função de moderar a luta entre as classes antagônicas, garantindo a conservação da dominação entre elas. Neste sentido o Estado burguês seria aquele que torna possível a reprodução das relações de produção capitalista. Contudo *“a correspondência entre o Estado burguês e as relações de produção capitalista não consiste numa relação causal simples e unívoca entre ambos”* (SAES, p. 21). Portanto, o Estado pode ser qualificado como capitalista quando cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalista, e o Estado burguês o faria desempenhando dupla função: a) individualizando os agentes da produção (produtores diretos e proprietários dos meios de produção), mediante a sua conversão em pessoas jurídicas, portadoras de direitos individuais que estabelecendo contratos que conferem troca desigual entre o uso da força de trabalho e o salário na compra e venda da força de trabalho dos produtores

direitos. b) A segunda função do Estado burguês seria neutralizar a tendência de ação coletiva dos produtores diretos decorrente do caráter socializado do processo de trabalho.

Se na primeira função o Estado burguês coloca o produtor direto no mercado de trabalho como sujeito individual dotado de vontade e de direito, na segunda, neutraliza, no produtor direto, a tendência à ação coletiva, organizando um outro coletivo, o Povo-Nação. Ou seja, torna os produtores diretos e os proprietários dos meios de produção um único coletivo com interesses comuns dentro de um espaço geográfico delimitado, o território.

O território para Milton Santos é *“o conjunto de sistemas naturais mais os acréscimos históricos materiais impostos pelo Homem”*. Ele é *“formado pelo conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e mais o seu uso, ou, em outras palavras, a base técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e de política”*. (SANTOS: 1999, 5) Neste sentido, na concepção miltoniana, o território não é apenas entendido como limite político administrativo, mas como espaço efetivamente usado pela sociedade e pelas empresas, é assumido, portanto, como uma instancia social. Sua *“formação socioeconômica é uma totalidade”*(SANTOS: 2003; 202) e *“diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde provem o impulso”*. (SANTOS: 1979; 10), assim, *“quando sua evolução é governada de fora, sem a participação do povo envolvido”*, as formas introduzidas *“servem ao modo de produção dominante em vez de servir à formação socioeconômica local e às suas necessidades específicas”* (SANTOS: 2003; 202)

Nesta perspectiva, a cidade para o autor, *“é um grande meio de produção material e imaterial, lugar de consumo, nó de comunicação”* (SANTOS: 1994; 118), pois, *“quanto mais os territórios são cortados por estradas, tanto mais a produção e os homens se concentram em poucos lugares”* (p. 118), com isso e na medida que a circulação dos produtos, das mercadorias e dos homens ganha expressão no processo

da globalização produtiva, a urbanização passa a ser um dado fundamental na compreensão da economia. *“Por isso, o entendimento do processo global de produção não se contenta com a mera economia política, nem se basta com a Economia Política da Urbanização, exigindo uma Economia Política da Cidade”*. (p.118)

A economia política da cidade, para Santos (1994), *“seria a forma como a cidade, ela própria, se organiza em face da sua produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade”*. (p. 118). Segundo o autor, a vida urbana exige a criação de meios coletivos – ou “capitais comuns” – à disposição do processo produtivo, e sua disposição implica em áreas diferentemente ocupadas e valorizadas, desde as realizações mais recentes até o que resta do passado mais remoto. Estes “capitais comuns” por sua vez – em função das diferentes capacidades de utilização das infra-estruturas financiadas por meio de impostos – são utilizados de forma diferenciada pelos diversos atores econômicos, o que conduz a uma apropriação seletiva e a um processo de transferência de recursos da população como um todo para algumas pessoas e firmas. A seletividade do uso do território implica num agravamento das desigualdades originais, ou, mais concentração em benefício de alguns e mais marginalização e exclusão para muitos.

Este processo faz do Estado um motor propulsor das desigualdades sócio-espaciais na medida que os planejadores são convidados a encontrar formas de transformar o Espaço Urbano de modo a permitir que as firmas mais poderosas possam melhor utilizá-lo em seu proveito. Nessas condições, parcela importante dos recursos públicos se dirige a equipamentos públicos seletivos, do interesse da economia e das camadas sociais hegemônicas, e *“tudo isso é feito em nome de ideologias como a do progresso, do crescimento, do desenvolvimento, da modernização e da competitividade”*. (idem, p.140) A situação torna-se mais dramática se considerarmos que as infra-estruturas desigualmente distribuídas pelo território *“valem em função do que autorizam fazer ou não fazer, produzir ou não produzir, produzir de uma forma ou de outra, produzir com tal ou qual lucro”* (idem, p. 140),

e o valor real do solo é função das benfeitorias que se implantam no território para viabilizar algumas atividades, inviabilizando, conseqüentemente, outras; com isso temos uma apropriação altamente seletiva e planejada, para além das regras do mercado, pois é *“imposta pela fração da sociedade e da economia que dispõe de poder para indicar determinada escolha dos equipamentos a instalar, e também para indicar qual a melhor distribuição desse capital fixo no território”*. (p. 141)

Ainda segundo Santos (1994) *“à proporção que se afirmem as tendências à instalação de um Estado central neoliberal e aumentem as pressões das populações empobrecidas por melhor atenção do poder público”* (p. 142), a questão das políticas sociais nas cidades torna-se uma questão crucial, e com isso a que se debater *“a redistribuição dos poderes e recursos e das prerrogativas e tarefas, entre as escalas territoriais de poder”*. (p. 144)

A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Segundo Saes (1994), *“em qualquer Estado burguês, o burocratismo é mecanismo criador de uma aparência de representatividade popular para o Estado”*(p. 47), ou seja, a burocracia do Estado burguês se apresenta como o representante do Povo-Nação, e o faz se apresentando como o agente de concretização do interesse geral de todos os indivíduos. Contudo, segundo o autor, ao nível das formações sociais concretas, o desenvolvimento da luta de classes pode determinar outras *“formas de representação popular”* ou de *“representação propriamente política”* que não a burocrática, na medida que esta não se apóia em nenhuma mediação para se apresentar como representante do Povo-Nação e é a sua própria estrutura, não a presença de mecanismos de consulta à vontade popular, que a define como tal. Já as *“formas de representação propriamente políticas”* se apóiam em mecanismos de consulta à vontade popular e *“a sua existência contribui, portanto, para que se difunda a idéia de que a*

consulta política é condição essencial da concretização do interesse geral da sociedade". (p. 47) Ainda segundo ao autor, a organização de mecanismos de consulta popular, não chega a produzir a desagregação da burocracia do Estado burguês, contudo determina o desenvolvimento de uma contradição entre as formas de representação política e a representação burocrática.

Para Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2002), no momento em que é reaberto o debate sobre a democracia, como fim da Guerra Fria e o aprofundamento do processo de globalização, a concepção hegemônica de democracia do pós-guerra estaria frente a um conjunto de questões não resolvidas e que remeteriam a um debate entre democracia representativa e democracia participativa. Segundo os autores, a concepção hegemônica de democracia teria colocado a democracia enquanto forma não substância, ou seja, onde o processo democrático é um método político, um certo arranjo institucional para se chegar a decisões políticas e administrativas, reduzindo a democracia a um método de construção de governos, identificando-a como regras do processo eleitoral.

Ainda segundo Santos e Avritzer (2002), em paralelo à formação da concepção de democracia como prática restrita de legitimação de governos, teria surgido um conjunto de concepções alternativas que os autores denominam de *"contra-hegemônica"*. A maioria destas concepções não teria rompido com a questão da democracia enquanto procedimento. Contudo, vincularam o procedimento como forma de vida, entendendo a democracia como forma de aperfeiçoamento da convivência humana. De acordo com essas concepções, a democracia seria *"uma gramática de organização da sociedade e da relação entre o Estado e a sociedade"*. (p. 51)

A democracia nas concepções não hegemônicas estaria relacionada ao reconhecimento de que esta não se constitui como um acidente ou uma obra de engenharia institucional, negando, portanto, *"as concepções substantivas de razão e as formas homogeneizadoras de organização da sociedade, reconhecendo a pluralidade humana"*

(Santos & Avritzer: 2002; 51). O reconhecimento da pluralidade humana se daria a partir de dois critérios distintos: *“a ênfase na criação de uma nova gramática social e cultural e o entendimento da inovação social articulada com a inovação institucional”*. (idem) Neste sentido, a democracia sempre implicaria rupturas com tradições estabelecidas e, portanto, uma tentativa de instituição de novas determinações, novas normas e novas leis.

A DEMOCRATIZAÇÃO E O USO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

No bojo destas transformações e debates, no Brasil, segundo Evelina Dagnino (2002) a sociedade civil – com o fim do regime militar instalado em 1964 – experimenta, a partir da década de 70, um ressurgimento que tem como eixo a oposição ao Estado autoritário. Para a autora, com a volta das instituições democráticas formais básicas os diferentes projetos políticos dentro da sociedade civil teriam se explicitado e ajudado no entendimento da heterogeneidade da mesma. Do outro lado, a reconstituição das instituições democráticas formais básicas não produziu os encaminhamentos adequados, por parte do Estado, com relação aos problemas de exclusão e desigualdades sociais nas suas diferentes expressões, o que teria ampliado e radicalizado a noção de democracia e a necessidade de controle do Estado por parte da sociedade civil. A autora procura demonstrar que o processo de construção democrática não é linear e homogêneo, mas crivado de aspectos contraditórios, fragmentados e oscilantes nos quais o Estado tanto quanto a sociedade civil reproduzem concepções e interesses plurais e, por vezes, antagônicos; assim, *“as relações que se estabelecem entre ambos nos vários tipos de encontros pesquisados são sempre tensas, permeadas pelo conflito”* (p. 280), e, estes, seriam função da aproximação, similaridade ou do compartilhamento e da centralidade que o fazem, Estado e a sociedade civil. Ainda segundo a autora, *“quando examinamos a natureza dos conflitos relatados nos*

estudos de casos é possível afirmar que o seu foco mais generalizado é ‘a partilha efetiva de poder’”, (p. 282), onde, de um lado temos a resistência dos executivos em partilhar seu poder exclusivo de decidir sobre as políticas públicas, e, de outro, setores da sociedade civil insistindo em participar dessas decisões.

Luciana Tatagiba (2002) apontada que *“os conselhos apresentam, no cenário atual, uma baixa capacidade propositiva, exercendo um reduzido poder de influência sobre o processo de definição das políticas públicas”*(p. 98), ou estariam mais capacitados a *“impedir o Estado de transgredir”* do *“induzi-los a agir”*, o que admitamos, já não é pouca coisa, pois a que se considerar que os conselhos estão na contramão do contexto hegemônico de desresponsabilização do Estado quanto às políticas sociais, e subordinando as grandes decisões para serem tomadas a interesses que vêm de fora do contexto local.

Uma outra questão levantada – ainda que não aprofundada na discussão – tanto por Dagnino (2002) quanto por Tatagiba (2002), refere-se à crítica ao caráter setorial, fragmentado e paliativo das políticas sociais. O sentido da crítica relaciona-se ao fato que as políticas que resultam dos encontros em entre o Estado e a Sociedade civil, se limitam a atender alguns temas e/ou segmentos específicos, não se generalizando, portanto, à população como um todo, assim como, sua aplicação ficaria restrita ao seu âmbito, ou ainda, não conseguem se articular com outros espaços ou temas de políticas públicas.

Dagnino (2002) chama atenção para dois pressupostos que podem estar implícitos nessas críticas. O primeiro seria a idéia de que a formulação das políticas públicas por parte da sociedade civil e dos movimentos sociais poderia significar a infiltração de um outro projeto político incapaz de exercer hegemonia no regime convencional da democracia representativa, *“essa idéia suporia a existência de um projeto político alternativo já capaz de articular as demandas fragmentadas, setorializadas, pontuais, emergenciais, que caracterizam*

hoje a atuação da sociedade civil". (p. 299) O segundo é a idéia de que algum nível de centralização das políticas públicas seria necessário para evitar sua fragmentação e a setorialização, assim como assegurar sua implantação em todo o território nacional. Segundo a autora, a pergunta que se coloca é esse um modelo centralizado, amplamente utilizado pelo Estado brasileiro no passado, "é compatível com a democratização do processo de elaboração de políticas públicas através da participação da sociedade civil?" (p.298)

O Orçamento Participativo OP

A implantação do Orçamento Participativo em Porto Alegre, segundo Tarso Genro (1997), não teria servido apenas para incentivar a participação popular nos moldes da democracia formal, mas sim criar um novo centro decisório juntamente com o Poder Executivo e o Legislativo, democratizando a ação e as decisões políticas ao envolver cidadãos e buscar nestes espaços construir formas efetivas de "participação igual" ou "mais igual". Um novo espaço público em que a população estabelece de maneira autônoma (por meio de um processo de democracia direta) suas prioridades e elege seus representantes para os fóruns deliberativos, criando o que o autor chamou de "esfera pública não-estatal", onde a sociedade instituiria tanto o processo de co-gestão da cidade, quanto de controle social do Estado.

Leonardo Avritzer (2003) registra uma expansão da experiência do OP para uma centena de cidades brasileiras, e, em menor quantidade, para localidades européias e latino-americanas. Ao lado disso, o autor adverte que embora muitas delas reivindiquem similaridade com a experiência porto-alegrense esta é decorrência de mais de uma década de experiência, e demandou várias adaptações que resultaram em uma complexa "engenharia de participação". Sendo assim, mesmo realçando sua importância para fortalecer a democracia local, frisa que promover a sua expansão ou repeti-la em outros ambientes não é tarefa simples de realizar.

Para efeito de estudos, o autor propõe a definição do OP como uma forma de *“rebalancear a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa”* (idem, p. 14), com base em quatro elementos: 1) cessão de soberania por quem detém o poder representativo local; 2) reintrodução de elementos de participação local (assembleias regionais, conselhos, etc.), combinando-se aí métodos de democracia participativa; 3) auto-regulação soberana, a partir da definição de regras e procedimentos pelos participantes do OP e 4) reversão das prioridades de recursos públicos locais em prol das populações mais carentes.

O autor apresenta também quatro categorias que se mostram necessárias ao desenvolvimento e à existência do OP: 1) vontade política do partido que detém o poder; 2) a densidade associativa que corresponde ao grau de coesão e de organização da sociedade e da comunidade; 3) os elementos do desenho institucional; e 4) a capacidade administrativa e financeira para implantar a proposta.

O Sistema Único de Saúde SUS

O Sistema Único de Saúde é resultado da luta do chamado *“Movimento pela Reforma Sanitarista Brasileira”*, movimento que agregou profissionais de saúde, lideranças políticas, sindicais e populares e que teve início nos anos de 1970.

Inscrito na Constituição Federal de 1988, o artigo 198 afirma que *“as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III – participação da comunidade”*.

A regulamentação do SUS deu-se através da Lei nº 8.080/90 – conhecida como a Lei Orgânica da Saúde – e pela Lei nº 8.142/90,

que trata da participação da comunidade na gestão do Sistema e das transferências de recursos intergovernamentais. O sistema distribui a responsabilidade para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na promoção, articulação e suas interações dentro do SUS, assegurando o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde.

Merece destaque a definição da NOB/96 quanto às duas condições de gestão. A primeira é a Gestão Plena de Atenção Básica – situação na qual o município percebe repasse de recursos Fundo a Fundo (Fundo Nacional de Saúde diretamente para o Fundo Municipal de Saúde) para o financiamento de todas as ações básicas de saúde. A segunda é a Gestão Plena do Sistema Municipal de Saúde, situação em que o município terá o repasse de recursos Fundo a Fundo para o financiamento de toda a assistência em saúde.

A participação popular no SUS é entendida como uma forma de controle social que possibilita a população, através de seus representantes, definir, acompanhar a execução e fiscalizar as políticas de saúde. A Lei Orgânica da Saúde estabelece duas formas de participação popular na gestão do SUS: as Conferências e os Conselhos de Saúde. As Conferências são fóruns amplos, onde se reúnem representantes da sociedade – usuários do SUS – profissionais de saúde, dirigentes, prestadores de serviços de saúde, parlamentares e outros, para avaliar a situação de saúde e definir diretrizes para formulação da política de saúde nos três níveis de governo.

Os Conselhos de Saúde são instâncias colegiadas tripartites (com a participação de trabalhadores da saúde, gestores e usuários do sistema) e paritárias – compostos por 50% de usuários, 25% de servidores e 25% de gestores. Com poder deliberativo é local onde a sociedade participa do planejamento e controle da execução das ações e serviços de saúde. A existência e o funcionamento dos Conselhos de Saúde são pré-requisitos exigidos para a habilitação ao recebimento dos recursos federais repassados fundo a fundo desde a edição da Lei Orgânica da Saúde em 1990.

O SUS Campinas consiste numa complexa rede de Serviços de Saúde e instâncias de Gestão e Controle Social. O município é Gestor Pleno do Sistema desde 1998.

A gestão do SUS Campinas é feita a partir de uma divisão territorial ou em cinco subespaços do território municipal. Subdivisão que tem como objetivo uma progressiva descentralização do planejamento e gestão da saúde. O Controle Social foi formulado com o objetivo de articular a estrutura existente com os diferentes espaços de controle social. Neste sentido, além do Conselho Municipal de Saúde, temos os cinco Conselhos Distritais – em cada um dos cinco distritos de saúde – e os Conselhos Locais de Saúde – existentes em cada uma das 46 Unidades Básicas de Saúde. Os Conselhos, como manda a Lei, são compostos com representação da população usuária, dos trabalhadores da saúde e representantes da Secretaria Municipal de Saúde.

Em 2002 foi realizada a 6ª Conferência Municipal de Saúde e a 1ª Conferência Municipal de Políticas de Medicamentos e Assistência Farmacêutica e teve como tema: “SUS Campinas: os desafios da inclusão social com participação” e contou com a participação de 472 Delegados com direitos de voz e voto, assim distribuídos: 68 Delegados do Conselho Municipal de Saúde – delegados natos; 202 Delegados Usuários; 101 Delegados Trabalhadores do SUS; 101 Delegados Prestadores de Serviço, Universidades e Gestores.

É possível perceber pela rápida apresentação que a construção do SUS Campinas foi e está estruturado em conformidade com os princípios que orientaram a construção do Sistema, o que nos dá uma maior segurança quanto à avaliação dos resultados obtidos na sua relação com o OP e destes com o debate da possibilidade da participação popular influenciar de fato na dinâmica de decisões de investimento do aparelho de Estado.

O Sistema Único da Assistência Social SUAS

A Assistência Social no Brasil tem na caridade, na filantropia e na solidariedade religiosa sua origem histórica. Só em 1985 ganha

corpo o movimento que exige do setor assistencial novas práticas para atender as novas demandas que formam colocadas pela realidade nacional de transição democrática. Desde então, discutiu-se mais intensamente o caminho para se formular uma política pública de assistência social através da inclusão de direitos sociais e, mais especificamente, do direito à seguridade social.

Esta luta envolveu diversos grupos, movimentos sociais, intelectuais, profissionais liberais, parcelas da igreja, organizações públicas e privadas entre outros, e teve como mote construir uma proposta de Lei Orgânica e de Política de Assistência Social em favor das pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão.

A Constituição Federal de 1988 garantiu conquistas importantes para a questão da Assistência Social. O artigo 204, por exemplo, além de indicar a fonte dos recursos que custearão as ações a serem desenvolvidas, estabeleceu diretrizes para serem adotadas na política de assistência social, além disso, definiu dois princípios inovadores e de indiscutível importância para o seu êxito. O primeiro refere-se à descentralização política-administrativa e o segundo trata da participação da sociedade brasileira na discussão dos temas afetos ao setor.

A Constituição Federal definiu ainda abril de 2001 como prazo máximo para o final de implantação progressiva da regulamentação da seguridade social. Contudo apenas em 1993 após a apresentação, discussão e negociação de vários projetos e emendas, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS foi sancionada e publicada no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 1993. Sem acordo entre os órgãos gestores quanto ao reordenamento ou extinção das instituições gestoras da Assistência Social no Brasil, a história da LOAS não termina com sua promulgação. Pelo contrário, a partir deste momento começa-se uma grande luta para a sua implementação.

A IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em 2003 aprovou, como agenda política para a assistência social, a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. As

definições legais atinentes à regulamentação da política pública da assistência social estão estabelecidas em três instrumentos principais: a LOAS, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e as Normas Operacionais Básicas NOB's de 1997, 1998 e 2005. A NOB/05 tem por objetivo orientar a operacionalização da Política Nacional de Assistência Social definida em 2004 e com ela a construção e consolidação do SUAS.

A LOAS estabelece os princípios e as diretrizes para a política de assistência social, com destaque para a descentralização, a democratização, a equidade e a complementaridade entre o poder público e a sociedade, cuja realização deve dar-se de forma integrada às demais políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais. Segundo a PNAS a política pública de assistência social realiza-se de forma integrada às demais políticas setoriais e, considerando as desigualdades sócio-territoriais, busca seu enfrentamento.

Neste contexto o SUAS se apresenta como um modelo de gestão descentralizado e participativo, e regula e organiza em todo o território nacional as ações sócio-assistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias e tem o território como base de organização. Pressupõe, ainda, uma gestão partilhada; co-financiada pelas três esferas de governo; além de definir as competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O princípio de democratização presente na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Assistência Social orienta os espaços de gestão colegiada entre o poder público e a sociedade civil nas três esferas de governo nas três esferas de governo através do Conselho e das Conferências de Assistência Social, que visam definir e pactuar a política de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social. Neste sentido os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais são instâncias deliberativas do Sistema

Descentralizado e Participativo da Assistência Social são instâncias de representação paritárias entre governo e sociedade civil. As conferências de assistência social devem ocorrer nas diferentes instâncias de governo e são convocadas pelos respectivos Conselhos. Como instâncias deliberativas têm a atribuição de avaliar a Política de Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único da Assistência Social.

Em Campinas, os trabalhos desenvolvidos no período estudo se pautaram pela LOAS e tiveram três diretrizes. A primeira foi o trabalho em rede e a busca da intersetorialidade. A rede de proteção social para enfrentamento dos problemas e formulação da política de assistência social foi concebida com o objetivo de articular o conjunto das políticas sociais, as Organizações Não Governamentais (ONG's) e os Conselhos Municipais. A Busca do gerenciamento integrado dos programas e projetos sociais teve como pressuposto o princípio da equidade, da atenção às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. O trabalho em rede buscou ainda a integração das políticas sociais tendo no território o espaço de articulação e definição das demandas.

A segunda diretriz – participação popular e dos usuários da assistência social – fundamentou na busca do incentivo à participação dos usuários e dos trabalhadores da área como condição para o fortalecimento e o respeito aos espaços coletivos e autônomos de discussão e decisão, conforme preconizado no sistema descentralizado e participativo da assistência social. A terceira diretriz – inversão de prioridades – pautou-se pelo fortalecimento das relações comunitárias da solidariedade, considerando como necessidade a integralidade da pessoa o combatendo a segmentação.

CAMPINAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR

Campinas é a casa de mais de um milhão de pessoas. Seu território apresenta sérios problemas sócio-espaciais e nele percebe-se uma forte tradição de organização social e popular. Que ajudou na

construção e no fortalecimento de diferentes espaços e formas de participação popular. A própria construção do SUS Campinas foi alimentada pelo Movimento Popular de Saúde. Além do Conselho Municipal de Saúde e do Conselho Municipal de Assistência Social, temos outros 26 Conselhos Municipais em funcionamento regular.

Temos também formas autônomas de participação popular como os Conselhos Populares das regiões do Ouro Verde e do Campo Grande – fóruns de articulação política regionais que envolvem as Associações de Moradores dos bairros da região e outras lideranças locais para pleitearem junto ao poder público condições de habitabilidade. A cidade conta também com a contribuição do movimento estudantil universitário e secundarista, e com um forte movimento sindical que envolve quase todas as categorias de trabalhadores além de diferentes entidades de representação de interesses.

Valorizando esta tradição, antes de iniciarmos a implantação do programa do OP, realizamos um encontro que denominado “*Temos futuro porque temos passado*”. Entre os objetivos do encontro: homenagear os “anônimos” que protagonizaram um dos principais movimentos sociais que a nossa cidade conheceu: a *Assembléia do Povo de Campinas*, um forte movimento popular que se iniciou na segunda metade dos anos 70, que articulou a periferia da cidade em torno de reivindicações ligadas ao combate à inflação e por infraestrutura nas vilas construídas pela Cohab, e que formavam o primeiro cinturão da periferia da crescente cidade. Este evento também serviu para darmos início ao debate de formulação de uma Política de Participação Popular para a cidade de Campinas.

O OP Campinas

Orientada pelo *Programa de Governo*, a metodologia do OP se estabeleceu como um “*processo de democracia direta*” seja no debate das definições das prioridades, seja na eleição e constituição das suas instâncias de representação.

Outros três princípios orientaram os trabalhos: o primeiro, estabelecer uma relação democrática de fato, mesmo que não de Direito, entre o Governo e as instâncias do OP. Ou seja, ainda que as definições das instâncias do OP não tenham força de lei, que provenham de um acordo tácito, embora explícito, entre Governo e cidadãos, essas decisões devem ser cumpridas. O segundo foi a prática de uma avaliação democrática constante, como elemento retro-alimentador do processo. O terceiro foi a garantia do acesso dos cidadãos ao maior e melhor repertório possível de informações necessárias à tomada de decisões e realização das demais ações.

Tendo as orientações gerais e os princípios que deveriam nortear os trabalhos, iniciamos uma fase de reuniões com lideranças sociais e populares da cidade. Esta fase do trabalho teve três objetivos: **a)** reafirmar o compromisso de campanha; **b)** municiar as lideranças com informações sobre nossa proposta, ouvir suas dúvidas e, a partir delas, enriquecer o projeto e o entendimento de como encaminhá-lo e; **c)** aquecer a população, nossa equipe e o Governo, visando à implantação do Programa do OP.

A metodologia discutida com o governo e com as lideranças dos movimentos sociais estabeleceu um processo onde uma série de eventos, articulados entre si, vão organizadamente acumulando informações e definições até se definir o Plano de Investimentos será incorporado na Lei Orçamentária Anual. O processo foi dividido em quatro momentos: **I)** A primeira rodada de assembléias populares; **II)** As assembléias intermediárias; **III)** A segunda rodada de assembléias populares, e **IV)** Os trabalhos do Conselho Municipal do Orçamento Participativo – COP.

A metodologia também definiu duas fontes geradoras de demandas, ou seja, as diferentes regiões da cidade e as assembléias temáticas.

Quanto à divisão espacial, o OP desenvolveu seu trabalho acompanhando a divisão administrativa existente na cidade que a subdivide em 18 regiões, sendo 14 Administrações Regionais e 4

Distritos. Em cada uma destas regiões a população autonomamente definiu suas prioridades.

No que se refere às prioridades temáticas, a participação deu-se a partir de temas setoriais e transversais em oito assembleias populares temáticas: Assistência Social, Saúde, Gestão, Educação, Cultura Esporte e Lazer, Desenvolvimento Econômico, Habitação e o que denominamos de Temas da Cidadania (com a participação dos seguintes segmentos: comunidade negra, homossexuais, idosos, juventude, mulheres, e portadores de necessidades especiais).

O COP em 2004 foi composto por 102 Conselheiros – 51 titulares e 51 suplentes – eleitos através do voto direto nas 18 regiões da cidade e nas plenárias temáticas. Cada região elegeu 04 Conselheiros, dois titulares e dois suplentes. As Assembleias Temáticas elegeram um conselheiro titular e um suplente. A temática de Desenvolvimento Econômico elegeu seis Conselheiros, três titulares e três suplentes, dois representando os produtores rurais; dois representando as micros e pequenas empresas, e a indústria e o comércio; os outros dois representam os setores da economia informal, as cooperativas e o movimento sindical. A Temática da Cidadania elegeu 12 Conselheiros sendo um titular e um suplente representando os seis. Os Conselheiros têm mandato de um ano e realizam trabalho voluntário, não remunerado. O Governo participa das reuniões do COP com direito a voz, mas sem direito a voto.

A eleição do COP é direta, todos os cidadãos com mais de 16 anos presentes e credenciados nas assembleias têm direito ao voto. A eleição é realizada através de chapas e segue o critério da proporcionalidade direta.

Os trabalhos se desenvolvem de forma a articular os diferentes momentos e eventos até termos o Plano de investimento – PI. O primeiro momento, a primeira rodada de assembleias populares tem dois objetivos: realizar uma prestação de contas à população presente, e eleger os Representantes Regionais ou Temáticos que comporão os respectivos Fóruns. Os Representantes são eleitos conforme a

participação dos bairros quando as assembléias são regionais e por categoria de credenciamento quando as assembléias são temáticas. Portanto, para cada Região e Tema são formados Fóruns de Representantes.

Os representantes têm a responsabilidade de organizar as assembléias Intermediárias, fase que a população autonomamente se reúne a partir de suas características e necessidades para debater, decidir e hierarquizar suas prioridades. Definidas as prioridades das regiões e dos temas, realiza-se a segunda rodada de assembléias populares regionais e temáticas, onde são apresentadas as prioridades definidas nas assembléias intermediárias e são leitos os Conselheiros que comporão o COP.

O trabalho do COP é coordenado por cinco conselheiros eleitos pelos seus pares e duas pessoas indicadas pelo Governo. Uma das primeiras ações desenvolvidas é a “visita pela cidade”, ou seja, o conselho percorre as diferentes regiões da cidade onde, cada conselheiro, ao passar pela sua região, apresenta-a aos demais. O objetivo é permitir que, coletivamente, o COP faça uma leitura das diferentes realidades sócio-espaciais da cidade.

O COP, respeitada a vontade e o interesse de cada Conselheiro, tem sido subdividido em Grupos de Trabalhos – GT’s. Os GT’s se reúnem com as respectivas áreas para, em conjunto, realizarem e apresentarem ao Conselho a proposta das demandas a serem aprovadas pelo Conselho e constarem do PI. Além da definição do plano de investimento o COP acompanha a execução das demandas e do orçamento.

A dinâmica da participação popular

Os resultados da participação popular no período em discussão, sejam em números sejam em qualidade, são significativos. Nos quatro anos de OP somadas mais de 90 mil pessoas participaram

das diferentes fases do processo e das decisões de priorização dos investimentos públicos.

Na primeira rodada de assembleias populares, momento em que são eleitos os Representantes, 22,8 mil pessoas participaram do processo, e elegeram anualmente uma média de 940 Representantes.

A rodada de assembleias intermediárias – momento em que cada subgrupo regional ou temático autonomamente se reúne para definir suas prioridades –, somando os anos de 2002, 2003 e 2004, reuniu mais de 44,4 mil pessoas participaram, o que na média significa algo em torno de 14,8 mil pessoas ano. Se considerarmos que este era o principal momento de participação direta da população na definição do escopo e da pauta debatida nas instancias do OP, os números demonstram a representatividade das discussões no processo.

A segunda rodada de assembleias populares, quando são eleitos os Conselheiros que compõem o Conselho Municipal do Orçamento Participativo – COP mais de 24 mil pessoas participaram das assembleias. Para exemplificar a importância do evento, as eleições dos conselheiros foram realizadas através da proporcionalidade dos votos obtidos por cada uma das chapas concorrentes, ou seja, cada chapa elegeu Conselheiros na proporção de voto que percebia para si, explicando melhor: se uma chapa obtivesse 50% dos votos metade dos Conselheiros da região ou do tema, seriam indicados por esta chapa.

A metodologia que orientou os trabalhos de credenciamento e registro das pessoas que participaram das assembleias teve a finalidade identificar o local de moradia quando se tratava de assembleias regionais. Nas assembleias temáticas o critério que orientou os trabalhos foi a relação do cidadão com o Estado, ou seja, o objetivo foi credenciar o participantes das assembleias temáticas a partir dos interesses que perpassam as relações dos seguimentos com o Estado. Na saúde, por exemplo, o credenciamento foi feito a partir de três categorias: trabalhadores, prestadores de serviços e usuários. Na assistência social eram quatro as categorias: trabalhadores, prestadores de serviços, usuários e interessados no tema.

Os trabalhos se desenvolveram buscando diferenciar os grupos de interesses na relação com o Estado quando da definição das prioridades de investimentos. Reconhecendo as diferenças, buscou-se criar as condições para que “*os mais iguais*” pudessem se organizar para debater, definir e posteriormente defender seus interesses.

Nesta perspectiva, como mostra a quadro abaixo, somando os dados das primeiras rodadas de assembléias temáticas em discussão nos anos de 2001, 2002 e 2003, temos uma participação de trabalhadores da ordem de 44% na saúde e 26% na assistência o que indica uma primeira diferença de acumulo entre O SUAS e o SUAS. Os números referentes aos prestadores de serviços são mais próximos 5% e 6% respectivamente.

Cabe destacar que existe uma diferença significativa entre os prestadores de serviços na área da saúde na assistência social. Na

Participação por segmentos nas Assembléias Temáticas

Temas	Categorias de Credenciamento	Periodização 1ª Rodada			%	Total
		2001	2002	2003		
Saúde	Trabalhadores	41	96	121	258	44
	Prestadores de Serviços	4	7	17	28	5
	Usuários	48	61	190	299	51
	Total	93	164	328	585	100
Assistência Social	Trabalhadores	98	60	75	233	26
	Prestadores de Serviços	27	16	15	58	6
	Usuários	77	69	185	331	37
	Interessados no tema	72	76	130	278	31
Total		274	221	405	900	100

saúde estamos falando de hospitais conveniados enquanto que, na assistência a grande maioria dos prestadores de serviços são ONG's que têm nos repasses de recursos públicos quase que estruturalmente sua condição de atuação e prestação de serviço. Característica diferente quando falamos da maioria dos hospitais conveniados que têm outras formas de prestação serviços e arrecadação.

O outro conjunto de participantes das assembléias populares – usuários e interessados no tema – merece uma melhor observação, fundamentalmente porque aqui estão os verdadeiros interessados nas respectivas políticas públicas. Na temática da assistência social entre interessados no tema e usuários diretos dos serviços, temos 68% dos participantes no conjunto das primeiras rodadas de assembléias populares. Na saúde, 51% se apresentaram como usuário.

Se partirmos do pressuposto que o acúmulo e os espaços institucionais de participação popular e controle social na área da assistência social são menores e com menos tempo de organização que na saúde, os resultados apresentados se tornam ainda mais relevantes. Esta importante participação dos usuários e de interessados no tema da assistência social teve duas causas. A primeira foi a aceitação do OP como instrumento de diálogo e aproximação do tema com a sociedade civil, ou seja, os membros do governo, os trabalhadores e trabalhadoras da área e o conjunto dos participantes da IV Conferência Municipal da Assistência Social – como registrado no ata da Conferência – além de indicar a importância do envolvimento dos usuários do sistema na formulação da referida política pública, reconheceram o OP *“como canal importante de escuta da população para a elaboração de planos, programas e projetos. Realimentando e estimulando o processo já principiante em segmentos da Assistência social”*.

Outro elemento importante na participação de usuários diretos e interessados no tema na temática da assistência social foi o despertar das lideranças populares para com as regras do processo e as dificuldades de se aprovar dentre as prioridades regionais demandas referentes ao tema. Ou seja, o conjunto de carências em infra-estruturas básicas como rede de água e esgoto, pavimentação, e mesmo a

prioridade dada a demandas da saúde e da educação nas regiões fazia com que as demandas referentes ao tema da assistência fossem preteridas, neste contexto as lideranças populares partiram para a mobilização da população para aprovar na assembléia temática demandas de interesse regional, o que fez crescer número de representantes deste segmento.

Com relação à saúde, cabe destacar que na grande maioria, os usuários participantes das assembléias temáticas já apresentavam relação com a dinâmica de organização SUS, ou seja, faziam ou já tinham feito parte do Conselho Municipal, Distrital ou ainda Local de Saúde. Todos os Conselheiros que foram eleitos para representar o tema no COP tinham relação com a construção do sistema. Esta informação é relevante, porque, como veremos no próximo item, esta organização levou a um enraizamento da participação popular a partir da dinâmica do SUS o que influenciou decisivamente na definição das demandas aprovadas na assembléia temática da saúde, nas demandas regionais e nas decisões do COP.

Os dados que dispomos nos permitem pensar que a dinâmica da participação popular do SUS além de garantir uma certa proporcionalidade entre usuários, trabalhadores e gestores, valoriza a participação de pessoas já introduzidas na dinâmica do sistema. Tendo como exemplo os dados da participação na 6ª Conferência Municipal de Saúde de Campinas realizada em 2002, observamos que a participação é de 25% de trabalhadores e 25% de gestores e prestadores de serviços, os outros 50% dos participantes da Conferência representam os usuários do sistema. Estes percentuais são previamente estabelecidos. Contudo de um total de 472 delegados, apenas 222, ou 47% dos delegados da Conferência – mesmo seguindo a proporção pré-estabelecida – foram eleitos especificamente para este fim, os outros 57% estão distribuídos entre delegados natos (68), representantes de Conselhos Distritais e Locais (144) e gestores e prestadores de serviços (38).

A V Conferência Municipal da Assistência Social contou com um total de 172 delegados, sendo 29, ou 17% do Poder Público;

23% ou 40 delegados das Entidades Prestadoras de Serviços; 50 Trabalhadores da Área e 53 do segmento de Usuários da Assistência Social, respectivamente 29% e 31%.

Em Campinas os dados demonstram que o OP exerceu importante papel na organização, articulação e mobilização de diferentes interesses. Contudo na sua relação com a dinâmica do SUS observamos uma menor importância na incorporação de novos atores para discutir as demandas do tema. Na assistência social percorremos uma fase menos estruturada de participação dos usuários, neste sentido o OP ajudou organizar os interessados em debater o tema. Mais do que isso foi importante na construção de novas lideranças e no aprofundamento e no entendimento do papel que pode cumprir uma política pública formulada pela comunidade e voltada para ela.

A dinâmica das demandas

A metodologia que organizou o processo de definição de prioridades foi uma composição de variáveis políticas e matemáticas, portanto não é tratava apenas uma questão de ser maioria ou minoria. As prioridades hierarquicamente aprovadas nas regiões são encaminhadas ao COP que defini o Plano de Investimentos. A provação das demandas no COP depende da capacidade dos Conselheiros legitimá-las perante o conjunto do Conselho.

A assistência social é um bom exemplo da dinâmica dos trabalhos dentro do Conselho. Em 2001, a mobilização teve início com o trabalho dos profissionais da área que buscou envolver os usuários na discussão do tema, e culminou com uma articulação política da Conselheira da assistência com os Conselheiros da Região 01 – região central da cidade que percebe as consequências da desarticulação das políticas sociais e que apresentou como prioridades demandantes relativas ao referido tema –, esta coincidência de interesses e a organização política dentro do Conselho possibilitou o primeiro resultado positivo para o para o tema, com destinação de recursos de investimentos da ordem de R\$ 4 milhões.

O trabalho de priorização das demandas feito pelo COP é subsidiado por três critérios. São eles: a ordem de prioridade da demanda definida na região ou no tema, o nível de carência da região, e a quantidade de população a ser beneficiada se aquela demanda for aprovada. Em 2003, para subsidiar seu trabalho o COP contou com as informações do Mapa da Vulnerabilidade Social de Campinas. O próprio mapa foi uma demanda da assistência social aprovada em 2001.

Os dados gerais dos três primeiros anos do OP apresentados no quadro acima demonstram que a participação popular na definição dos recursos públicos prioriza gastos nas áreas sociais e nas regiões mais carentes da cidade. Nos três primeiros anos o COP destinou 50% dos recursos para as áreas de educação (20%), saúde (14%), habitação (10%) e assistência social (6%).

Estes dados ajudam a perceber a importância da democratização da discussão dos investimentos públicos. Ainda como exemplo, a Educação foi o setor mais contemplado em número de demandas, com 92 ou 21%; seguida pela Habitação, com 68 ou 15%; e Obras com 46 ou 10% – aqui a maior parte das demandas são de pavimentação, mas temos também algumas demandas de iluminação e urbanização de córregos. 10% das demandas aprovadas pelo Conselho foram originadas na Temática da Cidadania que envolve a juventude, os idosos, as mulheres, a comunidade negras, os homossexuais e os portadores de necessidades especiais, demandas fortemente relacionadas com as ações da assistência social.

Os dados da Temática da Cidadania se relacionados com a questão do SUAS tornam-se mais importante. A referida temática apresentou para o tema da assistência social 32 demandas, ou 41% de um total de 78. 12 demandas apresentadas vieram das diferentes regiões e 34, ou 44%, foram originadas na assembléia temática da assistência social.

Como é possível perceber as três assembléias temáticas apresentadas no quadro abaixo indicaram 34 demandas cada, o dado é idêntico porque todas as assembléias temáticas apresentam a

mesma quantidade de demandas. A variação no total de demandas apresentadas ao COP em cada um dos temas está relacionada, portanto, à percepção da importância ou priorização da política pública para a região. Neste, sentido temas como saúde e educação são mais demandados.

Origens e índice de aproveitamento das demandas

	Demandas	Total		%			Índice de aproveitamento
		Apresentada	Aprovada	Apresentada	Aprovada	Variação	
Saúde	Regional	146	34	81,11	55,74	-31,28	23,3
	Temática	34	27	18,89	44,26	134,33	79,4
	Total	180	61	100,0	100,0		

	Demandas	Total		%			Índice de aproveitamento
		Apresentada	Aprovada	Apresentada	Aprovada	Variação	
Educação	Regional	190	32	84,82	66,67	-21,40	16,8
	Temática	34	16	15,18	33,33	119,61	47,1
	Total	224	48	100,0	100,0		

	Demandas	Total		%			Índice de aproveitamento
		Apresentada	Aprovada	Apresentada	Aprovada	Variação	
Assistência Social	Regional e Segurimentos	44	18	56,41	42,86	-24,03	40,9
	Temática	34	24	43,59	57,14	31,09	70,6
	Total	78	42	100,0	100,0		

Como podemos ver, na saúde 81% das demandas apresentadas foram originadas nas assembleias regionais e 19% vieram da assembleia temática. Na educação a proporção é parecida, 85% são demandas regionais e 15% temáticas. Quando olhamos para as demandas levantadas nas regiões para os temas da saúde e da

educação, perceberemos que para a educação a maioria das demandas são de construção de novas unidades educacionais ou de ampliação das estruturas físicas existentes. Na saúde temos também demandas para construção de novas unidades, contudo, temos uma forte presença de demandas por ampliação ou instalação de serviços específicos, o que indica uma apropriação por parte da população local das estruturas de serviços existentes.

Os dados do quadro nos apresentam outra informação significativa, qual seja: se os dados de apresentação das demandas da saúde e da educação são próximos, os índices de aproveitamento, ou quantas demandas regionais e temáticas foram aprovadas pelo COP em cada um dos temas, são bastante diferentes.

Na saúde das 146 (81%) demandas regionais apresentadas apenas 34 foram aprovadas pelo Conselho. Isto equivale dizer que 56% das demandas aprovadas tiveram sua origem nas Assembléias Regionais. No que se refere às demandas temáticas os números se invertem, a assembléia indicou 34 demandas (19%); destas 27 foram aprovadas, o que corresponde a 44% das demandas aprovadas. Estes dados demonstram que foram aprovadas 79,4% das demandas temáticas apresentadas, enquanto das demandas regionais apenas 23,3% foram aprovadas.

Na educação os dados se invertem, cerca de 17% das demandas temáticas foram aprovadas enquanto que as demandas regionais tiveram um índice de aproveitamento de 47%.

Os dados da assistência social deferem-se das dos outros dois temas. As características da origem das demandas também se alteram. Como dissemos acima a Temática da Cidadania indicou 32 demandas, ou 41% de total de 78 demandas apresentadas para apreciação do COP. Somadas as demandas da Temática da Cidadania com as que se originaram nas Assembléias Regionais, temos 44 ou, cerca de 56% das demandas apresentadas pelo tema da assistência ao COP. Destas cerca de 41% foram aprovadas pelo COP. No que se refere

às demandas temáticas que significaram cerca de 44% das demandas apresentadas ao COP, 71% foram aprovadas.

Para melhor compreendermos estes dados se faz necessário retomarmos a dinâmica de funcionamento do COP, ou seja, o Conselho tem sido subdividido em Grupos de Trabalhos – GT's à partir das demandas a serem avaliadas por ele e de acordo com os interesses dos Conselheiros, ou seja, cada Conselheiro opta livremente por participar de um ou mais GT's conforme seus interesses. Os GT's se reúnem com as respectivas áreas da Administração responsáveis pelas demandas para, em conjunto, formularem proposta a ser apresentada ao Conselho. Partindo desta forma os GT's da assistência social foram compostos por Conselheiros oriundos da própria temática de Conselheiros eleitos na Assembléia da Cidadania, o que permitiu um alto índice de aprovação das demandas dos seguimentos sociais ali contidos assim como das demandas temáticas.

Na definição do PI da saúde o que observamos é um predomínio das demandas oriundas das assembleias temáticas em detrimento das demandas regionais, apesar do grande número de demandas regionais. Uma avaliação mais detalhada das demandas temáticas demonstra que estas se referem a ações orientadas pelas Conferências Municipais e por programas do Governo Federal. O que nos permite afirmar que a prática do SUS facilita aos atores defensores do sistema um predomínio, ainda que não absoluto, sobre as demandas não contidas na política Municipal de Saúde.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já dissemos, tivemos uma experiência de governo onde a autonomia na formulação das políticas setoriais foi significativa. Ou seja, as áreas trabalharam a partir do estágio de construção coletiva entre os atores envolvidos no debate do setor. Esta característica também marcou a relação do OP com o SUS e o SUAS, e assim foi porque construímos a política de participação popular buscando valorizar

os espaços já existentes. Este foi o motivo da existência das assembleias temáticas. Ou seja, na perspectiva colocada para o OP discutir a totalidade dos investimentos, os Conselhos Municipais ficariam prejudicados na sua capacidade de intervenção na definição das ações do aparelho de Estado, a idéia das assembleias temáticas, portanto, foi permitir que os Conselhos pudessem buscar maior legitimidade par suas demandas. Nossa preocupação na política de participação popular foi inverter o apontamento de Tatagiba (2002) quanto a baixa capacidade de intervenção dos Conselhos Setoriais na definição das políticas públicas.

É esta a variável que destacamos para explicitar a contribuição dessa intervenção, qual seja: segundo Saes (1994) o desenvolvimento da luta de classes pode determinar outras formas de representação popular que mesmo não chegando a desagregar a burocracia do Estado burguês, pode colocar contradições para sua forma de representação burocrática. No Brasil como apontam Dagnino e Tatagiba (2002) temos construído formas de participação política que não a burocrática sem, contudo, conseguir superar a característica setorial do aparelho de Estado e avançarmos intervenções planejadas territorialmente, que busque superar a lógica dos setores e rompa com *"a totalidade do diabo"* (SANTOS; 1979).

A organização do SUS em Campinas contribuiu para a construção de uma estrutura política e de serviço que coloca a cidade entre as melhores em condições de atendimentos. Contudo esta realidade fez com que o OP tivesse baixa capacidade de influencia na sua dinâmica de definições de investimentos e de diálogo com novos atores. Com o SUAS a relação do OP, este foi importante para difundir a política de assistência social e conquistar a simpatia e o interesse de novos atores.

Estas variáveis nos permitem afirmar que parte do problema da democratização das políticas públicas esta na estrutura setorial do aparelho de Estado, estrutura reproduzida na forma de participação popular que, quanto mais enraizada mais burocraticizada fica. Nesse

aspecto nosso desafio é integrar a partir do território os diferentes espaços de formulação de políticas públicas.

Obviamente este movimento deve ter como propósito maior, por fim ao domínio hegemônico que o capital tem exercido sobre o trabalho, assim como fazer predominar os interesses locais aos interesses do dinheiro globalizado, só com isso democratizaremos o uso do nosso território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zanser **“A Inovação democrática no Brasil: O orçamento participativo”** São Paulo. Ed Cortez, 2003.

BORON, Atilio “Os ‘novos Leviatãs’ e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina”, in: SADES, Emir e GENTIL, Pablo **Pós Neoliberalismo II: Que Estado para Que Democracia**. 4ª Edição Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.

Conselho Nacional de Secretários de Saúde **“Para entender a gestão do SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde”**. - Brasília: CONASS, 2003

DAGNINO, Evelina (org.) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo. Paz e Terra, 2002.

GENRO, Tarso **Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre** São Paulo, Perseu Abramo, 1997.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME **Política Nacional de Assistência Social** Brasília, 2004

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME **Norma Operacional Básica do SUAS 2005 – Construindo as bases para a implantação do Sistema Único da Assistência Social** Brasília, 2005

MINISTÉRIO DA SAÚDE. “**A Política de Saúde no Brasil nos anos 90: avanços e limites**” Ministério da Saúde; elaborado por Barjas Negri. – Brasília: 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS **Ata da IV Conferencia Municipal de Assistência Social de Campinas**, www.campinas.sp.gov.br2005

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS **Relatório Final da V Conferencia Municipal de Assistência Social de Campinas**, www.campinas.sp.gov.br2005

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.) “**Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**” Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton “**Espaço e Sociedade**” Petrópolis, Editora Vozes, 1979.

_____ **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo** São Paulo. EDUC, 1994

_____ **Guerra dos Lugares** Jornal Folha de São Paulo Caderno MAIS, 8/8/1999.

_____ **Economia Espacial: críticas e alternativas** Tradução: Maria Irene Q F Szmrecsányi. – 2ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SAES, Décio **Estado e Democracia: Ensaio Teóricos**, Campinas IFCH/UNICAMP, 1994.

TATAGIBA, Luciana “Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil” In: DAGNINO, E (org.) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo. Paz e Terra, 2002.

THERBORN, Göran “As teorias do Estado e seus desafios no final do século”, in: SADES, Emir e GENTIL, Pablo **Pós Neoliberalismo II: Que Estado para Que Democracia**. 4ª Edição Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.

É MACHO! O HOMEM ASSISTENTE SOCIAL¹

Hígor CALEFFI²

RESUMO

A questão de gênero é um tema com o qual nos defrontamos cotidianamente em nossa atuação profissional e que vem, cada vez mais, ganhando espaço no Serviço Social, devido a sua importância para o entendimento das questões relacionadas à estrutura social, política, econômica e cultural de valores construídos em nossa sociedade e para a reflexão sobre as relações sociais. Este trabalho procura conhecer um pouco mais sobre o homem Assistente Social, pesquisando especificamente os profissionais e os alunos do sexo masculino do Serviço Social, analisando as vantagens, desvantagens, diferenças, preconceitos e dificuldades que eles enfrentam por estarem em uma profissão/faculdade predominante e historicamente feminina.

Palavras-chave: Serviço Social, Prática Profissional, Gênero, Homem.

⁽¹⁾ Texto resumo do Trabalho de Conclusão de Curso, homônimo, apresentado à Universidade Católica de Santos como parte dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social em dezembro de 2003 sob a orientação da Prof^a Ms. Fátima Aparecida Barbosa Oliveira Micheletti.

⁽²⁾ Assistente Social – Prefeitura Municipal de Cubatão/SP.

INTRODUÇÃO

Desde que iniciei o curso de Serviço Social pude sentir fortemente que a questão de gênero está presente em nossas vidas, apesar de não nos darmos conta disso e nem saber o que significa o termo “gênero”. Ser o único homem numa classe com mais de quarenta alunas traz algumas dificuldades no relacionamento, que são sempre um desafio, por mais que se acostume e aprenda a lidar com elas.

Foi por este motivo que escolhi como tema do meu TCC o Homem Assistente Social. Para conhecê-lo, saber como ele se sente em uma profissão histórica e predominantemente feminina, como se dá a sua prática profissional, quais são as vantagens e desvantagens encontradas, se existe um diferencial, quais são os preconceitos encontrados e como são enfrentados. Também pesquisei os alunos da Faculdade de Serviço Social de Santos, a fim de conhecer o seu relacionamento com as colegas, esposas e namoradas, professores e professoras, amigos e amigas.

O trabalho foi construído através de uma pesquisa teórica nos livros e trabalhos que tratavam sobre a questão de gênero e sobre o Serviço Social. Se por um lado a pesquisa bibliográfica foi dificultosa devido à falta de material que focalize exclusivamente o homem profissional de Serviço Social, por outro a pesquisa empírica foi extremamente rica na coleta das experiências e contribuições dos profissionais e alunos que forneceram material suficiente para embasar outras tantas pesquisas.

Os pontos relevantes que levantamos com a pesquisa apesar de serem vários e diferentes, estão todos ligados de tal forma que optamos por desenvolvê-los também ligados, sem a divisão de capítulos, de forma a não dividir e fragmentar nada.

Este trabalho está longe de esgotar o tema que traz, mas ele abre um caminho que ajuda não só a conhecer a nossa prática profissional, como também a nós mesmos.

DESENVOLVIMENTO

Para começar gostaria de esclarecer que o tema deste trabalho apesar de trazer o título “É Macho!” não tem nada de machista, no mal sentido da palavra. “É Macho!” é um movimento dos alunos homens do Serviço Social surgido nos encontros estudantis. O registro mais antigo que tive contato são fotos do Encontro Nacional de Estudantes do Serviço Social de 1996, mas segundo informações colhidas dos alunos mais antigos o “É Macho!” já existia antes disso, apesar de não sabermos a data exata de seu início. Tem como objetivo mostrar que os homens também podem fazer Serviço Social, sejam eles heterossexuais, homossexuais, padres, etc. e que esta não é uma profissão específica do sexo feminino. O “É Macho!” tem a sua maior expressão nos encontros estudantis de Serviço Social onde se apresenta de forma simples, mas com bastante destaque, na tradicional foto tirada com todos os homens presentes e reunidos, mostrando que existem e também fazem parte desta categoria profissional.

Gâmbit: *“Nós somos uma minoria, mas ninguém pensa nesta minoria”.*

No ano de 2003, na UniSantos, os alunos homens se organizaram enquanto “É Macho!” para fazer uma homenagem surpresa para nossas colegas e professoras, no dia da mulher.

Hulk: *“A gente passou para elas que não estamos aqui para disputar com ninguém. A gente está aqui mesmo é para somar, para estar junto com elas, para estar construindo junto (...)”.*

Somos diferentes, mas somos ao mesmo tempo iguais, no sentido de “unidade” e não de “mesmice” como prega a sociedade capitalista contemporânea (FROMM, sd. p.36).

Este é o objetivo deste Trabalho, nos conhecer melhor, descobrir nossas diferenças, dificuldades, semelhanças, quem somos, o que somos, porque conhecer é um ato de amor. “Respeitar uma pessoa não é possível sem conhecê-la”. (FROMM, sd., p.52)

E falando em nos conhecer, vou lhes apresentar os sujeitos da pesquisa, os homens do Serviço Social. Foram utilizados dois instrumentos de pesquisa com dois públicos diferentes.

O primeiro foi o questionário que foi aplicado junto aos Assistentes Sociais homens com registro no CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) de Santos, que estavam atuando na área ou já aposentados e com quem tinha contato. São eles:

Nome	Idade	Ano de Formação	Local	Local onde trabalha	Cargo
Sócrates	67	1974	UniSantos	DERSA - Secretaria dos transportes (Aposentado)	Assistente Social Sênior e Supervisor de RH
Platão	45	1991	UniSantos	Prefeitura Municipal de Santos	Assistente Social
Aristóteles	45	2000	UniSantos	Prefeitura Municipal de Cubatão	Assistente Social
Maquiavel	39	1985	Londrina-PR	Prefeitura Municipal de Santos	Assistente Social
Descartes	38	1992	PUC-SP	Prefeitura Municipal de Santos	Assistente Social
Hobbes	37	1987	UniSantos	Prefeitura Municipal de Santos	Assistente Social
Rousseau	36	1999	UniSantos	Prefeitura Municipal de Guarujá	Assistente Social
Kant	34	1994	UniSantos	Prefeitura Municipal de Santos	Coordenador
Hegel	27	2001	UniSantos	Prefeitura Municipal de Santos	Assistente Social
Marx	22	2002	UniSantos	Prefeitura Municipal de São Paulo	Assistente Social

Foram enviados dezenove questionários e tivemos o retorno de dez. Ele continha as seguintes perguntas abertas: O que o levou a escolher o Serviço Social como profissão?; Você percebe algum diferencial na sua prática profissional pelo fato de ser homem?; Você já teve alguma vantagem e alguma desvantagem por ser Assistente Social homem? Qual(is)?; Quais são suas dificuldades?; Já sofreu ou sofre algum tipo de diferenciação por ser Assistente Social homem?; Você se acha diferente dos outros homens? e; O Serviço Social mudou sua visão em relação ao papel do homem e da mulher na sociedade?

Também participaram da pesquisa os alunos homens da Faculdade de Serviço Social de Santos. Com estes foi realizado um grupo de reflexão, onde participaram oito alunos, contando comigo e mais um Assistente Social recém formado que ajudou na coordenação deste grupo (apenas um aluno da faculdade não participou do grupo, estando todas as classes representadas). Todos nós estamos identificados com nomes de heróis que escolhemos, por nos identificar com eles e/ou por fazerem parte da nossa infância. São eles: Gâmbit, Batman, Hulk, O Fenômeno (Ronaldinho), Jaspion, Super-Homem, Indiana Jones e Hércules. A discussão do grupo seguiu os seguintes pontos norteadores: escolha da profissão; preconceito (colegas/família); como as esposas/namoradas lidam com o fato de estudarem numa faculdade onde a grande maioria é mulher; chegada na Universidade; relacionamento em classe; participação no Centro Acadêmico, representante de classe e outros; estágio e, sexismo e Serviço Social. Os pontos norteadores não eram fixos, dando possibilidade de se discutir outros assuntos que tivessem interesse.

Do material coletado, questionários e transcrição da discussão do grupo, foi feito o levantamento dos pontos relevantes, sendo analisados e interpretados junto com a pesquisa bibliográfica utilizando como metodologia a pesquisa qualitativa. É importante frisar que os depoimentos dos Assistentes Sociais estão relacionados, basicamente, com a sua prática profissional e os depoimentos dos estudantes dizem respeito ao convívio do dia a dia na faculdade de Serviço Social.

Como este trabalho trata da questão de gênero é necessário compreender o que é isto e como é construído em nossa sociedade. Nascemos exatamente iguais e depois a sociedade é que vai nos tornando homens e mulheres? Somos realmente iguais? E o que é ser igual?

No sentido religioso, cristão, igualdade significa que todos são iguais perante a Deus por serem todos filhos Dele. Na visão dos pensadores socialistas, encontramos a igualdade entendida como o fim da exploração, do uso do homem pelo homem.

Já a sociedade contemporânea capitalista entende igualdade como “mesmice”, é o fim da individualidade. As pessoas trabalham nos mesmos serviços, vestem o mesmo tipo de roupa, gostam do mesmo tipo de música, tem as mesmas diversões, enfim, são como se fossem uma coisa só. E isto acontece porque a sociedade precisa de pessoas exatamente iguais, compondo a mesma massa. Que consuma os mesmos produtos, obedeçam ao mesmo comando, façam a mesma coisa e, ainda por cima, com a ilusão de que são diferentes.

Muitas das conquistas alcançadas pelas mulheres vêm nesta linha de pensamento. Não é difícil se ouvir frases como: “para estar em um lugar dominado por homens é preciso se tornar um homem”. Não estou me posicionando contra a igualdade entre homem e mulher, ou desprezando as conquistas de direitos do movimento feminista, mas temos de ter um olhar atento e crítico a tudo isto. Somos iguais, mas ao mesmo tempo cada um é uma entidade única, com uma identidade própria. Igualdade é “unidade”, somos todos Um e ao mesmo tempo indivíduos diferentes (FROMM, sd., p.36). Em muitos casos as mulheres não conquistaram a igualdade, e sim, eliminaram as diferenças. Não alcançaram seus postos porque conseguiram a valorização das suas individualidades, mas porque se pareciam com o modelo visto como o ideal pela sociedade, o masculino.

Só haverá igualdade entre os sexos quando as suas diferenças e individualidades não forem hierarquizadas. Elas são hierarquizadas porque foram assim construídas pelas relações sociais e transmitidas

pelas gerações através da cultura. “Gênero é a construção do masculino e do feminino através da representação social” (SAFFIOTI³). Nós somos fruto de milênios de representação social do masculino e do feminino, e isto se reflete em várias áreas do nosso ser, está em nós enquanto ser político, social, econômico, cultural, biológico, etc. Quando nascemos trazemos como herança dos nossos antepassados algumas características, e tantas outras nos são acrescentadas no decorrer de nossas vidas por influência do nosso meio.

A humanidade tem pelo menos, 200 milhões de anos e não se tem registro de ter havido nestes 200 milhões de anos, uma sociedade matriarcal.

Nas sociedades primitivas cabia ao homem a tarefa da caça e às mulheres a colheita e o cuidado com os filhos e a casa. O homem desenvolveu a sua força, habilidade e criatividade já que a caça lhe dava períodos de descanso, enquanto que a colheita e o cuidado com os filhos exigia da mulher um trabalho constante (SAFFIOTI⁴).

A mulher era vista como um ser quase que divino porque era ela quem dava a luz. Ela tem o poder da vida além da amamentação. Isto não significa que dominavam, mas sim que eram profundamente respeitadas. Só que o homem observando a natureza e a si mesmo, descobriu a sua participação na criação da vida. Descobriu que seu sêmen era necessário para a concepção de um filho e começaram a se achar superior às mulheres por conta disso.

Era o sêmen que dava a vida e não as mulheres, pensavam, a mulher é apenas um instrumento que era utilizado para a gestação. E com essas idéias, juntando com a sua força, deu início ao patriarcado, regime social na qual o pai (homem) é a figura máxima de autoridade.

Eles, os homens, colocaram o sêmen no centro de toda a estrutura social. E dentro desta visão falocêntrica, os ritos de passagem

(3) Heleieth Saffioti em workshop: “Abuso e exploração, uma violência contra a infância e a juventude”, realizada no dia 27/08/2003 em Santos.

(4) Ibid., p.5.

de algumas sociedades, consistia na prática de sexo oral com meninos a fim de beberem o sêmen e se apoderarem, pois no sêmen estava a força, o vigor, a virilidade. As mulheres praticavam o sexo oral e ingeriam o sêmen quando precisavam se fortalecer fisicamente e o consideravam essencial para a produção do leite materno.

Grande parte dos estudos de gênero procuram analisar o patriarcado mostrando os males que causou e causa às mulheres. Fazem assim uma análise parcial da nossa cultura considerando o patriarcado como um sistema opressivo somente em relação à mulher (NOLASCO, 2001, p.95). Não observam os malefícios que causam também aos homens. Quando tratam sobre a violência, por exemplo, estudam a violência do homem contra a mulher e não incluem a violência entre os homens. o índice de mortes por homicídio é muito maior entre os homens do que entre as mulheres, isso sem falar em acidentes de trânsito, tráfico, entre outras mortes não naturais.

Apesar das conquistas femininas, o homem foi e ainda é, por muitos, considerado o provedor das necessidades da família. Ainda que sua mulher trabalhe e contribua para o orçamento familiar, cabe ao homem ter o maior salário a fim de assumir a sua função de chefe. A ele não é permitido fracassar, por maiores que sejam as dificuldades, o homem tem de trabalhar para o sustento da casa. E na atual conjuntura em que vivemos com altos índices de desemprego, esta atribuição funciona quase como uma tortura para os homens, que por mais que tentem não conseguem arranjar emprego e se sentem inúteis, fracassados, desiludidos, incapazes.

Uma observação que foi levantada pelos alunos, é que as políticas públicas estão muito mais voltadas para a mulher do que para os homens. Não que existam muitas políticas para as mulheres, e sim, que faltam para os homens.

Indiana Jones: *“Tem a delegacia da mulher, que é para as mulheres não terem de falar o que aconteceu com elas na frente de um homem, e tal... mas imaginem um homem que é estuprado por um homem. O cara não vai à delegacia e fala, ‘ó, eu fui estuprado’, o cara*

não vai a uma delegacia falar isso, eu não iria. Não existe um lugar para isso.”

É muito difundido, por exemplo, o combate ao câncer de mama com camisetas, propagandas, serviços especializados, mas pouco se diz sobre o câncer de próstata. Talvez, isso se dê pela difusão da idéia patriarcal de que o sexo masculino é o sexo forte, e portanto, não precisa de atenção, de cuidado, de auxílio.

Outra prova da dificuldade de ser homem são os ritos de passagem. Os rituais de passagem de diferentes culturas trazem em comum a idéia de que o menino deve ser retirado do convívio da mãe, pois sua união prolongada com a mesma pode feminilizá-lo. É afastado do contato com as mulheres e depois deve provar que é merecedor do status de homem. “Na África oriental, meninos de várias tribos (*Maasai, Rendille, Jiee, Samburu*) são separados de suas mães e submetidos a rituais dolorosos de circuncisão através dos quais se tornam homens.” (NOLASCO, 2001, p.97).

Estes rituais são comuns em nossa sociedade. Um bom exemplo é o que acontece nos quartéis. Há a idéia de que os homens devem ser obrigados a servir, pois lá aprenderão a ser homens de verdade. Os jovens recrutados quando chegam ao quartel passam por uma série de ritos masculinizantes ministrados pelos veteranos. São destituídos de tudo o que trazem de casa, roupas, comidas, objetos, tudo o que lembre sua casa onde moravam com a mãe, é substituído. São dados uniformes, raspam suas cabeças e são obrigados a executar tarefas, ritos humilhantes onde suas forças, coragem, obediência, disciplina, são colocadas à prova. Estes rituais são preservados de maneira a manter continuamente uma cultura onde calouros aprendem com veteranos.

Para se conseguir o título de homem, são necessários alguns atributos masculinos exigidos em algumas sociedades. Só assim pode tornar-se um “homem de verdade”:

- “um homem de verdade em qualquer sociedade é um protetor; isto envolve ser um guerreiro;”

- “um homem de verdade deve ser um provedor adequado;”
- “um homem de verdade deve ter um componente erótico: competência sexual, potência ou virilidade;”
- “em culturas latinas, ser um homem de verdade envolve também ser competitivo homem-a-homem, ter vigor, beber muito, ser generoso, dominar a mulher. (NOLASCO, 2001, p.99).

Ninguém nasce homem, torna-se homem, e tem de conquistar este status todos os dias. Os estudos de Gilmore trazidos por Nolasco em seu livro “De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais”, apontam que em todas as sociedades a representação masculina é uma categoria de status social na qual os sujeitos são continuamente colocados à prova, e o ideal de masculinidade é impossível de ser alcançado. Não basta ter nascido homem, tem de provar que é homem para ser reconhecido como tal (NOLASCO, 2001, p.95).

Hegel: *“Por todo o momento percebo que as pessoas cobram de você um ‘comportamento macho’. Querem de você – agressividade, voz de comando e extrema racionalidade; como é difícil demonstrar que podemos mais ouvir do que falar, ser educado e sensível.”*

Desde pequenos somos condicionados a ter comportamentos de macho, ouvimos sempre dos nossos pais frases como, “seja homem”, “faz cara de mau”, “homem não chora”. O homem está sempre associado a valores ligados à força, razão, coragem, liderança, cabe a ele tomar iniciativas, assumir sempre uma posição ofensiva. Como os tímidos, os raquíticos, os afetivos, os sensíveis ficam nisso tudo? Pois se forem flexíveis, pacíficos, etc. correm o risco de serem considerados menos homem.

Hegel: *“Muitas vezes, as pessoas querem que você seja um líder ou participante de uma diretoria pelo fato de ser homem sem questionar sua vocação e capacidade.”*

Sócrates: “(...) o empenho tinha de ser maior para corresponder à expectativa.”

Muitos homens são levados a se comportar de forma contrária as suas inclinações onde poderiam se desenvolver mais eficazmente por não serem consideradas “dignas” de um homem. “Quantos homens castraram o artista que poderiam ter sido com o receio da marginalização destinada aos que não cumprem rigorosamente os preceitos do macho!” (SAFFIOTI, 1987, p.25).

Os alunos também trazem esta questão da cobrança que existe sobre os homens, principalmente quando falam sobre ser representante de classe. Até onde temos conhecimento, pelo menos o primeiro representante eleito por cada turma foi um homem. E isto acontece em uma classe onde a grande maioria é mulher.

Hulk: “Acho engraçado é que tem a questão da cultura do homem ser aquele que está à frente das questões, de resolver alguma coisa, por exemplo, representante de classe. No ano passado o pessoal empurrava, ‘vai você, vai você’. (...) A maioria aqui é mulher, eu sou homem. Porque uma mulher não dirige, não coordena?” (os outros concordam)

Indiana Jones: “A primeira postura, a primeira reação é esta a de colocar o homem na frente, acham que ele vai colocar ordem.”

Outro ponto mencionado, é que o homem tem de estar sempre disposto no que diz respeito a sexo, o homem de verdade tem de ter excelente competência sexual, caso isso não aconteça ele corre o risco de “regressar” em direção à feminilidade, sempre pronta a ganhar espaço; lhe é negado qualquer tipo de sentimento, a ele só vale o título de varão. Para ele fica muito complicado alegar não ter gostado da menina, ou estar buscando um relacionamento mais firme, relacionar o querer sexual com o querer sentimental. Muitos pais estimulam os filhos a terem sua iniciação sexual com profissionais do sexo e assim os meninos provam sua masculinidade, separando o corpo e genitais do envolvimento afetivo.

Hércules: *“Conheci uma moça de São Luís do Maranhão... e as amigas dela assim, ‘ó, se você não ficar com ela nós vamos chamar você de qualira’, e eu, ‘qualira, o que é qualira?’ (risos). Aí eu precisei ficar com ela (risos). Depois eu descobri que qualira é homossexual.” (risos)*

O homem é estimulado a falar e valorizar o sexo como maneira de reproduzir o modelo para eles determinado. “Os estereótipos têm, realmente, a força do molde. Quem não entra na fôrma corre o risco de ser marginalizado das relações consideradas ‘normais’. O conceito de ‘normal’ é socialmente construído pelo costume.” (SAFFIOTI, 1987, p.39). E é através do costume que são estabelecidos o papel do homem e da mulher, respeitando as normas sociais. Estas não se realizam de forma arbitrária, criada ao acaso, as normas sociais são regras de conduta de como proceder, previamente criadas pela sociedade guiando o comportamento social. A sociedade espera que cada um desempenhe seu papel com “determinados direitos e obrigações referentes a um status específico, ou com o status global.” (FERRARI, 1983, p.104). Status é o lugar que o ator social ocupa dentro do seu grupo, instituição social ou mesmo dentro de cada sistema social e está mais ligado às expectativas de comportamento do que à posição social.

Assim, como a sociedade criou o modelo de homem ideal, também criou o da mulher ideal. Para estas ficaram valores como, resignação, servilismo, obediência ao macho e as tarefas ligadas ao cuidado com a casa, com os filhos e a família. Ao homem cabe o sustento da casa, a caça, a proteção do lar de perigos externos como animais, ladrões, etc.

O problema desta estrutura de papéis está em querer colocar pessoas muito diferentes em moldes padronizados, aplicando algumas sanções a quem foge à regra, como discriminação e preconceito. As pessoas temem o novo, o diferente incomoda, é difícil aceitar e é sempre uma surpresa quando se vê, por exemplo, uma família em que a mãe trabalha e o pai cuida da casa e dos filhos. Ou mais chocante ainda, quando um menino brinca de boneca e a menina de bola

ou de carrinho, isto é logo corrigido, como se ele não fosse ser pai um dia, ou como se a menina não pudesse dirigir ou se dedicar a um esporte considerado masculino.

Kant: *“Não dá para negar que existe uma questão de gênero que faz parte da nossa sociedade por mais que a gente faça uma crítica. Acho que isto é tão forte que às vezes a gente se pega cumprindo nossos papéis de gênero mesmo.”*

No questionário enviado aos Assistentes Sociais havia uma pergunta que tratava sobre os papéis do homem e da mulher na sociedade e se o Serviço Social mudou a sua visão em relação a eles. Todos, com exceção de apenas um, reconhecem que o Serviço Social contribuiu com as suas visões e revisões dos papéis sociais.

Hegel: *“O Serviço Social é um espaço que pode tornar você um homem com uma ótica diferente.”*

Descartes: *“Avalio que o Serviço Social contribuiu (somando-se à minha formação pessoal/familiar) para ampliar minha visão sobre as relações humanas num contexto mais amplo, que abrange os papéis sociais de homens e mulheres.”*

Kant: *“Mudou com certeza. Muda sua visão de sociedade e você começa a pensar que papéis são estes. E começa a fazer uma reflexão do papel do homem e da mulher.”*

E isto se dá pelo Serviço Social ser uma profissão em que a questão de gênero está sempre em discussão e por nos defrontar com ela no nosso cotidiano profissional. Isto nos ajuda a refletir e pensar o porque dessa desigualdade em nossa sociedade. A questão de gênero é tão importante para o profissional de Serviço Social, que está presente nos princípios fundamentais do nosso Código de Ética.

“Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero.”

“Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia,

religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.”(Código de Ética Profissional do Assistente Social).

Kant: “(...) *pela profissão trabalhãr estas questões de gênero, pela questão dos direitos humanos, minimiza esta questão da diferenciação pela questão de gênero. Mas nós somos minoria neste universo. Enós Assistentes Sociais temos de desconstruir isso, não só na prática profissional, como também na nossa vida.*”

A influência que a sociedade exerce na delegação dos papéis também é facilmente perceptível pelo fato de existirem no Serviço Social muito mais do que homem. Isto porque, desde os primórdios, a mulher ficou com a função dos afazeres de casa, educar os filhos, cuidar do lar, dos doentes, dos velhos, etc. e a prática da assistência é uma prolongação destas atividades. Atividades estas que também não são remuneradas (é caridade), e tão pouco reconhecidas como trabalho e respeitadas, exatamente por serem atividades de mulher. “Há que se ponderar, porém, que as vantagens oferecidas por mulheres no desempenho de certas atividades não derivam nem de sua anatomia, nem de sua fisiologia. São, ao contrário, vantagens adquiridas ao longo do processo de socialização a que são submetidas.” (SAFFIOTI, 1987, p.62).

Apredominância feminina no Serviço Social foi um fato que, apesar de já esperado, surpreendeu os alunos quando ingressaram na faculdade.

Jaspion: “*Então pela lista de aprovados eram 55 mulheres e cinco homens, quer dizer, era um calhamaço de mulheres.*”

Hércules: “*Quando eu cheguei, eu fiquei com medo (...) Quando eu fui fazer a inscrição eu sabia que era majoritariamente feminina, mas eu pensava que era todo feminino. Então eu ia achar meio estranho, o que eu ia fazer lá, sendo só mulher. Eu perguntei pra moça na inscrição, ‘só tem mulher mesmo?’ e a moça, ‘só tem mulher’, mas graças a Deus tinham dois lá.*”

Além de assustar num primeiro momento e trazer algumas complicações, como veremos mais adiante, a predominância feminina traz ainda algumas dificuldades também para os profissionais.

Descartes: *“Creio que por ser uma profissão onde o número de homens e mulheres é tão dispar, as trocas e o intercâmbio de idéias acabam sendo menos ricas, limite que encontro no meu ambiente de trabalho.”*

Kant: *“Quando a gente escolhe o Serviço Social, como somos minoria, acabamos tendo algumas dificuldades de entrar neste universo que é feminino.”*

Outro ponto levantado, é que os outros profissionais ficam surpresos quando vêem que existe homem Assistente Social. Como se esta fosse uma profissão específica do sexo feminino, o que é um constrangimento para os profissionais de Serviço Social.

Sócrates: *“(...) o fato de ser homem despertava sempre curiosidade entre os colegas de profissão.”*

Marx: *“O que ocorre é sempre um surpresa para os colegas de profissão, que sempre se surpreendem com um Assistente Social homem.”*

Hobbes: *“Já aconteceu de, em alguns treinamentos e cursos, profissionais de outras áreas se surpreenderem quando me apresento e dizem a célebre frase: ‘achei que Serviço Social era profissão de mulher’.”*

O que leva um homem a escolher o Serviço Social como profissão? Os alunos e os profissionais levantaram alguns motivos que os influenciaram e motivaram esta escolha. Muitos citaram a influência religiosa como influenciadora; boa parte dos pesquisados tinha alguma participação em organizações religiosas que atuavam na área da assistência.

Maquiavel: *“Na representação que hoje guardo da minha decisão dois fatores foram definidores. O primeiro religioso, por considerar uma profissão onde eu poderia ajudar pessoas. O segundo político, pois*

entendia que como Assistente Social poderia colaborar num processo de transformação da sociedade.”

Hobbes: *“Desde os 12 anos militava na igreja e em partido político, tendo alguns trabalhos na comunidade, (...) ao conhecer as profissões optei em fazer Serviço Social em função da vivência.”*

Algo muito interessante que apareceu, é que a grande maioria disse que ia fazer outro curso, não pensava em fazer Serviço Social, mas acabou por mudar de opinião por influência de alguém, que o identificou com a profissão e lhe apresentou o curso, por alguns não conhecido.

Batman: *“Eu pensava em fazer Filosofia ou Psicologia, além de Artes (...) eu conheci uma moça daqui, e quando ela me falou do curso me apaixonei, fui ver o que era, me informei muito.”*

Kant: *“Eles falaram, ‘porque você não faz Serviço Social? É uma profissão legal’, mais minha mãe e minha irmã, (...) Acabei indo sem conhecer muito o que era o Serviço Social.”*

A escolha da profissão é encarada pelos familiares e amigos dos alunos de uma forma um pouco variada. Primeiro tem a alegria de ter alguém da família fazendo faculdade, o sonho de estudar sendo realizado. Por outro lado, existe um preconceito relacionado à profissão. No início imaginava que o problema estava em achar o Serviço Social uma profissão de mulher, relacionando a escolha da profissão com a opção sexual, mas o preconceito sentido pelos alunos está mais relacionado à desvalorização da profissão. O Serviço Social aparece como uma profissão pouco conhecida e que não possibilita a inserção no mercado de trabalho e retorno financeiro.

Super-Homem: *“As pessoas perguntam o porquê? Por que Engenharia, Pedagogia, Medicina, etc. o cara, vai ser Professor, vai ser Médico, vai ser Engenheiro, é natural, mas ‘Serviço Social o que é?’.”*

Jaspion: *“Quando eu falei em casa, todo mundo perguntou, ‘dá futuro?’, acho que foi a primeira pergunta. A segunda, ‘quanto ganha?’, ‘dá pra viver disso?’, acho que era o ponto culminante da questão. E a terceira, ‘o que é isso?’, ‘o que isso faz?’.”*

Existe também o apoio por reconhecerem que a profissão tem a ver com ele e que o irá ajudar no desempenho do trabalho que o mesmo já desenvolvia.

Super-Homem: *“No meu caso não houve espanto, como eu estava na prática, quando eu falava que ia fazer Serviço Social os outros falavam, ‘tem tudo a ver contigo’. Então não houve um espanto, o pessoal identificou o porquê. Eu já estava atuando, trabalhando dentro de uma instituição.”*

Também há a preocupação dele estar entrando numa profissão em que a maioria é mulher e ele vai estar pelo menos umas quatro horas por dia em contato direto com este “calhamaço de mulheres”. O ciúme é algo que assombra os alunos.

Super-Homem: *“Esta questão de ter pouco homem e tal..., eu já sofri, eu não, é minha mulher quem sofre eu não soffro.” (risos).*

Gâmbit: *“Minha ex-namorada detestou, odiou a idéia (...).”*

Jaspion: *“Comigo também foi a mesma coisa. No início ela fez questão de vir conhecer quem eram as meninas, e ela brincava, ‘eu quero que sejam um bando de velhas que você não vai ter pra quem olhar pro lado’. Acho que tinha a questão do ciúme, acho não, tinha a questão do ciúme.”*

Em todas as sociedades o homem é o guerreiro, e através da história os homens morrem em guerras e mais guerras, sempre voltando menos guerreiros do que tinham partido, mas em contrapartida, os sobreviventes tinham à sua disposição cada vez mais viúvas, criando um harém que servia muito bem à estratégia de aumentar a população para garantir a preservação da espécie. O ser humano é um animal polígamo por natureza. “(...) sem as regras sociais, praticamente todos os homens seriam promíscuos, como foram em 80 por cento das sociedades pela maior parte da nossa história.” (PEASE, 2000, p. 166). Desde a difusão da ideologia judaico-cristã e o surgimento da monogamia, este impulso biológico vem causando constantes problemas, entre eles o ciúme.

O fato de o homem ser um animal polígamo não significa que não tenha capacidade de se submeter às regras sociais e religiosas. A poligamia fazia sentido em outra época, mas a traição é algo que preocupa muito as esposas e namoradas dos alunos de Serviço Social, principalmente quando os colegas de trabalho ficam brincando com estas situações e os alunos vão passar algum tempo fora em um encontro de estudantes.

Uma estratégia utilizada por elas é a de conhecer as alunas do curso, e tem ajudado a minimizar este problema. Ajuda tanto em saber com quem ele está convivendo ali no dia a dia, como também para fazer “alianças” e ter alguém de confiança perto dele o vigiando.

Gâmbit: “(...) até eu vim pra cá, ela endoidou. Fui pro ERESS, contra a vontade dela, endoidou mais ainda, mas fui. O que deixa ela um pouco mais calma é que a melhor amiga dela estuda comigo, foi o que acalmou os ânimos, e ela foi pro ERESS, senão eu estava... ferrado, pra não dizer outra coisa”.

Além de enfrentar o ciúme das esposas e namoradas, ainda há o ciúme que ocorre por parte dos maridos e namorados das colegas de faculdade.

Indiana Jones: “Também tem os maridos das mulheres. No primeiro ano tive um problema sério com um que era muito ciumento. E ele falou pra moça, ‘não tem homem lá?’, e ela ‘tem, mas sabe... são tudo meio viad...’. Poderia falar que era seminarista ou outra coisa. No outro dia ele foi na faculdade, aí eu fiquei, ‘pô, eu ando normal ou meio assim... sabe?...? (risos e brincadeiras)”.

É uma situação desagradável para os alunos e para as alunas que também têm de ficar dando explicações quando eles ligam para suas casas, ou quando são vistos juntos, ou quando fazem algum trabalho para faculdade, etc. Às vezes isto compromete o relacionamento na faculdade, eles reclamam que o tratamento a eles muda quando o namorado está perto.

Hulk: “É chato que a gente cria um vínculo grande com as pessoas, cria uma amizade, e depois elas passam a namorar e

distancia pra caramba. Rola o ciúme por parte do namorado... estou passando por isso, da pessoa se distanciar, não falar comigo, ela gostava muito de mim, e ele começou a ficar por isso, da pessoa se distanciar, não falar comigo, ela gostava muito de mim, e ele começou a ficar com muito ciúme”.

Estudar onde a grande maioria é mulher e você é um homem, também traz outras dificuldades, como assédio. Nosso comportamento se altera quando nos relacionamos com outras pessoas, principalmente do sexo oposto. Temos o instinto de sedução e quando vemos o sexo que nos atrai utilizamos vários artifícios para tal, e as esposas e namoradas dos alunos tem um pouco de razão em ficarem enciumadas, temos de reconhecer, pois os alunos relatam que há assédio na faculdade.

Hulk: *“Podemos dizer... assim... que a gente sofre (risos), a gente é vítima... constantemente... (risos). A gente está lá sentado e vem uma mão beliscando...”*

Hércules: *“Da minha parte, não tive muitos problemas com isso. Até porque as tentativas de assédio acabaram se concretizando.” (risos).*

O homem é mais estimulado pelo que vê, a mulher pelo que ouve. “O cérebro masculino, de acordo com a sua estrutura, sente atração pelas formas femininas, e é por isso que imagens eróticas exercem tanto impacto sobre ele.” (PEASE, 2000, p.183). O homem é atraído por curvas, pernas e formas, por isso é comum aquela olhadinha de virar a cabeça que o homem dá quando passa por uma bela mulher. Não quer dizer que ele queira fazer sexo ou ter um relacionamento com ela, a atração é um alerta, algo instintivo relacionado ao seu papel na procriação da espécie e estimulado pela sociedade desde que é uma criancinha. E as mulheres fazem muito bem o uso disso na arte da sedução.

Super-Homem: *“Tem umas meninas que gostam de se mostrar mesmo. (...) Chegar e se mostrar assim... pô, uma mulher fazer*

isso com um homem não é assédio? Ela pode levar numa brincadeira, mas é um assédio.”

A região do cérebro responsável pelo sexo se chama hipotálamo que é maior nos homens do que nas mulheres. Some isto ao fato de o homem ter de 10 a 20 vezes mais testosterona do que as mulheres e que ela age principalmente no hipotálamo estimulando o sexo. Aí fica fácil entender porque os homens são muito mais inclinados ao sexo do que as mulheres. “A função biológica do homem é encontrar o maior número possível de fêmeas saudáveis e fazer com que fiquem grávidas.” (PEASE, 2000, p. 195).

Super-Homem: *“Bem, assédio, assédio... eu tenho esta fraqueza em relação às mulheres (risos) é natural, é uma coisa minha, um aspecto de homem.” (risos).*

Gâmbit: *“Eu sou jovem, vou para a balada... E dentro da faculdade só rolou duas vezes, entendeu?”*

Batman: *“Como estávamos falando aqui da fraqueza, da luta, eu sou fraco demais, então eu não brigo porque assim eu não perco (risos). Fico na minha, no meu canto e espero que seja assim até o final. É a questão da liberdade, se você dá uma liberdade a mulherada chega mesmo, brinca, falam coisas.”*

O assédio não acontece somente na faculdade, também ocorre no local de estágio e é muito mais complicado porque vem da parte das usuárias e isto foi trazido pelos estudantes e pelos profissionais.

Super-Homem: *“No estágio eu estou sofrendo um pouquinho também a questão do assédio. Eu pensei que isto não ia acontecer. De usuária que vem e pá... e passou a mão... e eu me afastei. Aí depende muito de cada um, eu to me afastando pra não acontecer nada de mais. E estou começando a ficar meio apavorado com esta questão.”*

É importante frisar aqui a importância do respeito aos usuários e usuárias, frente às diversas contingências que nos trazem. Tendo em vista os princípios do nosso Código de Ética, quando nos fala do exercício do Serviço Social sem discriminar por questão de gênero e eliminação das diversas formas de preconceito.

Maquiavel: *“Já fui assediado por usuárias, o que resulta num trabalho adicional.”*

Parece não ser aceito pela sociedade em geral o relacionamento amigável entre um homem e uma mulher, existe a compreensão de que sempre há um componente sexual. E os alunos trouxeram que encontram dificuldade em fazer trabalhos extra-classe em grupo. O problema está em ir à casa das colegas fazer o trabalho ou levá-las para a sua casa, estas situações são evitadas devido ao constrangimento que podem trazer. Eles se sentem vítimas de um preconceito e até excluídos em alguns momentos.

Batman: *“Por exemplo, vai, trabalho, ‘vamos nos reunir em casa’, pô, eu vou junto? Entende? O marido não gosta... então eu acho que há um preconceito.”*

O relacionamento na faculdade não é preenchido só por dificuldades, é na maior parte do tempo algo agradável. São todos bem acolhidos e isso é algo que se percebe desde a chegada na faculdade, e estes relacionamentos não se restringem somente às colegas de suas classes, se estende as outras classes e aos professores e professoras.

Hulk: *“Não tem aquela da gente ser tratado como um rival, como um estranho, acho que até pelo contrário, é um grupo muito acolhedor.”*

Há até uma proteção, eles se sentem um pouco “mimados” pelas mulheres.

Jaspion: *“Há um protecionismo das meninas, que protegem mesmo a gente, até a questão de prova, questão de trabalho, embora eu busque não fazer uso disso, se eu não fizer o trabalho elas põem o meu nome...”*

Gâmbit: *“Por exemplo, o grupo que eu ando com as meninas, sou o mascote dali, entendeu?”*

Em sala de aula os alunos não se sentem vítimas de discriminação. O ambiente é amigável e possibilita que se conheçam uns aos outros, o que ajuda na quebra dos preconceitos.

O Fenômeno: *“A gente está num curso de maioria feminina e aqui a gente não sente este problema do preconceito. Me sinto até muito à vontade no meio delas.”*

O modo de ser das mulheres, abertas, conversadoras, sensíveis, ajuda no relacionamento em classe, mas às vezes este relacionamento fica difícil devido às diferenças que existem entre os sexos. Uma das coisas que eles mais reclamam é o fato das mulheres falarem demais.

Gâmbit: *“Sabe uma coisa que me irrita? Papinho de mulher, fala de homem, moda, família...”*

Batman: *“Uma coisa que eu vejo é muita discussão na classe...”*

Gambit: *“Mulher quando começa a discutir não para, este é problema.”*

Batman: *“Qualquer coisa brigam... aí uma fica nervosa...”*

Amulher, em média, utiliza por dia de 6.000 a 8.000 palavras, de 2.000 a 3.000 sons vocais e 8.000 a 10.000 gestos, expressões faciais, movimentos de cabeça e outros sinais de linguagem corporal. Já os homens utilizam, em média, de 2.000 a 4.000 palavras, de 1.000 a 2.000 sons vocais, de 2.000 a 3.000 sinais de linguagem corporal, mais ou menos um terço do que é utilizado pelas mulheres (PEASE, 2000).

O homem evoluiu como um caçador e ficavam horas à espera da presa utilizando-se apenas de sinais não-verbais. O homem pensa em silêncio e precisa dele para pensar, quando se expressa utiliza frases curtas, normalmente o seu pensamento já vem estruturado com um início, meio e fim. Já as mulheres utilizam a fala como a principal forma de expressão, ela pensa utilizando a fala. Ela pensa em voz alta porque é um modo de compartilhar, agradar, mostrar que está participando da conversa e conseguir aproximação, as palavras para elas, são uma forma de recompensa onde mostra se gosta ou concorda com você. Além disso, elas têm a capacidade de fazer várias coisas ao mesmo

tempo, elas podem estar falando de um assunto, mudar para outro e retornar novamente para aquele a qualquer momento e acrescentando novas informações, isso é difícil para o homem que faz uma coisa de cada vez.

Jaspion: *“Eu acho que a gente fica até meio fofoqueirinho assim no início.”*

As mudanças em nosso modo de vida vem assimilando as mulheres em papéis que antes eram próprios do homem. Assim como também os homens vêm desenvolvendo atividades antes específicas das mulheres. Mas percebe-se uma diferença quando uma mulher desempenha uma tarefa que antes era compreendida como de homem, vê-se como uma conquista, uma vitória das mulheres. Agora quando um homem desempenha uma tarefa dita feminina, o que vem acompanhado é muito mais um preconceito.

O preconceito vem baseado nos estereótipos, é difícil ser aceito como diferente, ser uma minoria, quando a sociedade prega a padronização. O preconceito é inerente a classe social, raça ou sexo, ele está presente em todo o lugar, na própria faculdade pode-se ouvir frases como: “Assistente Social homem? Ou é bicha ou é feio.”

Maquiavel: *“Nenhum de nós, Assistente Social ou usuário, de qualquer sexo, poderá ser considerado desprovido de preconceito, ter consciência disso leva a uma necessidade de auto avaliação constante, a um exercício de atenção extra ao próprio atendimento.”*

Os profissionais contam que no ambiente de trabalho os outros profissionais estranham o fato deles serem Assistentes Sociais e sofrem preconceito relacionando a sua formação com a orientação sexual.

Hegel: *“nunca sofri preconceitos de usuários, mas sofri preconceito de outros profissionais.”*

Marx: *“Quanto a mim algumas pessoas já chegaram a duvidar de minha sexualidade.”*

Este preconceito está ligado à confusão que fazem a respeito de alguns elementos da sexualidade. Uma coisa são os papéis sociais, que estão relacionados com o comportamento de ambos os sexos, o que é muito diferente de orientação sexual ou desejo sexual, isto é o que orienta cada um a desejar sexualmente homens, mulheres ou ambos. As pessoas confundem as atitudes sexuais com o desejo sexual. Um homem pode desempenhar papéis e até ter atitudes, gestos e o modo de falar considerados femininos, ou, efeminados e ter o seu desejo sexual orientado ao sexo oposto, ou seja, ser homossexual. Como também pode ser que não, que seja homossexual. Uma coisa não está necessariamente relacionada com a outra como acredita o senso comum.

Outra forma de preconceito sofrida pelos profissionais está relacionado com o baixo 'status' da profissão. O Serviço Social é pouco valorizado por uma sociedade de ideologia capitalista, que objetiva e valoriza o que pode trazer lucro. Os valores produzidos pelo Serviço Social são outros, ele se insere na sociedade como uma profissão que tem como objetivo construir uma sociedade democrática, plural, com justiça social e equidade. E "(...) incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos." (IAMAMOTO, 2003, p.68).

O preconceito vem de uma sociedade que também é patriarcal e racista. O Serviço Social é reconhecido como uma profissão feminina e traz consigo todos os preconceitos e discriminações impostas às mulheres no mercado de trabalho, como baixa remuneração e exercício de funções menos valorizadas. Além disso, é "uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres" (IAMAMOTO, 2003, p.104). A sua demanda é muito mais feminina do que masculina, por trabalhar questões que estão relacionadas às tarefas socialmente atribuídas às mulheres, como o cuidado com a família, crianças, doentes, etc. E, ainda, seus usuários são, em grande maioria, proveniente das camadas mais pauperizadas da sociedade, vítimas de discriminação e preconceitos por razão de raça, cor, etnia e classe social.

Descartes: “(...) normalmente o preconceito aparece de forma bastante subliminar, e normalmente está ligado à questão relativa a masculinidade, ao baixo ‘status’ social da profissão e a capacidade intelectual para ingressar em um curso mais concorrido e valorizado socialmente.”

Se por um lado são discriminados por serem Assistentes Sociais, por outro são valorizados por serem Assistentes Sociais homens.

O Serviço Social emerge no Brasil na década de 1930, e por toda a sua história foi composto majoritariamente por profissionais do sexo feminino. E foi nesta época, em 15 de fevereiro de 1936, inaugurada a escola de Serviço Social de São Paulo, a primeira turma se formou em dois anos e era composta de quatorze alunas.

Em 1938, com o intuito de atender os pedidos de diretores de departamentos oficiais, obras sociais privadas e organizações oficiais de assistência, que para algumas atribuições preferiam homens, começou a funcionar à noite uma classe masculina na Escola de Serviço Social. No ano seguinte, para atender a várias conveniências, a Escola reuniu experimentalmente, num só período os cursos masculino e feminino, e durante quatro anos foram mantidos cursos mistos. Os Assistentes Sociais formados na segunda turma da Escola fundaram em 1940 o Instituto de Serviço Social para rapazes, e a Escola de Serviço Social voltou a matricular, novamente, só mulheres. O Instituto era uma organização católica e tinha como finalidade o estudo dos problemas sociais e a formação de Assistentes Sociais do sexo masculino. Graças ao Instituto, o número de Assistentes Sociais homens foi aumentando. “Sem dúvida uma das mais significativas contribuições do Instituto foi o fato de que em nenhum lugar no Brasil há tantos Assistentes Sociais homens (como aqui em São Paulo). Isso é bom para as mulheres, inclusive, por que desfeminiza a profissão.” (CORTEZ, 1983, p.13). O Instituto alguns anos mais tarde passa a se chamar Faculdade Paulista de Serviço Social e a aceitar turmas mistas.

Como as turmas de homens na Escola de Serviço Social e no Instituto surgiram para suprir uma necessidade de homens Assistentes Sociais, os profissionais que participaram da pesquisa apontam como uma das vantagens sentidas, o ingresso no mercado de trabalho.

Kant: *“Tive uma vantagem por uma questão de mercado. Consegui entrar em alguns projetos pelo fato de ser homem e as pessoas queriam uma visão masculina. A vantagem é que como tem poucos Assistentes Sociais homens a concorrência não foi tão grande.”*

E porque os homens são tão requisitados? Penso que por estarem em uma área onde a maioria é mulher haja a necessidade de um olhar diferente em relação a algumas questões que nos são postas cotidianamente. Talvez, por influência da visão patriarcal, busquem qualidades mais atribuídas ou encontradas nos homens, como pragmatismos, objetividade, um olhar mais racional menos emotivo, liderança, racionalidade, segurança, como já foi mostrado quando citada a cobrança que existe em cima dos homens.

Uma das vantagens encontradas no exercício profissional, levantadas pelos profissionais, é o fato de que em alguns casos os homens levam vantagens no atendimento a usuários homens.

Maquiavel: *“É possível sentir uma maior segurança e liberdade do usuário do sexo masculino em falar de alguns assuntos com um homem.”*

Kant: *“É uma questão mesmo do machismo, eles acreditam que por eu ser homem vou entendê-los melhor.”*

O homem é por natureza desconfiado, fechado, defensivo, esconde as suas emoções, e faz isso porque para ele demonstrar emoção é perder o controle. O condicionamento social reforça esse comportamento quando ensina “seja homem”, “faz cara de mal”, “homem não chora”. Eles se sentem mais a vontade para falar de determinados assuntos quando o profissional é um homem por ser um “igual”. É mais difícil demonstrar a sua fragilidade na frente de uma

mulher, pois não pode perder a sua postura de macho, de homem forte, corajoso, competente sexualmente, provedor e chefe de família.

Assim como eles sentem facilidade de atendimento aos homens, em contrapartida, eles também sentem dificuldade no atendimento com algumas demandas femininas.

Hegel: *“Mas acontece as vezes de meninas se sentirem um pouco constrangidas com a presença masculina por conta do referencial negativo que elas trazem. Em outras, a figura masculina positiva faz acreditar em outras possibilidades e facilita a dinâmica do atendimento.”*

Kant: *“É claro que a relação é diferente, não dá para negar. Eu trabalho com crianças e adolescentes e a relação com uma profissional mulher é uma, comigo é outra, não é a uma coisa mais próxima de contato, é mais de conversa. Mas acho que tenho mais facilidade de conversar com os homens.”*

Outro ponto que se destacou foi à dificuldade de tratar de assuntos relacionados a sexualidade feminina com as mulheres. Isto acontece, provavelmente, devido a educação sexual estar relacionada com a repressão sexual, pois a dificuldade e a necessidade de educação sexual surgem, basicamente, em função da representação estabelecida pela cultura e pela sociedade.

Kant: *“Nos atendimentos individuais, quando vou fazer uma intervenção mais focada na saúde da mulher, tenho mais dificuldade.”*

Marx: *“Tenho de reconhecer que não me sinto a vontade para tratar de assuntos referentes a planejamento familiar, amamentação, gravidez, e outros assuntos referentes ao universo feminino. Isso ocorre pela inexistência de informação acerca desses temas, mas por ser uma questão especificamente feminina.”*

Os alunos também trazem esta dificuldade no atendimento às mulheres, mas também colocam que são por vezes excluídos e que o preconceito vem por parte das usuárias e também da profissional que o acompanha.

Super-Homem: *“A Assistente Social vai falar com uma mulher lá que tem um filho com HIV positivo, tem a relação da família e entra no particular da sexualidade, do método anticoncepcional, da relação sexual e a Assistente Social diz assim, ‘deixa-me conversar com ela sozinha, mas ela conversa com os homens!’”*

Indiana Jones: *“Foram me apresentar para um grupo de mães e elas, ‘um homem, não!’ mas como é que a gente vai falar com um homem coisas nossas?” e isto na minha frente, eu quase saí correndo.” (risos)*

Hulk: *“(...) na hora da gente fazer uma roda para conversar sobre assuntos ligados à sexualidade, nestes momentos eu saía e a Assistente Social ficava. Como só tinha meninas, elas não se sentiam à vontade com a minha presença lá. Era um momento para estar participando, estar aprendendo muito, e neste momento eu era excluído.”*

Uma outra dificuldade observada pelos profissionais está relacionada com a característica do sexo masculino. Os homens ao longo da nossa história ficaram com as atribuições que os levavam a permanecer boa parte do tempo longe de casa, caçando, trabalhando. Eles não ficavam perto da sua família o tempo suficiente para apreender a interpretar os sinais não-verbais. “(...) as mulheres possuem habilidades sensoriais muito mais aguçadas que os homens. Como perpetuadoras da espécie e guardiãs da cria, precisam ser capazes de perceber mudanças sutis nas atitudes e no humor dos outros.” (PEASE, 2000, p.26).

Maquiavel: *“Como parte da formação masculina é baseada numa ampla, profunda interdição a muitas formas de manifestação de sentimento, as vezes sinto dificuldade em acolher, em dar uma atenção mais próxima que alguns casos requerem.”*

As dificuldades encontradas pelos profissionais no campo de trabalho e pelos alunos nos locais de estágio são uma barreira inicial. E ambos consideram que isto é um desafio, mas estas dificuldades são quebradas com uma postura profissional séria, ética e de respeito.

Indiana Jones: *“A postura profissional quebra preconceitos.”*

Kant: *“Isto num primeiro momento, depois vem a habilidade profissional para estar trabalhando estas questões.”*

Sócrates: *“No início da carreira temi que as questões mais íntimas de uma cliente pudessem não deixá-la a vontade. Ledo engano. A ética e o sigilo sempre foram marcos colossais na minha vida profissional.”*

Agora, apesar das diferenças, das vantagens, das desvantagens, o diferencial na prática profissional não é a questão de gênero. Um profissional não é melhor ou pior por ser homem ou por ser mulher, a qualidade do exercício profissional se dá pelos fatores apontados pelos Assistentes Sociais pesquisados:

Marx: *“Não é o fato de eu ser homem que diferencia a minha prática profissional, mas sim a minha história de vida, minha visão de mundo e o modo como me aproprio do referencial teórico que norteia a profissão.”*

Rosseau: *“O que diferencia a prática profissional não é o gênero, mas sim o grau de compromisso com os princípios éticos, visto que na relação profissional/usuário devemos agir com responsabilidade para que não haja juízo de valor. (...) o diferencial está no nível de conhecimento teórico/metodológico que o profissional detém.”*

Alguns dos profissionais se colocaram positivamente, quando questionados se eles se consideravam diferentes dos outros homens.

Hegel: *“Acredito que um homem inserido num espaço de mulheres consegue ficar mais atento e sensibilizado com os problemas que as mulheres atravessam.”*

Kant: *“Eu acho que sim. Eu me considero menos machista que os outros homens, não que não seja machista, mas eu consigo fazer esta reflexão. Eu acho que a minha relação com minha companheira e meus filhos é muito diferente das outras pessoas. Até pelo fato de dialogar mais, e tentar desconstruir algumas coisas do papel masculino e do feminino, e não tenho vergonha disso.”*

O Serviço Social é uma profissão predominantemente feminina e trata de questões que envolvem uma maneira diferenciada de ver a realidade. Os homens Assistentes Sociais por estarem inseridos neste meio e por trazerem uma nova visão de mundo, se libertam das amarras dos estereótipos para se tornarem homens diferentes, não “homens de verdade” ou “homem macho” e sim, “pessoas de verdade”, “homens essencialmente humanos”.

CONCLUSÃO

Os pontos levantados nesta pesquisa ajudaram a desvendar um pouco o universo masculino e mostrar que o homem também paga um alto preço por viver em um sistema patriarcal. As mudanças que vem ocorrendo no mundo relacionadas com a questão de gênero, devem trazer no seu bojo a preocupação com a questão do homem. Faltam pesquisas, políticas e atenção para os homens. Pensar o homem não só como o explorador, o agressor, o vilão, o imprestável, o estuprador, o violento, e pensá-lo também como o explorado, o abusado, a vítima, o estuprado, o violentado.

Os dados coletados mostram que não podemos nos considerar iguais, somos diferentes e somos todos parte de um todo que nos unifica. Saber lidar com estas diferenças procurando conhecer cada vez mais um ao outro é essencial, para uma convivência mais harmoniosa e justa, o que é alcançado quando se destrói as injustiças trazidas por um sistema que utiliza as diferenças para valorizar um sexo em detrimento do outro.

Precisamos quebrar o molde que forma as máscaras dos papéis sociais, dos estereótipos que somos “obrigados” a usar e que escondem nosso verdadeiro ser. É um desafio que ainda vamos travar por muito tempo, é uma guerra que ainda está longe de terminar, e é travada em cada ação do nosso dia a dia. O gênero se constrói no micro e no macro espaço, não se faz só longe da gente, ele se forma também dentro de nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

10º Congresso brasileiro de Assistentes Sociais. **Programação e caderno de resumos**. Rio de Janeiro, CEFESS/CRESS 7ª Região/ ABEPSS/ENESSO, 2001. 296 p.

BOECHAT, Walter. org. **O masculino em questão**. Petrópolis, Vozes, 1997. 259 p.

CARDOSO, Fernando Henrique. & IANNI, Octávio. org. **Homem e sociedade**: leituras básicas de Sociologia geral. 7.ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1973. 317 p.

CORTEZ, José Pinheiro. e outros. História do Serviço Social no Brasil: mesa redonda realizada na reitoria da Pontifícia /Universidade Católica de São Paulo em 22 de novembro de 1982. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, 12: 11-31, ago. 1983.

FAURY, Mirian. e outros. **Os meninos do Serviço Social**. ANAIS do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília, ABEPSS, vol.4, 154-161.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Fundamentos de Sociologia**. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1983. 558 p.

FROMM, Erich. **A arte de amar**. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, sd. 171 p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2003. 326 p.

LIMA, Arlette Alves. **Serviço Social no Brasil: a ideologia de uma década**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 1987. 111 p.

MARTINELLI, Maria Lucia, **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo, Cortez, 1995.

MAZZO, Leandro. **Masculinidade(s) e a violência contra a mulher**. (Trabalho de Conclusão de Curso – UniSantos). Santos, 2001. 33 p.

NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais.**

Rio de Janeiro, Rocco, 2001. 318 p.

PEASE, Allan & PEASE, Bárbara. **Por que os homens fazem sexo e as mulheres fazem amor?: uma visão científica (e bem humorada) de nossas diferenças.** Tradução Neuza M. Simões Capelo. Rio de Janeiro, Sextante, 2000. 239 p.

RESOLUÇÃO CFESS nº273/93 de 13 de março de 1993.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Educação sexual além da informação.** São Paulo, EPU, 1990. 66 p.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho.** São Paulo, Companhia das Letras, 1987. 120 p.

SUNG, Jung Mo. & SILVA, Josué Cândido da. **Conversando sobre ética e sociedade.** Petrópolis, Vozes, 1995. 117 p.

YASBEK, Maria Carmelita. A escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945. **Cadernos PUC.** São Paulo, 6: 11-60, sd.

INSTRUÇÃO AOS AUTORES PARA AS PRÓXIMAS PUBLICAÇÕES

A revista Cadernos de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social/PUC-Campinas, aceita trabalhos na área de: Serviço Social, Políticas Públicas, Ciências Humanas, Educação e outras áreas afins, com enfoque em práticas sociais.

Os trabalhos deverão ser digitados no programa Word 6.0 ou 7.0 for Windows, com espaço 1,5 e letra arial tamanho 10, margens esquerda 3 cm e demais 2,0 cm, disquete 3 1/2.

- Encaminhar disquete e duas cópias em papel.
- Os trabalhos deverão conter resumo e palavras-chave.
- Texto contendo aproximadamente até 25 páginas.
- Enviar, em anexo, endereço completo para contatos posteriores.
- Ao título do trabalho deverá seguir o nome do autor/autores e em nota de rodapé devem constar instituição à qual o autor é vinculado bem como demais dados referentes ao artigo.

Tabelas, quadros e legendas deverão vir referidos no texto.

A bibliografia deve seguir as normas da NBR 6023: 2000 da

ABNT.

Os trabalhos deverão ser enviados para:

Profa. Sandra Corrêa Forster Joanini

Coordenadora do Conselho Editorial

Faculdade de Serviço Social

Rodovia Dom Pedro I, km 136 - Parque das Universidades

Campinas - SP

CEP 13086-900

E-mail: fss@puc-campinas.edu.br

Fone/Fax (0xx19) 3756-7019

Os textos apresentados nesta publicação são de inteira responsabilidade dos autores, e nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida sem autorização expressa dos autores.

CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL
Faculdade de Serviço Social - PUC-Campinas
Rodovia Dom Pedro I, km 136
Parque das Universidades - Campinas - SP
CEP 13086-900
Caixa Postal nº 317 - CEP 13012-970
E-mail: fss@puc-campinas.edu.br
Telefone (0XX19) 3756-7079 FAX (0XX19) 3756-7019

Editoração: Beccari Propaganda e Marketing
Rua Pedro Álvares Cabral, 183 - Campinas - S.P. - Fone Fax (19) 3255-6311
editora@beccari.com.br
Impresso por: Gráfica e Editora Flamboyant Ltda
Rua Dr. João Quirino Nascimento, 493 - Campinas - S.P.
Fone Fax (19) 3252-6835
flamboyant@dglnet.com.br

